

**Universidade do Extremo Sul Catarinense**  
**Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais**

**Andréia Gimenes Amaro**

**COLONIALIDADE DO DESASTRE: UM ESTUDO SOBRE O LAGO DE ÓLEO  
NA COMUNIDADE QUILOMBOLA ILHOTINHA, SANTA CATARINA,  
BRASIL**

**Criciúma**  
**2023**

Andréia Gimenes Amaro

COLONIALIDADE DO DESASTRE: UM ESTUDO SOBRE O LAGO DE ÓLEO NA  
COMUNIDADE QUILOMBOLA ILHOTINHA, SANTA CATARINA, BRASIL

Tese apresentada ao Programa de  
Pós-Graduação em Ciências Ambientais  
da Universidade do Extremo Sul  
Catarinense para obtenção do Título de  
Doutora em Ciências Ambientais.

Área de Concentração: Ecologia e  
Gestão de Ambientes Alterados

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Viviane Kraieski  
de Assunção

Criciúma

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

A485c Amaro, Andréia Gimenes.

Colonialidade do desastre : um estudo sobre o lago de óleo na Comunidade Quilombola Ilhotinha, Santa Catarina, Brasil / Andréia Gimenes Amaro. - 2023.

182 p. : il.

Tese (Doutorado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Criciúma, 2023.

Orientação: Viviane Kraieski de Assunção.

1. Desastres ambientais - Capivari de Baixo (SC). 2. Lago de óleo - Capivari de Baixo (SC). 3. Quilombolas - Capivari de Baixo (SC). 4. Racismo ambiental. 5. Zona de sacrifício. 6. Violência lenta. 7. Desenvolvimento sustentável. I. Título.

CDD 23. ed. 363.34098164

Bibliotecária Eliziane de Lucca Alosilla - CRB 14/1101  
Biblioteca Central Prof. Eurico Back - UNESC



## PARECER

Os membros da Comissão Examinadora homologada pelo Colegiado de Coordenação do Programa de Pós- Graduação em Ciências Ambientais reuniram-se para realizar a arguição da Tese de Doutorado apresentada pela candidata **ANDRÉIA GIMENES AMARO**, sob o título: **“Colonialidade do Desastre: Um estudo sobre o lago de óleo na Comunidade Quilombola Ilhotinha, Santa Catarina, Brasil”**, para obtenção do grau de **DOUTORA EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS** no Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Após haver analisado o referido trabalho e arguida a candidata, os membros são de parecer pela **“APROVAÇÃO”** da Tese.

Criciúma/SC, 27 de julho de 2023.

Documento assinado digitalmente



**RAQUEL OLIVEIRA SANTOS TEIXEIRA**

Data: 16/02/2024 10:34:51-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Profa. Dra. Raquel Oliveira Santos Teixeira**  
Primeira Examinadora

Documento assinado digitalmente



**FERNANDA DA SILVA LIMA**

Data: 15/02/2024 15:14:03-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Profa. Dra. Fernanda da Silva Lima**  
Segunda Examinadora

Documento assinado digitalmente



**ISMAEL GONCALVES ALVES**

Data: 08/02/2024 08:26:21-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Prof. Dr. Ismael Gonçalves Alves**  
Terceiro Examinador

Documento assinado digitalmente



**CARLYLE TORRES BEZERRA DE MENEZES**

Data: 06/10/2023 16:44:46-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Prof. Dr. Carlyle Torres Bezerra de Menezes**  
Quarto Examinador

Documento assinado digitalmente



**VIVIANE KRAIESKI DE ASSUNCAO**

Data: 01/08/2023 12:12:20-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Profa. Dra. Viviane Kraieski de Assunção**  
Presidente e Orientadora

*Dedico esse trabalho ao meu pai Verloi  
Sousa Montelli (in memoriam), com todo o  
meu amor, gratidão e saudade.*

## AGRADECIMENTOS

*“Ninguém caminha só”*, era o que diria seu Peri, interlocutor principal de minha pesquisa de dissertação de Mestrado que nos deixou em março deste ano. A meu ver, não haveria frase mais pertinente para iniciar meus agradecimentos...

Minha profunda gratidão ao José (Tinho), interlocutor principal dessa pesquisa e a toda a Comunidade Quilombola Ilhotinha pelo acolhimento, confiança e permissão de fazer parte da sua história.

Agradeço a minha avó/mãe que continua sendo aconchego e inspirando força e persistência, de onde quer que esteja.

Agradeço à minha mãe Sandra pelo apoio irrestrito e incondicional, mesmo nos momentos mais difíceis em que não tínhamos, nenhuma de nós, a menor certeza de que conseguiríamos seguir em frente.

Ao meu pai Verloi Montelli que partiu antes que eu pudesse lhe dedicar este trabalho...a saudade é sufocante.

A Wanda e Roberto, presentes que a vida oferta para que nossos caminhos sejam mais fáceis e alegres de serem trilhados.

Ao querido Ricardo, por estar presente nas conquistas, mas principalmente, nos momentos difíceis, obrigada.

Ao meu irmão Osvaldo e a minha amiga e cunhada Daniela pelo aporte nas difíceis transições da vida.

Minha gratidão à amiga Geza, pelas dores e projetos compartilhados.

Aos meus colegas da E.M.E.B. Dionízio Milioli por traduzirem, das mais variadas formas, o significado de união, solidariedade e esperança.

A Prof<sup>ª</sup>. Dra. Viviane Kraieski de Assunção por ter aceito novamente me orientar. Agradeço pelo comprometimento em todo o processo de pesquisa e pelo apoio, espaço e compreensão nos momentos de angústia.

Ao PPGCA, pelas orientações, apoio e oportunidades de encontros, experiências e novos aprendizados.

Aos meus colegas do GPMACS, pelo compartilhamento das ideias, dos trabalhos e afetos.

A CAPES por subsidiar meus estudos e assim, oportunizar o desenvolvimento desta tese.

Minha profunda gratidão por trilharem comigo este caminho!

## RESUMO

O ideário do desenvolvimento têm produzido, ao longo de sua regência, um número crescente de desastres que revelam, a partir da forma desigual com que são enfrentados e sentidos por determinados grupos sociais, os mecanismos de ação e manutenção da colonialidade. Este trabalho aborda um desastre vivenciado, há mais de três décadas, pela Comunidade Quilombola Ilhotinha, localizada no município de Capivari de Baixo, no estado de Santa Catarina. Desenvolvido por meio do método etnográfico, teve por objetivo geral compreender se o lago de óleo e outros desastres, consolidados ou em andamento na Comunidade em questão, revelam mecanismos de poder e controle operacionalizados por meio da colonialidade do desastre. A partir do estudo foram verificados importantes aspectos que sustentam esta faceta específica da colonialidade, dentre os quais, a produção de vulnerabilidades, a instrumentalização dos racismos, o capitalismo do desastre, o vislumbre no progresso e crescimento ilimitado e a produção de violências. Por fim, evidencia a emergência de movimentos elaborados e articulados pela própria Comunidade que transcendem o sentido mais elementar de restauração dos danos causados pelo desastre, vislumbrando a construção de uma nova realidade, na qual seus direitos sejam contemplados e a produção da vida, garantida.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Capitalismo do desastre. Zona de sacrifício. Violência lenta

## **ABSTRACT**

The ideals of development have produced, throughout its reign, a growing number of disasters that reveal, from the unequal way in which they are faced and felt by certain social groups, the mechanisms of action and maintenance of coloniality. This work deals with a disaster experienced, for more than three decades, by the Quilombola Community Ilhotinha, located in the municipality of Capivari de Baixo, in the state of Santa Catarina. Developed through the ethnographic method, its general objective was to understand whether the oil lake and other disasters, consolidated or in progress in the Community in question, reveal mechanisms of power and control operationalized through the coloniality of the disaster. From the study, important aspects that support this specific facet of coloniality were verified, among which, the production of vulnerabilities, the instrumentalization of racism, disaster capitalism, the glimpse of progress and unlimited growth and the production of violence. Finally, it shows the emergence of movements elaborated and articulated by the Community itself that transcend the most elementary sense of restoring the damage caused by the disaster, envisioning the construction of a new reality, in which their rights are contemplated and the production of life is guaranteed.

Keywords: Development. Disaster capitalism. Sacrifice zone. Slow violence

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Igreja de Ilhotinha.....	
27	
Figura 2 - Sino da igreja .....	
27	
Figura 3 - Fachada da escola .....	28...
Figura 4 – Pátio interno.....	
28	
Figura 5 - Interior da escola .....	
29	
Figura 6 – Quadra poliesportiva .....	
29	
Figura 7 – Interior da escola.....	
29	
Figura 8 – Sala de aula .....	
30	
Figura 9 – Secretaria da escola .....	
30	
Figura 10 – Sala de aula.....	
31	
Figura 11 – Interior da escola.....	31...
Figura 12 - “O desastre é a colônia”.....	
83	
Figura 13 – Reportagem do Jornal da Cidade: “Povo disse sim a Capivari?”.....	90---
Figura 14 – Reportagem do Jornal da Cidade: “Capivari de Baixo está aguardando o plebiscito” .....	
92	
Figura 15 - Mapa de localização do município de Capivari de Baixo (SC).....	93...
Figura 16 – Construção do lavador de carvão da CSN em Capivari de Baixo, 1943...	95
Figura 17 – Reportagem Jornal O Estado – “Lavador de Capivari: impulso rumo ao desenvolvimento”.....	
96	

Figura 18 – Reportagem do Jornal O Estado – “É preciso criar uma mentalidade industrial”.....	
97	
Figura 19 – Reportagem do Jornal Imparcial – “Primeiro Congresso Brasileiro de Carvão e outros Combustíveis Nacionais”.....	
99	
Figura 20 – Reportagem do Jornal Expresso do Sul – “Transporte de carvão por caminhões é problema em Capivari”.....	
102	
Figura 21 – Beiju.....	
107	
Figura 22 – Bijajica.....	
107	
Figura 23 – Canga.....	
108	
Figura 24 – Partes do carro de boi.....	
108	
Figura 25 – Descascador de mandioca.....	
109	
Figura 26 – Roda do engenho.....	109
Figura 27 – Prensa do engenho.....	
110	
Figura 28 – Peça de artesanato local.....	
110	
Figura 29 – Laranjeira.....	113
Figura 30 – Inzazeiro.....	
113	
Figura 31 – Pitangueira.....	
114	
Figura 32 – Cereja-do-Rio-Grande.....	
114	
Figura 33 – Hortaliças e ervas presentes nos quintais.....	
115	
Figura 34 – Colorau.....	
116	

Figura 35 – Preparo do colorau.....	116
Figura 36 – Preparo do colorau.....	117
Figura 37 – Bambuzal .....	118..
Figura 38 – Vassoura .....	119
Figura 39 – Criação de gado.....	120
Figura 40 – Criação de gado.....	121
Figura 41 – Empresa Blocolit.....	122..
Figura 42 – Crematório e Memorial São Mateus.....	122
Figura 43 - Residencial Geriátrico Nova Belluno .....	123
Figura 44 - Propagandas da V Prodsul – Jornal O Estado.....	126
Figura 45 - Fachada da antiga sede da empresa Sulquímica .....	127
Figura 46 - Antiga sede da empresa Sulquímica.....	128
Figura 47 - Antiga sede da empresa Sulquímica .....	128
Figura 48 - Interior da antiga sede da empresa Sulquímica.....	129
Figura 49 - Interior da antiga sede da empresa Sulquímica .....	129
Figura 50 - Interior da antiga sede da empresa Sulquímica .....	130
Figura 51 - Lataria de caminhão da Sulquímica abandonado no terreno da empresa	130
Figura 52 - Publicação sobre a empresa Sulquímica .....	131
Figura 53 - Propaganda Quico Ferro Velho .....	132

Figura 54 - Especificação da localização do lago de óleo.....	133
Figura 55 - Esquema da construção do lago de óleo .....	134
Figura 56 - Imagem panorâmica do lago de óleo.....	134
Figura 57 - Vista do lago de óleo.....	134
Figura 58 - Vista do lago de óleo.....	135
Figura 59 - Cercamento e sinalização do lago de óleo.....	136
Figura 60 - Açude próximo do lago de óleo.....	137
Figura 61 – Página do <i>Facebook</i> Ilhotinha .....	140
Figura 62 – Reportagem Jornal Expresso da História: “Poço de óleo a céu aberto”	144

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACIT	Associação Empresarial de Tubarão
ACP	Ação Civil Pública
ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade
ADRA	Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAEEB	Companhia Auxiliar das Empresas de Energia Elétrica Brasileira
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CF	Constituição Federal
CMMD	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNP	Conselho Nacional do Petróleo
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
CTJL	Complexo Termelétrico Jorge Lacerda
DEM	Partido Democrata

DFID	Departamento para o Desenvolvimento Internacional
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
ENTMME	Encontro Nacional de Tratamento de Minérios e Metalúrgica Extrativa
FATMA	Fundação do Meio Ambiente
FCP	Fundação Cultural Palmares
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GAO	<i>General Accounting Office</i>
GPMACS	Grupo de Pesquisa Meio Ambiente, Cultura e Sociedade
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDNDR	Década Internacional para a Redução de Desastres Naturais
IHU	Instituto Humanitas Unisinos
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MPF	Ministério Público Federal
MPPE	Ministério Público de Pernambuco
MS	Ministério da Saúde
NAS	<i>National Academy of Sciences</i>
NUER	Núcleo de Estudos de Identidade e Relações Interétnicas
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAS	Organização Pan-Americana de Saúde
PCB	Policlorobifenilos
PCRI	Programa de Combate ao Racismo Institucional
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PET	Petição
PFL	Partido da Frente Liberal
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRAD	Plano de Recuperação de Áreas Degradadas
RTID	Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SEPPIR	Secretaria de Política de Promoção da Igualdade Racial
SINPDEC	Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil
STF	Superior Tribunal Federal
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina

UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UTQ	Unidade para Tratamento de Queimados

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>12</b>
1.1 Percursos metodológicos	20
1.2 Procedimentos e método de análise e interpretação de dados da pesquisa	25
<b>2 MODERNIDADE, DESENVOLVIMENTO E COLONIALIDADE: UMA ASSOCIAÇÃO PERVERSA</b>	<b>35</b>
2.1 O ideário do progresso e desenvolvimento	36
2.2 Colonialidade, decolonialidade e resistência	41
<b>3 QUILOMBOS E SUAS RESSIGNIFICAÇÕES</b>	<b>45</b>
3.1 A operacionalização dos racismos na expropriação de territórios ancestrais	57
<b>4 DESASTRES LICENCIADOS</b>	<b>66</b>
4.1 Colonialidade do desastre	80
4.2 Zonas de sacrifício	86
<b>5 CAPIVARI DE BAIXO – “VOCAÇÃO PARA O SACRIFÍCIO”</b>	<b>90</b>
<b>6 A COMUNIDADE QUILOMBOLA ILHOTINHA</b>	<b>106</b>
<b>7 O LAGO DE ÓLEO</b>	<b>125</b>
<b>8 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>145</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>148</b>
<b>APÊNDICES</b>	<b>157</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>165</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A Comunidade Quilombola Ilhotinha está localizada no município de Capivari de Baixo, no sul do estado de Santa Catarina. Foi certificada como remanescente de quilombo no ano de 2014 pela FCP (Portaria nº 41, de 14/03/2014). Atualmente estão sendo realizados os procedimentos junto ao INCRA para a emissão do título de propriedade coletiva que envolve a elaboração Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID).

De acordo com Tinho<sup>1</sup>, coordenador da Associação Palmares de Ilhotinha, liderança comunitária, e interlocutor principal desta pesquisa, ao longo de sua história, a Comunidade, formada por 134 núcleos familiares, tem enfrentado diversos problemas, dentre os quais, a contaminação do ar, dos solos e dos corpos d'água, pelo uso intensivo de agrotóxicos; os passivos ambientais advindos da extração de carvão, matéria-prima para a alimentação das usinas do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda (CTJL), considerado o maior da América Latina; danos à saúde e riscos à vida pela implementação de atividades de alto potencial poluente como, por exemplo, a que originou o chamado “lago de óleo”.

O lago é herança da Sulquímica Indústria Química de Lubrificantes LTDA., empresa que ao decretar falência, em meados da década de 1990 deixou, além de pendências trabalhistas, um passivo ambiental que afeta e coloca em risco a saúde da população e do ambiente no qual a Comunidade se insere.

Gostaria, no entanto, de destacar que o lago de óleo, foco deste estudo, não era conhecido por mim e também não foi trazido à tona pelo interlocutor principal em suas falas nos primeiros diálogos que tivemos. Na realidade, a “descoberta” do lago de óleo ocorreu “por acaso”, durante uma pesquisa realizada em busca de informações sobre a Comunidade, por meio de um navegador (*Google Chrome*). Tratava-se de um vídeo de trinta segundos do Diário do Sul<sup>2</sup> que se referia ao lago como “herança maldita”. Em busca de maiores informações acerca da problemática, encontrei uma reportagem do Jornal Notisul<sup>3</sup> publicada, coincidentemente, no dia anterior ao da pesquisa.

A reportagem abordava a realização de uma vistoria preventiva realizada pela Defesa Civil e pelo Corpo de Bombeiros na bacia de óleo, na qual estavam presentes

---

<sup>1</sup> José Carlos Mendes

<sup>2</sup> Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=pj4V3O0sWz0>> Acesso em 09 de abril de 2022.

<sup>3</sup> Disponível em <<https://notisul.com.br/geral/capivari-de-baixo-defesa-civil-e-bombeiros-realizam-vistoria-preventiva-em-bacia-de-oleo/>> Acesso em 09 de abril de 2022.

também representantes da gestão municipal, além de um vereador. A reportagem divulgava acerca da utilização de um drone, a fim de “dar uma dimensão mais precisa dos problemas ecológicos provocados no entorno”. Concluindo, ressaltava a gravidade da situação e a necessidade da união de forças na busca pela solução do problema.

Surpresa por não ter conhecimento deste desastre ambiental em uma localidade tão próxima de Criciúma e, mais ainda, por estar localizada no território quilombola da Comunidade Ilhotinha, entrei em contato com Tinho que me respondeu:

Ah então, essa é a cereja do bolo [...] que eu estava guardando para nossa conversa aqui na Comunidade, ou seja, nas nossas incursões eu te levaria ali pra ver, é bem próximo aqui de casa, aí tem uma longa história sabe? Mas, essa notícia saiu ontem? Me surpreende e ao mesmo tempo nem um pouquinho, porque sempre em ano de pleito eleitoral acontece isso de que venha um salvador da pátria para dar um jeito, aí passou as eleições, já era, fica tudo no mesmo. Se impacta? Impacta diretamente [...] **é racismo ambiental puro!**

O racismo ambiental a que se refere Tinho emerge como uma das facetas do racismo que ao longo da história do Brasil e da América Latina como um todo, tem subjogado, de forma incisiva e contínua, populações específicas, dentre as quais, as populações autóctones e negras, utilizando a raça como elemento de inferiorização e estratificação social.

A raça, inicialmente utilizada pelas ciências naturais para classificar diferentes espécies zoobotânicas, foi elemento basilar do colonialismo e atualmente da colonialidade, assumindo, principalmente a partir dos séculos XV e XVI, com a conquista da América, um papel fundamental na consolidação de projetos expansionistas e de dominação.

Os traços fenotípicos, dentre os quais a cor da pele, foram convencionados como critério para uma estratificação social, que determinava o papel e a condição de cada povo, e justificava as ações empreendidas na manutenção deste sistema de subjugo e exploração. Conforme observa o sociólogo peruano Aníbal Quijano (2005, p.118):

Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados [...] demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender outro igualmente universal, no entanto mais antigo, o intersexual ou de gênero: os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais.

Somada às características físicas, a suposta limitação cognitiva estigmatizava determinados povos, considerando-os incapazes de elaborar e sistematizar conhecimentos sobre si e sobre o mundo. A pressuposição de dependência acionava os

mecanismos de tutela sem os quais se presumia, a partir desta lógica, ser impossível a ascensão desses povos à condição de “civilizados”.

Em alguns dos eventos mais cruéis da história mundial como a escravidão, o Holocausto e o *Apartheid*, por exemplo, a suposta supremacia de uma raça validou a expropriação material e subjetiva dos grupos inferiorizados com base nesse critério, instrumentalizando todo o tipo de violências (físicas e simbólicas) que objetivavam a submissão total desses sujeitos, deslocando-os para uma “zona de não-ser e de morte social” (MBEMBE, 2001, p.174).

Dualidades forjadas a partir de uma visão eurocentrada (ser humano x natureza, primitivos x civilizados, tradicionais x modernos, desenvolvidos x subdesenvolvidos), foram estratégias convenientemente elaboradas para manutenção dos poderes e interesses de nações satélites. Nesse sentido, a exploração e a violência se mascara de altruísmo no momento em que as grandes nações estendem a mão aquelas que, julgadas incapazes de auto-organização e gestão, são relegadas à condição de subalternidade (SHIVA, 2019).

É permeado por estas concepções que se firma, pós Segunda Guerra Mundial, o conceito de desenvolvimento, a fim de “orientar as jovens nações nos caminhos do progresso e da civilização” (AMARO, 2017, p.79). A pressuposição de melhoria, crescimento e evolução presente neste termo polissêmico de fácil e inquestionável aceitação (MONTIBELLER FILHO, 2001), o torna um trunfo nos discursos políticos dos mais variados campos, e um objetivo supostamente possível de ser atingido, mediante o cumprimento rigoroso das normas e diretrizes estabelecidas pelas nações que já ocupariam, “naturalmente”, a categoria de desenvolvidas.

Contudo, ao final de algumas décadas de vigência da chamada “era desenvolvimentista”, esse grande projeto começa a desgastar-se revelando as inconsistências próprias de planejamentos elaborados em consórcio com o sistema hegemônico (SACHS, 2019). Visões parcelares, propostas universalistas e a supremacia da dimensão econômica sobre as demais (subjetiva, social, ambiental, cultural, etc.), evidenciaram e ampliaram as assimetrias entre os chamados países desenvolvidos e os subdesenvolvidos, outra categorização que reflete as modernas concepções de desenvolvimento<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> A regionalização que divide o globo em países subdesenvolvidos, em desenvolvimento e desenvolvidos é reforçada a partir de mecanismos como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que, conforme observa Khotari *et al* (2019, p.xiv) “*is a deficit index it classifies countries hierarchically and thereby makes the assumption that there is only one kind of social evolution*”.

Dentre as tentativas de revalidar um projeto natimorto, surge o que Latouche (2009, p.25) vai chamar de “desenvolvimento em partículas”, ou seja, desenvolvimentos alternativos, a exemplo: desenvolvimento humano, desenvolvimento participativo, desenvolvimento integrado, desenvolvimento regional, desenvolvimento local e, um dos mais criticados, desenvolvimento sustentável.

O foco nas questões ambientais e a inclusão dessa temática nas políticas globais ganham especial atenção a partir do que Escobar e Pardo (2005, p.345) denominam “irrupção do biológico”, fato que, “após dois séculos de destruição sistemática da natureza”, aponta “a conservação e o desenvolvimento sustentáveis” como “problemas inegáveis para o capital”.

Como já comentado, o termo desenvolvimento sustentável consiste em uma das adjetivações mais criticadas, principalmente pelos ativistas da alterglobalização<sup>5</sup> (KHOTARI *et al*, 2019), pois continua a reproduzir o modelo antropocêntrico e economicista de desenvolvimento que desvincula o ser humano da natureza, transforma os bens naturais em recursos para o crescimento econômico ilimitado e deslegitima o protagonismo das populações tradicionais na manutenção da biodiversidade. Sob a pretensa missão de garantir o suprimento das necessidades da atual e futuras gerações (CMMD, 1991), o ideário de um desenvolvimento sustentável amíuda-se ao menor choque com os interesses que consubstanciam o sistema em que foi forjado (BASSEY, 2019).

As contradições revelam-se na operacionalização dos racismos, na produção de vulnerabilidades, e na promoção de violências e injustiças sociais, muitas vezes, ancoradas em subterfúgios legais que respaldam projetos de alto potencial contaminante em áreas que se tornam verdadeiras “zonas de sacrifício”. As zonas de sacrifício são referenciadas por Souza (2020, p.220) como espaços segregados cujas populações são vulnerabilizadas em prol de “propósitos maiores”, pautados a partir de interesses capitalistas vislumbrando o progresso e desenvolvimento econômico.

Seguindo essa lógica, alguns desastres, dentre os quais o discutido neste trabalho, podem ser compreendidos como situações resultantes de processos que envolvem concepções, escolhas e ações ou inércia que tendem a produzir e/ou agravar as suscetibilidades humanas e ambientais de uma determinada população em um determinado espaço geográfico, intensificados ou não por fatores naturais.

---

<sup>5</sup> Segundo Kothari *et al* (2019, p. xxxiv), a alterglobalização, descende de movimentos que propõem a pluriversalidade como um projeto compartilhado, baseado na multiplicidade de formas de coexistência.

O lago de óleo suscita muitas reflexões acerca de projetos desenvolvimentistas que tendem a acentuar as desigualdades e ampliar o quadro de abandono a que, historicamente, foram relegadas as comunidades tradicionais no Brasil, principalmente, as comunidades quilombolas.

A perspectiva da colonialidade do desastre, por sua vez, fornece importantes elementos para análise das múltiplas formas de exploração e subjugo operacionalizadas sob a alegação de garantir o desenvolvimento regional ou subsidiar o “progresso da nação”, mascarando as reais estratégias que visam a manutenção do sistema hegemônico forjado nos moldes do colonialismo.

O termo “colonialidade do desastre” tem sido utilizado para introduzir a dimensão da violência racial e da expropriação instituída estruturalmente em vários desastres (RIVERA, 2020, p.126), principalmente em países onde estes eventos são recorrentes e que possuem o colonialismo como digital histórica.

Para os fins desta pesquisa, a fim de facilitar as reflexões e orientar a investigação acerca do apresentado, elaborei os seguintes **questionamentos**:

- 1) Que forças determinam a implantação de projetos de desenvolvimento considerados apropriados para determinados espaços?
- 2) Considerando a história de Capivari de Baixo e os projetos que têm sido implementados em Ilhotinha nas últimas décadas, podemos afirmar que Ilhotinha se constitui em uma “zona de sacrifício”?
- 3) A aprovação dos órgãos públicos para o desenvolvimento de atividades com elevado potencial poluidor na Comunidade Quilombola Ilhotinha, bem como os obstáculos para resolução dos problemas decorrentes de tais atividades, constituem formas de racismo?
- 4) Partindo do tipo de atividade da empresa Sulquímica e da forma como foi implementada, podemos afirmar que o lago de óleo constitui um desastre ambiental licenciado?
- 5) A partir da análise dos problemas decorrentes da presença do lago de óleo em Ilhotinha, há elementos para identificar os mecanismos de poder e controle da colonialidade do desastre?
- 6) Qual o papel da Comunidade na gestão e enfrentamento dos problemas decorrentes das bacias de dejetos, herança da Sulquímica, e demais atividades poluidoras em seu território?

A partir dos questionamentos, elaborei como **problema de pesquisa**:

A situação vivenciada pela Comunidade Ilhotinha frente ao histórico de implementação de projetos desenvolvimentistas na região, dentre os quais o que desencadeou o lago de óleo, revela mecanismos de poder e controle característicos da colonialidade do desastre?

A fim de verificar os estudos que têm sido realizados a partir da temática proposta nesta pesquisa e, desta forma, embasar e justificar a necessidade de ampliar investigações relevantes nos campos acadêmico e social, como também a originalidade e ineditismo do estudo proposto, realizei um levantamento de literatura por meio de três importantes bases de dados: a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), a Scielo e a Scopus.

A sistematização das buscas foi realizada a partir das produções encontradas, utilizando-se os seguintes descritores ou palavras-chaves:

- a) Quilombo\* AND Colonialidade
- b) Quilombo\* AND *Coloniality*
- c) Quilombo\* AND Colonialidade AND Desastre
- d) Quilombo\* AND *Coloniality* AND *Disaster*

Após a busca pelos descritores acima citados, passei ao refino das produções encontradas por meio da análise da pertinência dos estudos para a pesquisa proposta com base em critérios previamente elaborados para cada uma das palavras-chaves (área de investigação, enfoque e objetivos do estudo). A fim de contemplar esta etapa, cada uma das produções foi analisada a partir do título, do resumo e das palavras-chaves.

Com base na análise geral dos dados obtidos<sup>6</sup>, constatei que:

1) Nas bases Scielo e Scopus, poucas são as produções envolvendo os descritores **Quilombo\* AND Colonialidade**.

Na Scielo, a busca resultou em três produções, das quais somente uma intitulada “Colonialidade do saber e conflitos de memória no espaço público”, desenvolvida no campo da Psicologia, possuía, embora indiretamente, relação com a discussão proposta.

Na base Scopus, foi encontrada somente uma produção, sem aderência com a temática.

Na BDTD, no entanto, foram listadas 150 produções, sendo 98 dissertações e 52 teses. Após o refino dos resultados a partir dos critérios de análise estabelecidos, destaquei 14 produções que contemplavam discussões relacionadas com a

---

<sup>6</sup>A análise detalhada do levantamento, contendo os critérios e os objetivos de busca por descritores em cada base de dados, como também os resultados obtidos por áreas de conhecimento, pode ser verificada no APÊNDICE A.

subalternização de populações quilombolas mediante projetos desenvolvimentistas, porém, nenhuma delas utilizou a colonialidade do desastre como lente de análise.

2) Quanto aos descritores **Quilombo\* AND Coloniality**, os resultados apresentados pelas bases Scielo e Scopus foram muito semelhantes aos referentes aos primeiros descritores.

Na Scielo, os resultados foram os mesmos que os encontrados nos descritores anteriores; na Scopus foi listado apenas um resultado (porém, não o mesmo dos primeiros descritores), sem relação com a discussão proposta.

Na BDTD, foram encontradas 18 produções, das quais somente quatro estavam, sob alguns aspectos, alinhadas à pesquisa proposta por abordar questões relacionadas à disputas territoriais, o direito à produção do espaço, o ideário do desenvolvimento e à políticas de morte (necropolítica).

3) Quanto aos descritores **Quilombo\* AND Colonialidade AND Desastre** foi encontrada, na BDTD, somente uma dissertação que não dialogava com a temática proposta; nas demais bases não foi apresentado nenhum resultado.

4) Por fim, na busca realizada pelos descritores **Quilombo\* AND Coloniality AND Disaster**, não foram encontrados resultados em nenhuma das bases de dados consultadas.

Por meio da revisão de literatura, ficou evidenciado, por fim, que há um amplo campo de análise ainda pouco explorado que se apresenta como possibilidade a partir da adoção de perspectivas outras de análise, a exemplo da perspectiva da colonialidade do desastre, proposta nesta pesquisa.

Como **objetivo geral**, busquei compreender se o lago de óleo e outros projetos desenvolvimentistas, consolidados ou em andamento na Comunidade Quilombola Ilhotinha, revelam mecanismos de poder e controle operacionalizados por meio da colonialidade do desastre.

Como **objetivos específicos**, me propus a:

- 1) Registrar a percepção da Comunidade quanto à implantação de projetos de grande potencial poluidor, com enfoque para a Sulquímica, geradora do lago de óleo;
- 2) Identificar, a partir da percepção e narrativas da Comunidade, os problemas gerados a partir do início das atividades da Sulquímica em território quilombola;
- 3) Relacionar os problemas listados com a mudança em práticas e atividades que faziam parte do cotidiano da Comunidade;
- 4) Compreender as estratégias elaboradas pela Comunidade para a garantia da autonomia, permanência e produção da vida no seu território.

A fim de contemplar os objetivos estabelecidos, esta tese propõe problematizar o lago de óleo como um desastre produzido pelo ideário de desenvolvimento, compreendido como força ideológica colonial, e visibilizar a violência lenta e as aflições sociais a que está exposta a Comunidade há de mais de três décadas. Pretende, além disso, destacar os movimentos organizados e empreendidos pela própria Comunidade, a fim de garantir seu direito à permanência e produção da vida em território ancestral.

Quanto à estrutura, esta tese está organizada em oito capítulos.

No capítulo introdutório apresento a pertinência da pesquisa proposta, as questões orientadoras e os objetivos a serem alcançados. Além disso, descrevo os caminhos metodológicos detalhando os procedimentos e métodos de análise e interpretação dos dados.

No segundo capítulo intitulado “Modernidade, desenvolvimento e colonialidade: uma associação perversa” proponho uma discussão acerca da elaboração do ideário do desenvolvimento como promessa de redenção e progresso para todas as nações, indistintamente, e de seu fracasso refletido no aprofundamento das desigualdades sociais e degradação humana e ambiental. Comento ainda sobre os desdobramentos do modelo de desenvolvimento vigente e a operacionalização das chamadas políticas de morte que submetem grandes parcelas da população, em especial as mais vulnerabilizadas, a situações e condições que tendem à destituição de sua existência. Fechando este capítulo trago alguns apontamentos sobre a perspectiva decolonial e as estratégias de vida e resistência elaboradas e agenciadas por populações subalternizadas.

No capítulo três, analiso as resignificações sofridas pelo conceito de quilombo ao longo do tempo e da história, partindo de uma visão parcelar e reducionista proposta no início do século XVIII pelo Conselho Ultramarino, até a atualidade quando referencia movimento, afirmação e luta pela garantia de direitos. Apresento também uma discussão sobre os racismos, mais especificamente os racismos institucional e ambiental que, de forma articulada, contribuem para a expropriação dos territórios ancestrais.

O quarto capítulo intitulado “Desastres licenciados” trata dos conceitos de desastre e das diferentes abordagens dedicadas à caracterização destes eventos. Além disso, propõe uma discussão em torno da “fabricação” ou adensamento dos desastres em decorrência das concepções e práticas alinhadas ao modelo de desenvolvimento vigente. Apresento também a colonialidade do desastre como perspectiva de grande pertinência

para a análise dos inúmeros desastres deflagrados no Brasil e em nossa região, como o caso do lago de óleo, abordado neste estudo. Por fim, traço considerações acerca da criação de zonas de sacrifício, espaços em que a exploração e as injustiças são pormenorizadas frente aos benefícios e a suposta nobreza agregada à possibilidade de contribuir para o progresso da nação.

No quinto capítulo intitulado: Capivari de Baixo – “vocação para o sacrifício”, apresento o *locus* de estudo evidenciado nesta pesquisa como uma zona de sacrifício produzida a partir da constatação de sua “disposição natural” em prol do desenvolvimento regional e nacional.

O enfoque na Comunidade Quilombola Ilhotinha é dado no sexto capítulo, no qual apresento questões acerca do processo de demarcação do território junto ao INCRA, além de elementos referentes à história e ao cotidiano, pautados na memória e nos relatos dos interlocutores.

O sétimo capítulo é composto por discussões acerca do lago de óleo, tratando do contexto de sua origem e dos motivos e forças que garantem a sua perpetuação. Discuto ainda os impactos sociais, ambientais e cultural decorrentes deste desastre, além de registrar os transtornos e sofrimentos expressos nas narrativas da Comunidade Quilombola Ilhotinha, intencionando, dessa forma, contemplar dimensões comumente banalizadas de um desastre em função da inexistência de uma métrica capaz de aferir subjetividades.

O oitavo e último capítulo compreende as considerações finais onde retomo as questões e os objetivos de pesquisa e apresento os dados e as contribuições do estudo desenvolvido, além de registrar algumas observações consideradas relevantes para estudos posteriores.

## 1.1 Percursos metodológicos

Antes da discussão acerca da problemática enfocada nesta pesquisa considero importante trazer um pouco do caminho trilhado até o aceite da Comunidade Quilombola Ilhotinha em compartilhar comigo a construção deste estudo.

Até o momento da qualificação, todo o meu projeto de pesquisa havia sido construído com base nas experiências vividas com a Comunidade Quilombola São Roque, localizada em Praia Grande, na região limítrofe entre os estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

A circunscrição em áreas protegidas, após a criação de dois Parques Nacionais (Parque Nacional Aparados da Serra e Parque Nacional Serra Geral), gerou dissidências entre a Comunidade e os órgãos gestores ambientais, situação agravada, posteriormente, pela criação do Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul. Desde então, a Comunidade São Roque, tem elaborado uma série de estratégias e empreendido iniciativas pela garantia de permanência e coexistência em território ancestral.

O projeto de pesquisa elaborado à época tinha como objetivo geral compreender, a partir da concepção de pós-desenvolvimento e da perspectiva decolonial, se as estratégias elaboradas pela Comunidade São Roque no intuito de garantir seu direito à coexistência no território constituem alternativas ao modelo de desenvolvimento hegemônico.

Em decorrência da pandemia e de seus desdobramentos, a qualificação do meu projeto de pesquisa aconteceu somente em outubro de 2021. Após essa importante etapa, solicitei a assinatura da Carta de Aceite, documentação necessária para a submissão do projeto ao Comitê de Ética. Porém, em função da troca de diretoria da Associação do Quilombo São Roque e de questões internas da Comunidade, fui informada, pela presidente à época, que as autorizações para pesquisa haviam sido suspensas, sem prazo previsto para revogação da decisão.

Passado o choque inicial, dada a necessidade e preocupação com o cumprimento dos prazos acadêmicos previstos, busquei por uma outra comunidade que se dispusesse a compartilhar comigo a pesquisa. Não detalharei aqui todo este processo, porém, não poderia deixar de evidenciar alguns aspectos importantes que, embora não estejam no centro das discussões propostas nesta pesquisa, suscitam reflexões futuras, relacionadas, inclusive, ao nosso papel e conduta como pesquisadores e à pertinência de nossas pesquisas para as comunidades envolvidas.

Estávamos em novembro de 2021 e como de costume, havia me organizado para passar as festas de final de ano e parte das férias em Pelotas/RS, junto à minha família. Sendo assim pensei em conversar com alguns colegas da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), onde concluí minha graduação, que trabalham com comunidades quilombolas da região, a fim de verificar a possibilidade de aceite para a realização de minha pesquisa. Frustrando minhas expectativas fui logo informada que estava havendo uma grande resistência à entrada de pesquisadores nas comunidades, devido, conforme justificado, à frequência com que os pesquisadores “abandonavam” a comunidade após a conclusão das pesquisas propostas, sem reconhecer a coautoria dos interlocutores,

apresentar os resultados ou indicar possibilidades de retorno à comunidade, decorrentes de possíveis desdobramentos do trabalho concluído.

Frente a mais uma negativa, retornei antes do previsto para Criciúma, a fim de continuar as buscas por um novo campo. Por questões de tempo e logística, decidi buscar por comunidades do sul de Santa Catarina, listadas a partir de levantamento no *site* do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Foram encontradas seis comunidades: Rosalina, localizada em Araranguá, Ilhotinha, em Capivari de Baixo, Morro do Fortunato e Aldeia, em Garopaba, São Roque, em Praia Grande e Família Thomaz, localizada no município de Treze de Maio.

Como critério para contato, estabeleci a proximidade, contemplando o tempo e os custos para deslocamentos. Iniciei pela Comunidade Quilombola Família Thomaz, cujo endereço da Associação consta como localizado no município de Criciúma, embora o território desta Comunidade esteja no município de Treze de Maio.

No livro da coleção “Terras de Quilombo”, baseado no Relatório Antropológico referente à identificação da Comunidade Família Thomaz, consta que a saída da família do município de Treze de Maio se deu em função da dificuldade de dar continuidade às gerações, pois havia poucos homens negros na vizinhança, “o resto dos vizinhos era branco e, naquele tempo, um homem negro casar com uma branca já era muito difícil, agora, um branco casar com uma negra era impossível” (FARIAS, 2015, p.8). Além disso, o assédio sofrido pelas mulheres foi outro fator que contribuiu para o abandono do território, pois “quando os homens saíam para trabalhar nas roças e as mulheres se viam sozinhas, frequentemente chegava um vizinho querendo se aproveitar das moças” (FARIAS, 2015, p.8).

Inicialmente, tentei contato por telefone, porém, o número constava como inexistente. Também não consegui localizar, precisamente, o endereço indicado como Sede da Associação. No entanto, uma moradora próxima ao endereço informou que o patriarca da família já havia falecido e que conflitos e desavenças teriam levado a fragmentação do núcleo familiar.

Inviabilizado o contato com a Família Thomaz, redirecionei as buscas para a Comunidade Rosalina, localizada no município de Araranguá. Devido à inexistência de informações, busquei o aporte da Prefeitura Municipal, porém, nenhuma das Secretarias para as quais foram transferidas as ligações, sequer sabia da existência da Comunidade.

Continuando as buscas, identifiquei a participação de representantes da Comunidade Quilombola Rosalina na elaboração do “Caderno de Políticas Educacionais” do Estado de Santa Catarina. Em contato com a Gerência Regional de

Educação, fui informada que a Comunidade foi reconhecida pela Fundação Cultural Palmares (FCP) como Remanescente de Quilombo, somente em 2021, depois de muitos anos após aberto o processo de autoidentificação. Explicou ainda que, antigamente, a Comunidade era conhecida como “Buraco Quente” e que consistia em um espaço de difícil acesso (uma rua estreita) ocupado pelo tráfico de drogas. Acrescentou que, inclusive, deveria ter uma escola dentro da Comunidade, o que foi inviabilizado pelas precárias condições de segurança. Afirmou que mesmo que o tráfico tenha sido combatido e a Comunidade não se constitua em uma área dominada pelo narcotráfico, “se criou um mito” por se tratar de uma comunidade negra. Por fim, fui orientada a entrar em contato com uma professora, quilombola por pertencimento, que poderia mediar minha entrada na Comunidade, porém, embora tenhamos conversado algumas vezes, por questões relacionadas à disponibilidade de horários, não conseguimos dar andamento a proposta.

Interessante também destacar a invisibilização desta Comunidade junto à FCP. Durante esses levantamentos, encaminhei um *e-mail* para a Fundação, no início de fevereiro de 2022, solicitando informações sobre a Comunidade Rosalina, que, inclusive, já constava na base de dados do INCRA. Em março, recebi em resposta que: “a Coordenação de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro consultou ao Banco de dados desta Fundação e verificamos que não consta comunidade com essa nomenclatura”.

Considerando a impossibilidade de desenvolvimento da pesquisa com a Comunidade Rosalina, busquei contactar a Comunidade Quilombola Ilhotinha, localizada em Capivari de Baixo. Sem acesso ao endereço ou número de telefone da Associação, fui até a Prefeitura Municipal e conversei com duas assistentes sociais que se dispuseram a me guiar até a casa de José Carlos, o “Tinho”, coordenador da Associação Palmares de Ilhotinha e liderança da Comunidade.

Em nosso primeiro contato já houve o aceite em acolher a proposta de pesquisa e nos encontros e diálogos posteriores, os objetivos e caminhos da investigação foram sendo construídos.

Como comentei anteriormente, considero este relato de grande pertinência para justificar a mudança de campo ocorrida após a qualificação mas, principalmente, para problematizar alguns aspectos do ser e fazer do pesquisador. Embora a partir de uma experiência pessoal, não se trata, de forma alguma, de um fato isolado sendo, portanto, necessário aguçar os sentidos a fim de captar o que essas resistências carregam em sua subjetividade.

Refletindo sobre todo o processo narrado, surge uma série de dúvidas e questionamentos que renderiam uma outra tese e, embora, este não seja o foco no momento, não poderia deixar de pontuar alguns quesitos que necessitam de análises mais aprofundadas, mesmo porque, a meu ver, possuem estreita relação com a temática central deste estudo: a colonialidade.

Dentre estas questões destaco a rivalidade entre conhecimento científico e o chamado conhecimento tradicional<sup>7</sup>, a autonomia das comunidades, a reivindicação pelo direito à autoria e, o mais contundente em minha análise, o objetivo de nossas produções, ou seja, para quê e para quem escrevemos?

Em diversos trabalhos, neste inclusive, debatemos acerca dos mecanismos da colonialidade, subsidiados teoricamente por importantes autores do campo de estudo (QUIJANO, 2005; MALDONADO TORRES, 2007; WALSH, 2009; MIGNOLO, 2017; PALERMO, 2019), porém, até que ponto, na prática, não estamos operacionalizando esta força ideológica? O que a resistência à nossa presença em campo ou as negativas frente ao argumento da quantidade de pesquisadores que apresentam um projeto, desenvolvem seus estudos e nunca mais retornam à comunidade querem dizer?

Não estaríamos ainda hoje, nas palavras de Santos, Meneses e Nunes (2005, p.28), desempenhando o papel de “detentores do saber universal” produzido sob os preceitos da ciência e, portanto, nos arrogando “o direito de legislar sobre as outras formas de saber e de conhecimento”?

Até que ponto não estamos tão absortos em nossos projetos e objetivos acadêmicos que, por vezes, pormenorizamos as reais necessidades e anseios das comunidades? Não estaríamos, sob a pretensa intenção de visibilizar ou dar voz aos sujeitos ou grupos historicamente subalternizados, criando novas formas e mecanismos de opressão, mesmo que fortuitamente?

Em conferência para o 12º Seminário Internacional Fazendo Gênero, realizado na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Conceição Evaristo dialogou acerca do poder de falar e do poder de se fazer ouvir<sup>8</sup>. Durante a discussão, a professora e escritora propôs indagações, que segundo ela, se reportam, inclusive, ao campo acadêmico.

até que ponto os sujeitos, grupos que demandam o lugar de fala, que desejam falar por si próprios, tentando dispensar mediação [...] são donos dos seus

---

<sup>7</sup> Cabe destacar que o termo tradicional aqui utilizado se opõe a ideia de conhecimento herdado, cristalizado, relegado ao obscurantismo e à obsolescência (SANTOS, 2005). A ideia de tradicional utilizada comporta o conhecimento geracional, porém, dentro de uma dinâmica que promove sua constante resignificação.

<sup>8</sup> Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=WimOFw-5gRU> > Acesso em 23 de abril de 2023.

próprios discursos? [...] Em que medida o lugar de fala para os grupos que historicamente sofreram processos de silenciamento e hoje ainda sofrem, até que ponto a fala desses sujeitos na contemporaneidade são escutadas nos lugares em que a hegemonia cultural é marcada pelas gerências de classes economicamente privilegiadas?

Refletindo sobre os questionamentos lançados, Conceição Evaristo se reporta ao ensaio de Spivak (2010) intitulado “Pode o subalterno falar?”, relacionando-o à forma como a popularização do conceito de “lugar de fala” tem contrariado representantes da intelectualidade brasileira que até então tem mediado a fala dos subalternos para que possa ser ouvida ou propagada. Aprofundando-se na reflexão, Conceição Evaristo problematiza ainda a forma como os grupos hegemônicos “que historicamente bradam o conhecimento sobre si e sobre os demais” tornam-se complacentes, cúmplices de atos de dominação ao produzir ou reproduzir falas equivocadas e egoístas quando o subalterno reivindica ou impõe seu lugar de fala.

Conforme colocado anteriormente não é possível, neste trabalho, abordarmos com a devida atenção e aprofundamento, as questões aqui elencadas, porém, a partir das incipientes discussões aqui propostas, não há dúvidas quanto à relevância e urgência destas problematizações, quando intencionamos que nossas produções não se restrinjam ao simples adensamento do acervo acadêmico.

## 1.2 Procedimentos e método de análise e interpretação de dados da pesquisa

Considerando o objeto e o problema de análise e a busca de compreensão de um nível de realidade mais profundo não passível de ser mensurado ou reduzido à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1994), o desenvolvimento da pesquisa se deu a partir de uma abordagem qualitativa, por meio do método etnográfico.

Ao contrário da neutralidade e da objetividade próprias dos métodos cartesianos de análise, a abordagem qualitativa convida a um mergulho profundo na realidade do grupo a que se pretende analisar. Intenta “ver o mundo através dos olhos dos atores sociais e dos sentidos que eles atribuem aos objetos e às ações sociais que desenvolvem” (GOLDENBERG, 2004, p.32).

A etnografia, por sua vez, não é tida exatamente como um método, mas se utiliza de diferentes metodologias que permitem olhar de perto e de dentro o campo de estudo, proporcionando, desta forma, a experiência empírica que gera reflexões mais profundas (MAGNANI, 2002). Mais do que um puro ato científico, a etnografia “é uma “vivência [...] que tem uma dimensão muito intensa de subjetividade” e que

inevitavelmente marca “não só a realização do trabalho, mas o material produzido por esse trabalho realizado” (BRANDÃO, 2007, p.12).

É importante, no entanto, ressaltar que, embora pautada no cotidiano e no subjetivo, trata-se de uma técnica investigativa de grande complexidade que implica a adoção de critérios muito bem definidos, a fim de evitar “cair no vazio”, tornando-se uma simples reprodução do “senso comum da cultura do pesquisador” (FONSECA, 1999, p.62).

Estes critérios começam a ser considerados antes mesmo da construção da pesquisa que nasce a partir da articulação entre estudos previamente realizados, o objeto do estudo proposto, o problema de pesquisa e o contato direto com a comunidade na qual a pesquisa será desenvolvida. Esta articulação é fundamental, pois, como observa Brandão (2007, p.12) “sempre o próprio material [...] a própria experiência do trabalho de campo redefiniu projetos, redefiniu hipóteses de trabalho, redefiniu abordagens metodológicas e assim por diante”.

A entrada na comunidade também deve ser criteriosa. A esse respeito Brandão aconselha: “entre pela porta da frente e entre devagar”, o que significa, “não invadir o mundo das pessoas com uma atitude imediata de pesquisa” (BRANDÃO, 2007, p.14).

A pertinência desta observação reside no fato de que algumas vezes, devido ao tempo ou mesmo à ânsia pela coleta de dados, o pesquisador pode assumir uma postura invasiva ou mesmo desrespeitosa com a comunidade, comprometendo com isso, o conhecimento mais profundo e o estabelecimento de vínculos, sem os quais a pesquisa se esvazia. “Isto é muito ruim. Toca-se apenas o verniz e toca-se num verniz em que as pessoas se defendem até quando podem da invasão de que se sentem vítimas” (BRANDÃO, 2007, p.14).

Como já comentado, o contato com a Comunidade Quilombola Ilhotinha se deu por meio do Tinho, liderança que propiciou o diálogo entre os saberes produzidos na academia e os saberes tradicionalmente construídos. Este contato é de suma importância, pois, conforme observa Santos *et al* (2005, p.35), rompe as “armaduras científicas”, sob as quais os investigadores se fecham ao renegar os saberes que não lhe são familiares.

Os primeiros encontros entre Tinho e eu ocorreram no Parque Ambiental Encantos do Sul, considerado uma das maiores atrações de lazer e turismo de Capivari de Baixo. De acordo com o jornal independente Correio da Cidadania<sup>9</sup>, “Sua construção

---

<sup>9</sup> Disponível em <https://www.correiodacidade.com.br/meio-ambiente/14932-dinheiro-publico-financia-poluicao-por-carvao-e-destruicao-ambiental-em-santa-catarina> Acesso em 16 de fevereiro de 2023.

foi uma espécie de compensação por décadas de descaso ambiental da cadeia do carvão”. Atualmente, além do amplo espaço destinado ao lazer, composto por quadras poliesportivas, restaurantes e extensas áreas de gramado, o parque oferta à comunidade em geral, atividades culturais como teatro e dança.

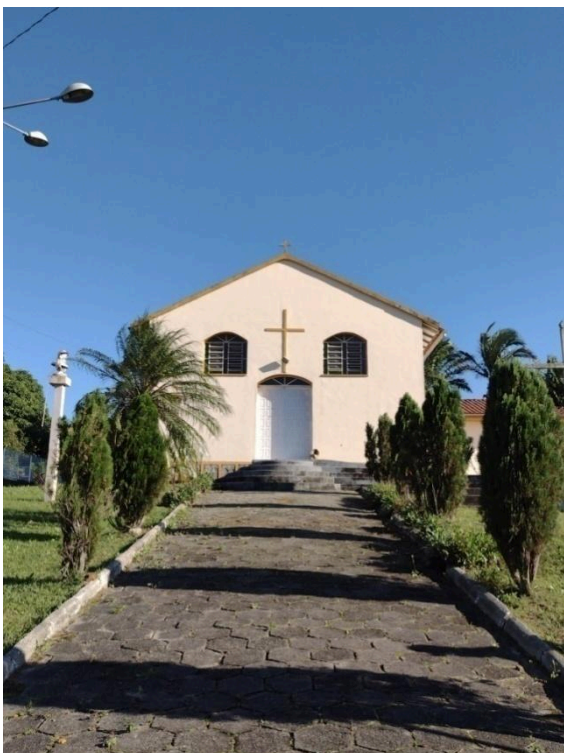
Em nossos encontros, ocupávamos uma das salas do prédio central, que comporta também dois grandes auditórios, onde são realizados eventos diversos, ou conversávamos caminhando pelo Parque. Somente após alguns encontros é que as visitas passaram a acontecer na Comunidade.

Embora Tinho tivesse um roteiro de visitas para os nossos encontros, muitas vezes, eles acabavam alterados em função de gratos imprevistos como um encontro entre amigos que não se viam há algum tempo, um convite para um café ou uma abordagem inesperada para saber o motivo de nossas andanças.

Tinho me apresentou lugares de grande importância para a Comunidade, como a Igreja (Figura 01) que conserva ainda o sino (Figura 02) utilizado, segundo ele, para o “chamamento” da comunidade para reuniões ou acontecimentos importantes.

Figura 01 – Igreja de Ilhotinha

Figura 02 – Sino da igreja



Fonte: Acervo da autora

Fonte: Acervo da autora

Estivemos também no prédio abandonado da antiga Escola Municipal de Educação Básica Vitório Marcon. A construção de uma nova escola e o abandono do antigo prédio é uma situação até hoje não compreendida pela Comunidade, considerando que a antiga escola contava com ótima infraestrutura e localização, além de funcionar “perfeitamente”, conforme acrescenta Tinho (Figuras 03, 04, 05, 06, 07,

08, 09, 10 e 11). No entanto, em entrevista realizada com um morador de Capivari de Baixo que ocupou cargo público em gestões de anos anteriores e ainda hoje auxilia na gestão de projetos da Prefeitura, a construção da nova escola e substituição de seu local de funcionamento foi atribuída a questões de segurança e fluxo de veículos, tendo em vista que a antiga escola limita-se com uma rua principal da localidade. A declividade do terreno e a acessibilidade também foram citados como possíveis contributos para a tomada da decisão.

Figura 03 – Fachada da escola



Fonte: Acervo da autora

Figura 04 – Pátio interno



Fonte: Acervo da autora

Figura 05 – Interior da escola



Fonte: Acervo da autora

Figura 06 – Quadra poliesportiva

Figura 07 – Interior da escola



Fonte: Acervo da autora

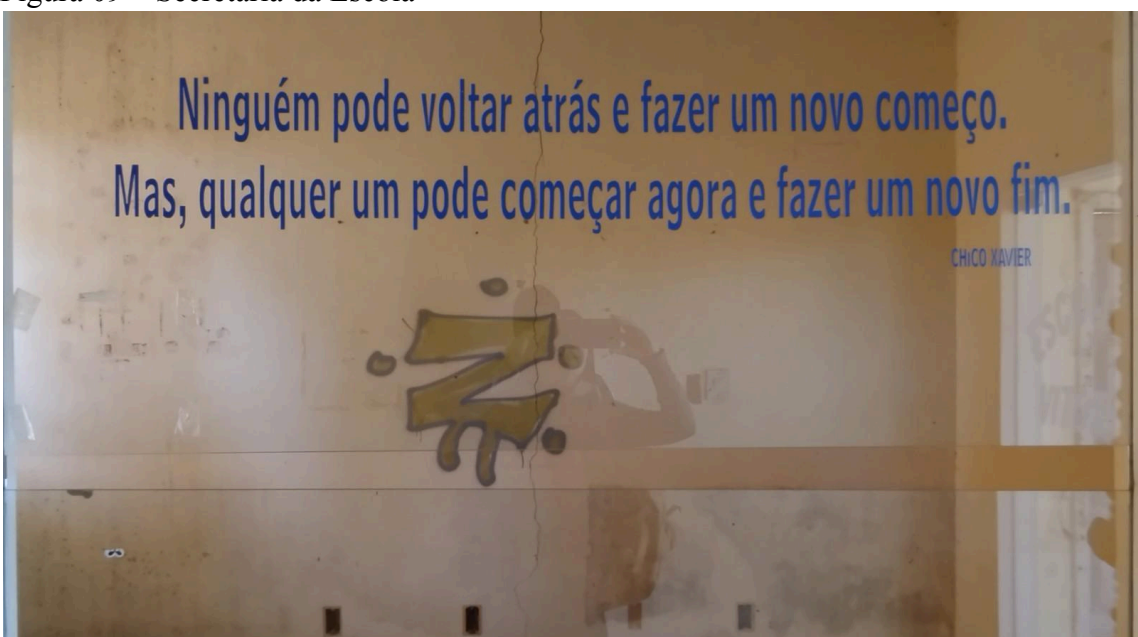
Fonte: Acervo da autora

Figura 08 – Sala de aula



Fonte: Acervo da autora

Figura 09 – Secretaria da Escola



Fonte: Acervo da autora

Figura 10 – Sala de aula



Fonte: Acervo da autora

Figura 11 – Interior da escola



Fonte: Acervo da autora

É importante destacar o agenciamento de Tinho na proposta do itinerário de campo e na composição da lista de entrevistados composta, prioritariamente, pelos moradores mais antigos. Além disso, a lista elaborada por Tinho foi sendo “adensada” no decorrer das visitas, a partir de sugestões dos outros interlocutores. Entendo que este processo comunica muito sobre a Comunidade e seu olhar sobre si mesma, pois, a escolha das pessoas, dos lugares e das memórias a serem visitadas não foi elaborada de forma aleatória, mas tecida a partir de uma rede complexa de subjetividades e expectativas. Essa discussão remete às reflexões de Clifford (2002) acerca da autoridade etnográfica. De acordo com o autor, o desenvolvimento da ciência etnográfica deve estar atrelado a um “debate político-epistemológico mais geral sobre a escrita e a representação da alteridade”. (CLIFFORD, 2002, p.20). Acrescenta ainda que de acordo com os novos paradigmas de autoridade etnográfica “Nada permaneceu daquele quadro celestial, a não ser a imagem desbotada do antropólogo num espelho. O silêncio da oficina etnográfica foi quebrado - por insistentes vozes heteroglotas e pelo ruído da escrita de outras penas” (CLIFFORD, 2002, p.22).

Da mesma forma se deu a produção de um vídeo submetido ao Edital 02/2022 – “Contando a nossa história”, lançado pela FCP. Embora o Grupo de Pesquisa Meio Ambiente, Cultura e Sociedade - GPMACS tenha contribuído com o aparato e a assistência técnica, todo o conteúdo, desde a escrita do texto a ser narrado (ANEXO 1) até a escolha e/ou disponibilização de vídeos e fotos a serem apresentados, foram elaborados e propostos por Tinho. Cabe destacar que o vídeo foi um dentre os seis contemplados da região sul do Brasil<sup>10</sup>

A escolha pelo desenvolvimento de uma pesquisa “com” e não “sobre” a Comunidade Ilhotinha perpassa, como é possível perceber a partir dos caminhos trilhados, pela observância das características apontadas como relevantes pela própria comunidade.

A observação participante possibilita “fazer uma descrição em profundidade uma (“descrição densa”<sup>11</sup>) das culturas como "textos" vividos, como "teias de significados" que devem ser interpretados” (GOLDENBERG, 2004, p.23). Compreende, além do observar, o envolver-se nas atividades cotidianas da comunidade, nos eventos, nas rodas de conversas e processos rituais; isso aproxima, reforça os laços e favorece a comunicação, por vezes comprometida, entre pesquisador e interlocutores.

---

<sup>10</sup> O vídeo pode ser visualizado pelo link <<https://youtu.be/YiKl0pnF1cA>>.

<sup>11</sup> Termo utilizado por Geertz (1989, p.15) tomado emprestado de Gilbert Ryle.

Contribuindo com essa reflexão, Fonseca (1999, p.59) destaca que “é possível que, em certas situações, as duas partes do processo comunicativo falem exatamente a mesma linguagem propiciando um entendimento perfeito”, no entanto, a diferença entre universos simbólicos pode “jogar areia no diálogo”, comprometendo assim, todo o processo.

A pesquisa de campo foi realizada em vários momentos e envolveu caminhadas pelo bairro e bairros adjacentes, visitas a moradores, como também a participação em reuniões e eventos, como a reunião com o representante do INCRA para discussão sobre o processo de demarcação das terras da Comunidade, em julho de 2022, e o evento “Dia da Comunidade”, realizada em setembro de 2022.

Durante as visitas aos moradores foram realizadas entrevistas abertas e semi estruturadas que não restringem o tempo ou as narrativas dos interlocutores e garantem que alguns tópicos, previamente elencados como relevantes à pesquisa, não deixem de ser investigados. Composto o roteiro das entrevistas estão tópicos que abordam os seguintes aspectos: 1) história da Comunidade; 2) vivência e subsistência; 3) relações estabelecidas entre os membros da Comunidade e demais moradores do bairro; 4) a participação ou não nas decisões relacionadas à instalação de empreendimentos de potencial impacto para Comunidade; 5) as relações estabelecidas com representantes do poder público; 6) as estratégias elaboradas para permanência e vida no território.

No total, foram 17 pessoas entrevistadas. Por questões de confidencialidade, à exceção de Tinho, meu interlocutor e parceiro no desenvolvimento desta pesquisa, as transcrições dos diálogos e narrativas dos interlocutores da pesquisa foram identificadas por nomes fictícios. É importante ressaltar que embora, assim como Tinho, alguns interlocutores não fossem contrários a ter sua identificação revelada no trabalho, optei pelo anonimato a fim de evitar possíveis desconfortos ou represálias aos participantes da pesquisa, considerando que o tema envolve personalidades políticas e empresariais da região.

Com relação às entrevistas, é importante mencionar que, embora eu tenha elaborado um roteiro elencando os principais tópicos que pretendia abordar ao longo da pesquisa, em momento algum, me detive rigorosamente a ele. Conforme sugerido por Brandão (2009), optei por priorizar as entrevistas coladas à prática, puxadas pelo “fio da vida”, ou seja, abertas para falas espontâneas dos interlocutores nas quais eu “colava” questionamentos, respeitando, dessa forma, a maneira própria com que cada pessoa se coloca numa entrevista e, por conseguinte, desviando de um modelo pronto e estanque que tende a uniformizar as diferenças (Brandão, 2009, p.19).

Quando trata de entrevista colada à prática, Brandão se refere à importância da simultaneidade entre vivência, participação, diálogos, observação e registro e da riqueza proveniente da articulação de todos estes procedimentos. Segundo o autor, uma das coisas que mais tem comprometido a qualidade da pesquisa de campo é o abandono das relações sociais possibilitadas por meio da participação direta nas comunidades, “em favor da pura entrevista [...] que se faz com gravador e que é padronizada, uma espécie de questionário mecânico, eletrônico” (BRANDÃO, 2009, p.19).

É relevante destacar a importância dos diálogos e entrevistas para as escolhas teóricas que orientaram e estruturaram o trabalho, a exemplo do uso do conceito de desastre para referenciar o lago de óleo ou ainda o racismo ambiental como mecanismo de operacionalização e perpetuação da situação vivida.

No intuito de compreender o contexto de criação do lago de óleo e seus desdobramentos para a Comunidade, realizei também uma pesquisa documental (CELLARD, 2008) por meio de consultas a fontes diversas como jornais, relatórios, atas de reuniões, processos judiciais, documentos oficiais e material audiovisual como fotografias, material de divulgação e vídeos. Sá-Silva *et al* (2009, p.2) comentam sobre a riqueza das informações que podem ser extraídas e que justificam a utilização das fontes documentais nas mais variadas áreas das Ciências Humanas e Sociais, possibilitando, segundo eles, “ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural”.

Tais documentos foram acessados a partir de visitas ao Arquivo Público e Histórico de Tubarão Amadio Vettoretti e ao Arquivo Público e Histórico de Capivari de Baixo.

Todos os registros foram realizados em diário de campo e por meio de áudios, fotografias ou vídeos, quando previamente autorizados pelos interlocutores.

Acerca da importância do diário ou caderneta de campo, Brandão (2007, p.14) explica tratar-se de elemento imprescindível durante a observação participante, pois neles podem ser registradas o que ele chama de “sequências actanciais”, ou seja, percepções acerca das diferentes atuações e narrativas presentes no cotidiano dos sujeitos que, posteriormente articuladas, muito podem revelar sobre a cosmologia da comunidade. Nessa mesma perspectiva, Fonseca (1999, p.64) acrescenta que “Ao cruzar dados, comparar diferentes tipos de discurso, confrontar falas de diferentes sujeitos sobre a mesma realidade, constrói-se a tessitura da vida social em que todo valor, emoção ou atitude está inscrita”.

Por vezes, na etnografia “os instrumentos de coleta e análise [...] têm que ser formuladas ou recriadas para atender à realidade do trabalho de campo” (MATTOS, 2011, p.50). Nesse sentido, Fonseca (1999) destaca algumas importantes etapas:

- Estranhamento, que suscita hipóteses e que motiva a procura por entender o sentido, ou seja, tornar inteligíveis certas práticas.
- Esquemáticação, fase na qual são reunidos e cruzados dados de diversas fontes (etnográficos, estatísticos, históricos, sociológicos, etc.).
- Desconstrução, que pressupõe “rever certas noções da nossa própria cultura que permanecem obstinadamente no pensamento contemporâneo” (FONSECA, 1999, p.69).
- Comparação, momento em que buscamos descobrir dinâmicas análogas e a construção de modelo alternativo quando “o pesquisador é confrontado [...] ao desafio de juntar os pedaços – as diversas dinâmicas – para entender a lógica que subjaz e ordena as várias partes do sistema” (FONSECA, 1999, p.73).

## **2 MODERNIDADE, DESENVOLVIMENTO E COLONIALIDADE: UMA ASSOCIAÇÃO PERVERSA**

Iniciada no século XVI e consolidada no século XVIII, a modernidade constitui-se em um período de grandes e importantes transformações estruturais e paradigmáticas que impactaram o mundo e reorientaram o “processo civilizatório” da humanidade. Para além de um marco histórico, a modernidade se apresenta “como novo “paradigma” de vida cotidiana, de compreensão da história, da ciência, da religião”, (DUSSEL, 2005, p.30). Dussel identifica dois aspectos antagônicos deste advento: o racional que impulsiona a humanidade a superar o “estado de imaturidade regional, provinciana, não planetária”; e o irracional constituído de um conteúdo “secundário e negativo” que respalda “uma práxis irracional de violência” (DUSSEL, 2005, p.30).

A associação entre modernidade e colonialidade resulta, segundo Mignolo (2017), em um conjunto complexo e imbricado de relações de poder. A tese básica, esclarece o autor, é a de que a “modernidade” é uma narrativa complexa, cujo ponto de origem foi a Europa; uma narrativa que constrói a civilização ocidental ao celebrar as suas conquistas enquanto esconde, ao mesmo tempo, o seu lado mais escuro, a “colonialidade” (MIGNOLO, 2017, p.2).

Logo, a colonialidade, compreendida como um amplo e complexo sistema de hierarquização e domínio surge, historicamente, com a conquista da América “e a

elaboração intelectual de justificativas para perpetuar o domínio pela força, extermínio e saqueio da natureza e da vida humana do dominado” (ICASURIAGA, BERNARDO, 2020, p.176). Essa estratégia de domínio implementada para a exploração dos povos e territórios do “Novo Mundo”, constituiu também os fundamentos do ideário do desenvolvimento inaugurado pós Segunda Guerra Mundial, cujo modelo, forjado na matriz de racionalidade moderno-colonial eurocêntrica, indicava um único caminho a ser trilhado por todas as nações que vislumbrassem a prosperidade e o progresso econômico. Visto por Escobar (2007, p.12) como um “regime de representação”, uma “invenção”, resultante da conjuntura histórica do pós guerra, o que se inicia como um sonho, logo se transforma em pesadelo, pois “ao invés do reino da abundância prometido pelos teóricos e políticos dos anos cinquenta, o discurso e a estratégia do desenvolvimento produziram o oposto: miséria e subdesenvolvimento maciços, exploração e opressão” (tradução nossa)<sup>12</sup> (ESCOBAR, 2007, p.21).

## 2.1 O ideário do progresso e desenvolvimento

No Brasil, na América Latina e em regiões de todo o mundo são constantes e diversos os conflitos deflagrados por comunidades tradicionais em defesa de seu território e das atividades que garantem sua subsistência. Este fato estimula os debates acerca do suposto “progresso” promovido por projetos desenvolvimentistas que reproduzem uma visão colonialista e criam ou agravam as vulnerabilidades dos povos e nações periféricas.

A justificativa adotada por lideranças políticas e governamentais para a implantação de projetos desenvolvimentistas se resume em uma palavra que segundo Lisboa (2014) representa “a ideologia de nossa época”: desenvolvimento.

Kothari *et al* (2019, p.xii) apontam o discurso do presidente Harry S. Truman em 20 de janeiro de 1949, como o discurso de abertura da era do desenvolvimento, “Um período da história mundial, que se seguiu à era colonial, apenas para ser substituído cerca de quarenta anos depois pela época da globalização” que a partir de claros indicadores, segundo o autor, poderá “ser substituída por uma era de nacionalismos populistas”(tradução nossa)<sup>13</sup>.

---

<sup>12</sup> Traduzido do espanhol “*en vez del reino de abundancia prometido por teóricos y políticos de los años cincuenta, el discurso y la estrategia del desarrollo produjeron lo contrario: miseria y subdesarrollo masivos, explotación y opresión*”.

<sup>13</sup>Do original em inglês: “*a period of world history, which followed the colonial era, only to be replaced some forty years later by the epoch of globalization*” [...]“*be replaced by an age of populist nationalisms*”.

Ainda com aporte nas reflexões de Kothari *et al* (2019), a ideia de desenvolvimento se constitui a partir de quatro aspectos: cronopoliticamente, partindo do pressuposto de um avanço linear e unidirecional para todas as nações; geopoliticamente, na qual impera o dualismo entre nações pobres e nações ricas, responsáveis por orientar o caminho a ser seguido; sociopoliticamente, atrelando desenvolvimento à desempenho econômico; e por fim, a partir da pressão exercida por especialistas em governos, multinacionais e corporações, para consolidação e manutenção do ideário de desenvolvimento.

A polissemia do termo e as associações positivas a que remete, como por exemplo, crescimento, melhoria e progresso, tornam o desenvolvimento uma noção “universalmente desejada” (MONTIBELLER FILHO, 2001, p.52-53), que se acomoda perfeitamente aos moldes criados pela sociedade moderna ocidental e cujas promessas afirmam ser capazes de aplacar a grave crise civilizacional vivenciada na atualidade e seus desdobramentos.

A noção de desenvolvimento e seus atributos garantem o sucesso nos discursos das lideranças governamentais dos mais diversos campos ideológicos. Repetida como um “mantra”, a ideia do desenvolvimento, “cumpre o ritual das promessas ao sabor dos eventos oficiais com palavras que, sabem os oradores, atingirão o alvo certo dos seus ouvintes sedentos por soluções mágicas para os problemas do nosso tempo” (SILVA, 2016, p.171).

O fascínio pelo termo e a positiva repercussão decorrente de sua utilização, torna relevantes os questionamentos de Silva (2016, p.172):

Mas, afinal, o que significa este termo? Por que entrou para o universo das palavras indiscutíveis? Por que encontra tamanha ressonância no mundo político? Como se tornou pedra edificante para a difusão e a justificação de grandes obras? Por que a grande maioria da sociedade aceita a palavra desenvolvimento sem questioná-la, mesmo quando ela nega a sabedoria local adquirida em séculos de convivência das populações com o seu habitat? São perguntas que começam a emergir diante da torrente de consequências negativas que atingem muitas comunidades em todo o planeta.

Tais questionamentos podem ser respondidos a partir da argumentação de McMichael (2019, p.12), segundo o qual o desenvolvimento é apresentado nos discursos modernos como uma “inevitabilidade sedutora” capaz de promover avanços civilizacionais que proporcionarão a manutenção da ideia de consumo ilimitado. “Mas o desenvolvimento é imaginado e medido apenas pelo lado positivo de seu registro

material. No entanto, tem se revelado um paradoxo, traindo sua promessa inicial” (tradução nossa)<sup>14</sup>.

Ao nos distanciarmos da predisposição do termo e nos debruçarmos sobre uma análise mais profunda dos fatos e realidades geradas em nome do desenvolvimento é possível perceber os antagonismos comportados por este modelo neoliberal que submete populações historicamente subalternizadas a políticas que promovem a desigualdade, a injustiça o racismo e, por vezes, a morte.

A soberania do sistema hegemônico de desenvolvimento capitalista é exercida por meio de políticas de favorecimento de “quem importa” e de subjugação de parcelas da população consideradas um entrave nesse caminho “natural”, fazendo convergir “duas formas de violência – o poder das antigas culturas patriarcais combinadas com o domínio neoliberal moderno do Dinheiro” (SHIVA, 2019, p.8)<sup>15</sup>.

Compartilhando desta perspectiva, Icasuariaga e Bernardo (2020, p.177) afirmam que mais que um conceito, o desenvolvimento “é uma categoria que remete a uma cosmovisão construída sob o signo da colonialidade”. Advertem que se trata de um “desenvolvimento regressivo”, nas palavras de Bautista (2017), “cujo futuro é o verdadeiro atraso, um desenvolvimento sustentado numa racionalidade moderna ocidental construída em nome da acumulação de riquezas e para justificar os danos irreversíveis para o resto da humanidade”.

Frente às contradições, em algumas décadas, o modelo de desenvolvimento, antes tido “como um poderoso governante sobre as nações” (SACHS, 2019, p.xi), começa a desgastar-se, mediante a acentuação das desigualdades e a operacionalização de novas formas de injustiça, domínio e exploração. Nesse sentido, conforme observa Sachs (2019, p.xi), a ideia de desenvolvimento segue “uma direção não incomum na história das ideias: o que antes era uma inovação histórica tornou-se uma convenção com o tempo, que terminaria em frustração geral” (tradução nossa)<sup>16</sup>.

Sobre a derrocada do desenvolvimento, Sachs (2019, p.xiii) acrescenta ainda que “o discurso do desenvolvimento continha uma promessa histórica monumental: que, no final, todas as sociedades fechariam a lacuna com os ricos e participariam dos frutos

---

<sup>14</sup> Do original em inglês: “*But development is imagined and measured only on the positive side of the material ledger. However, it has revealed itself to be a paradox, betraying its initial promise*”.

<sup>15</sup> Do original em inglês: “*two forms of violence – the power of ancient patriarchal cultures combined with the modern neoliberal rule of Money*”.

<sup>16</sup> Do original em inglês: “*a direction not uncommon in the history of ideas: what once was a historical innovation became a convention over time, one that would end in general frustration*”.

da civilização industrial”, no entanto, “a vida cotidiana é mais frequentemente sobre sobrevivência agora, não progresso” (tradução nossa)<sup>17</sup>.

A década de 1990 já anunciava o fim da era do desenvolvimento quando a globalização, iniciada após a Guerra Fria, dá sobrevida ao ideário de desenvolvimento. “Os portões para as forças do mercado transnacional alcançando os cantos mais remotos da Terra foram escancarados. O estado-nação tornou-se poroso; a economia, bem como a cultura, foi cada vez mais determinada por forças globais” (tradução nossa)<sup>18</sup> (SACHS, 2019, p.xii).

Uma das estratégias adotadas na luta pela manutenção do modelo de desenvolvimento arquitetado pelas grandes nações foi, conforme citado na introdução, a incorporação de adjetivações ao termo desenvolvimento a fim de facilitar seu fluxo e legitimar-se junto aos “deserdados do desenvolvimento” (AMARO, 2017, p.79).

Compondo o rol dos chamados “desenvolvimentos alternativos”, encontra-se o controverso desenvolvimento sustentável. Apresentado em 1987 no relatório que ficou conhecido como “Nosso Futuro Comum”, o conceito de desenvolvimento sustentável foi definido como “a capacidade de garantir o atendimento das necessidades das presentes gerações sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem também as suas” (CMMD, 1991).

A análise do trecho inicial do relatório “Nosso Futuro Comum” revela as concepções que fundamentaram a construção do conceito de desenvolvimento sustentável proposto na época:

Temos o poder de reconciliar as atividades humanas com as leis naturais, e de nos enriquecermos com isso. E nesse sentido nossa herança cultural e espiritual pode fortalecer nossos interesses econômicos e imperativos de sobrevivência. Esta Comissão acredita que os homens podem construir um futuro mais próspero, mais justo e mais seguro. Este relatório Nosso Futuro Comum, não é uma previsão de decadência, pobreza e dificuldades ambientais cada vez maiores num mundo cada vez mais poluído e com recursos cada vez menores. **Vemos, ao contrário, a possibilidade de uma nova era de crescimento econômico, que tem de se apoiar em práticas que conservem e expandam a base de recursos ambientais.** E acreditamos, que tal crescimento é absolutamente essencial para mitigar a grande pobreza que se vem intensificando na maior parte do mundo em desenvolvimento. (CMMD, 1991, p.1)

O vislumbre “de uma nova era de crescimento econômico” é a motivação central para a tomada de decisões e estabelecimento de medidas que viabilizem sua

<sup>17</sup> Do original em inglês: “*the discourse of development held a monumental historical promise: that in the end, all societies would close the gap with the rich and partake in the fruits of industrial civilization*”, no entanto, “*everyday life is more often about survival now, not progress*”.

<sup>18</sup> Do original em inglês: “*The gates for transnational market forces reaching into the Earth’s furthest corners were thrown wide open. The nation-state became porous; the economy as well as culture was increasingly determined by global forces*”.

consolidação. A partir da compreensão da ligação intrínseca entre fatores econômicos, sociais e ambientais e, portanto, da impossibilidade de dissociar crescimento econômico das questões relacionadas ao meio ambiente e a redução da pobreza, surge a preocupação em aplacar os problemas relacionados às dimensões social e ambiental.

Porém, a reificação do crescimento econômico como única via para resolução de problemas ambientais e sociais que justificariam, portanto, medidas que buscam “obrigar o resto do mundo a conformar-se às regras econômicas, socioculturais e políticas desenvolvidas no Ocidente“ (XABA, 2005, p.380), tornou o conceito de desenvolvimento sustentável, alvo de diversos debates e críticas. Conforme esclarece Gómez-Baggethun (2019, p.71) “Apesar de sua popularidade nos círculos políticos, os ambientalistas têm criticado o desenvolvimento sustentável como uma lavagem verde do crescimento convencional e das políticas de desenvolvimento” (tradução nossa)<sup>19</sup>.

Penna-Firme (2018, p.52) alerta para o que chama de “aproximação perigosa de dependência” entre o “capitalismo verde” que mercantiliza as relações entre sociedade e natureza e as retóricas acerca de um desenvolvimento sustentável que refletem ou decorrem das forças do mercado “que buscam homogeneizar sociedades, economias e culturas”.

Conforme alerta Leff (2010, p.75), “no cenário da globalização econômico-ecológica, a transição para a sustentabilidade e a segurança ecológica está sendo deixada aos desígnios do mercado mais que a construção de alternativas baseadas em estudos prospectivos”. Nesse sentido, a concretização dos objetivos e o alcance das metas traçadas que visam um desenvolvimento sustentável, estão atrelados, ou dependem fundamentalmente “do bom funcionamento da economia global, dos mecanismos de mercado e das fontes de financiamento, mais que de uma mudança de racionalidade social e econômica” (LEFF, 2010, p.75).

Como resgatar os que foram deixados para trás, objetivo central da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a partir de um modelo de desenvolvimento, rotulado “sustentável”, cujos preceitos e mecanismos submetem populações, historicamente subalternizadas, a políticas que promovem a desigualdade, a injustiça, o racismo e, por vezes, à morte?

Sob o dissimulado intuito de minimizar o abismo social e econômico que categoriza os diversos países do globo, o modelo de desenvolvimento vigente impõe

---

<sup>19</sup>Do original em inglês: “*despite its popularity in policy circles, environmentalists have criticized sustainable development as green washing of conventional growth and development policies*”.

seus projetos de “forma monológica”, quase sempre ofertando “soluções técnicas como as únicas possíveis para resolver os problemas que pretende aniquilar” (SILVA, 2016, p.171).

No intuito de desvencilhar-se das “macro-narrativas ocidentais” é que constituem-se as bases históricas da decolonialidade (Mignolo, 2017). A decolonialidade é referenciada por Quijano (2010, p.30) como um processo, um novo horizonte histórico que implica a emancipação do eurocentrismo, a produção de formas próprias de existência social, livres de quaisquer mecanismos de dominação ou discriminação, a produção de formas outras de comunidade, liberdade e autonomia, como expressão da diversidade social e da solidariedade.

## 2.2 Colonialidade, decolonialidade e resistência

Destacando as diferenças entre o colonialismo e a colonialidade, Maldonado Torres (2007, p.243) explica que o “colonialismo denota uma política e relação econômica em que a soberania de uma nação ou de um povo repousa poder de outra nação, o que torna tal nação um império”. A colonialidade, por sua vez “refere-se a padrões de poder de longa data que surgiram como resultado de colonialismo, mas que definem cultura, trabalho, relações intersubjetivas e produção de conhecimento muito além dos limites estritos das administrações coloniais”. Nesse sentido, continua o autor, “a colonialidade sobrevive ao colonialismo. Mantém-se vivo nos livros, nos critérios de desempenho acadêmico, nos padrões culturais, no senso comum, na autoimagem dos povos, nas aspirações de si, e tantos outros aspectos de nossa experiência moderna”. O autor conclui observando que “de certa forma, como sujeitos modernos respiramos colonialidade o tempo todo e todos os dias” (tradução nossa)<sup>20</sup>.

A colonialidade do poder, conceito que, segundo Ballestrin (2013) e Mignolo (2017), foi originalmente elaborado por Aníbal Quijano no final da década de 1980<sup>21</sup>, carrega em si a constatação de que “as relações de colonialidade nas esferas econômica

<sup>20</sup> Do original em inglês “*Coloniality is different from colonialism. Colonialism denotes a political and economic relation in which the sovereignty of a nation or a people rests on the power of another nation, which makes such nation an empire*”; “*refers to long-standing patterns of power that emerged as a result of colonialism, but that define culture, labor, intersubjective relations, and knowledge production well beyond the strict limits of colonial administrations*”; “*coloniality survives colonialism. It is maintained alive in books, in the criteria for academic performance, in cultural patterns, in common sense, in the self-image of peoples, in aspirations of self, and so many other aspects of our modern experience*”; “*in a way, as modern subjects we breath coloniality all the time and everyday*”.

<sup>21</sup> Entretanto, conforme observam Bernardino-Costa e Grosfoguel (2016, p.17) “a articulação desta ideia – já identificada com o conceito de colonialidade – foi formulada de maneira explícita por Immanuel Wallerstein (1992). Na sequência, o conceito de Wallerstein foi retomado por Anibal Quijano, que passou a nomeá-lo como colonialidade do poder”.

e política não findaram com a destruição do colonialismo” (BALLESTRIN, 2013, p.99), permanecendo vivas como registros da formação latino-americana.

Posteriormente, o conceito de colonialidade do poder é ampliado por Walter Mignolo (2017) que o reconhece como uma estrutura complexa que entrelaça diversos outros níveis associados ao controle da economia, da autoridade, da natureza e dos recursos naturais, do gênero e da sexualidade e da subjetividade e do conhecimento (BALLESTRIN, 2013, p.100). Mignolo (2017, p.13) esclarece que “equivale a uma “matriz ou padrão colonial de poder”, o qual ou a qual é um complexo de relações que se esconde detrás da retórica da modernidade (o relato da salvação, progresso e felicidade) que justifica a violência da colonialidade”.

A partir da concepção de colonialidade do poder elaborada por Quijano, Palermo (2019, p.50) explica que consiste em “uma forma de organização e de gestão que regula a vida em todas as suas esferas, controlando a economia, a autoridade, o gênero e a sexualidade, a natureza e seus recursos, as subjetividades, incluída a etnicidade, e as formas de conhecer”. Segundo a autora, embora concebida durante o período colonial, “esta matriz [,,] fica instalada depois dessa instância, pela colonização interna, e não apenas nas sociedades colonizadas, mas também nas sujeitas ao domínio dos impérios. Essas múltiplas formas de controle agem inter-relacionalmente, daí a sua efetividade”.

Catherine Walsh (2009) evidencia diferentes dimensões desta matriz colonial a partir da qual foi forjada a noção de colonialidade. Uma das mais elementares que, segundo a autora ainda perdura, é a dimensão racial que articulou a categorização e estratificação social por meio de uma hierarquia racializada. Para Quijano (2005), o sentido moderno da ideia de raça que emerge com a conquista da América, foi um meio de naturalizar e legitimar as relações de poder e dominação estabelecidas entre europeus e não-europeus; em outras palavras, uma forma de consolidar o “modo básico de classificação social universal da população mundial”.

Outra dimensão analisada por Walsh (2009) que a considera pouco discutida em sua relação com as demais dimensões da colonialidade, é a “cosmogônica” ou “da mãe natureza” que “tem a ver com a força vital-mágico-espiritual da existência das comunidades afrodescendentes e indígenas, cada uma com as suas particularidades históricas” (tradução nossa)<sup>22</sup> (WALSH, 2009, p.3). Essa dimensão, de grande relevância para a pesquisa proposta, nos possibilita, de acordo com Walsh, “aprofundar

---

<sup>22</sup> Do original em espanhol: “*ver con la fuerza vital-mágico-espiritual de la existencia de las comunidades afrodescendientes y indígenas cada una con sus particularidades históricas*”.

o problema ontológico existencial, [...] um problema enraizado não só na desumanização do ser, mas também na negação e destruição de sua comunidade civilizadora diaspórica e da filosofia que pertence a ela, como razão e prática de existência” (tradução nossa)<sup>23</sup> (WALSH, 2009, p.3).

A partir das relações de mutualidade e interdependência entre modernidade e colonialidade que constituem o chamado sistema-mundo moderno/colonial, surge a descolonialidade como uma reação aos efeitos da colonização (BERNARDINO-COSTA, GROSGOQUEL, 2016, p.16), ou ainda como argumenta Mignolo (2017, p.13) como uma “resposta necessária tanto às falácias e ficções das promessas de progresso e desenvolvimento que a modernidade contempla, como à violência da colonialidade”.

No entanto, é importante ressaltar que, conforme enfatiza Mignolo (2017, p.15), o movimento decolonial não se apresenta como um “novo universal”, mas como uma opção que propõe um outro olhar, uma nova forma de pensar desvinculada “das cronologias construídas pelas novas epistemes ou paradigmas (moderno, pós-moderno, altermoderno, ciência newtoniana, teoria quântica, teoria da relatividade etc.)”.

Partindo do princípio que a descolonialidade surge no chamado “terceiro mundo”, categoria elaborada por “homens e instituições, línguas e categorias de pensamento do Primeiro Mundo” conforme esclarece Mignolo (2017, p.19), a singularidade do projeto decolonial se assenta no que o autor denomina “epistemologia fronteira”, uma composição entre “pensamento/sensibilidade/ fazer fronteiriços” (MIGNOLO, 2017, p.16).

Elucidando o conceito de fronteira na perspectiva do projeto decolonial, Bernardino-Costa e Grosfoquel (2016, p.19) explicam que não se resume ao “espaço onde as diferenças são reinventadas, são também *loci* enunciativos de onde são formulados conhecimentos a partir das perspectivas, cosmovisões ou experiências dos sujeitos subalternos”.

Sobre o pensar fronteira, Mignolo explica tratar-se de “uma maneira de ser e de existir de todos aqueles e aquelas que habitam o border, “/”, na fronteira que separa e une colonialidade e modernidade”. Segundo ele, “quem habita a fronteira do lado da colonialidade “sente”, cedo ou tarde, a diferença colonial” e estando consciente, escolhe entre os três caminhos possíveis: o da assimilação, o da adaptação ou ainda o da adaptação e construção de projetos “que apontam para outras formas de vida. Neste

<sup>23</sup>Do original em espanhol: “*profundizar el problema existencial ontológico [...]un problema enraizado no solo en la deshumanización del ser, sino también en la negación y destrucción de su colectividad diásporico-civilizatoria y la filosofía que es de ella, como razón y práctica de existencia*”.

momento a consciência e o ser de fronteira transformam-se no pensamento fronteiriço em ação (MIGNOLO, 2013)<sup>24</sup>.

Compartilhando deste pensar, Bernardino-Costa e Grosfoguel (2016, p.18) ressaltam que os sujeitos coloniais que encontram-se nas fronteiras da modernidade “não eram e não são seres passivos”, pois “podem tanto se integrar ao desenho global das histórias locais que estão sendo forjadas como podem rejeitá-las”. Sendo assim, esclarecem os autores, “é nessas fronteiras, marcadas pela diferença colonial, que atua a colonialidade do poder, bem como é dessas fronteiras que pode emergir o pensamento de fronteira como projeto decolonial”.

Nesse sentido, a decolonialidade não se constitui em uma teoria ou projeto universalizante, mas em uma opção à modernidade ou a pós-modernidade que até então se impunham e legitimavam como resultantes de um processo histórico natural. Mignolo reforça que a decolonialidade não se resume a “uma opção de conhecimento, uma opção acadêmica, um domínio de “estudo”, mas uma opção de vida, de pensar e de fazer, “[...] de viver e conviver com quem acha que a opção decolonial é a sua”, e também “com quem tem encontrado opções paralelas e complementares à descolonial” (MIGNOLO, 2017, p.31).

Acerca desta abrangência da perspectiva decolonial, Bernardino-Costa e Grosfoguel (2016, p.17) enfatizam que para além de restringir-se a um projeto acadêmico, a decolonialidade consiste “numa prática de oposição e intervenção, que surgiu no momento em que o primeiro sujeito colonial do sistema mundo moderno/colonial reagiu contra os desígnios imperiais que se iniciou em 1492”. Complementam ainda que, caso a decolonialidade se rendesse a essa formatação, impondo seus autores e conceitos, estaríamos nos deparando com um novo colonialismo intelectual não mais da Europa, mas da América Latina (BERNARDINO-COSTA, GROSFUGUEL, 2016, p.20).

Compreendido por Mignolo como “um inexorável esforço analítico para entender, com o intuito de superar, a lógica da colonialidade por trás da retórica da modernidade” (MIGNOLO, 2017, p.13), o pensamento decolonial é elencado pelo autor como uma das cinco trajetórias que moldarão o futuro nas próximas décadas ao até mesmo de todo o século XXI, coexistindo em relações conflitantes ou não, compatíveis

---

<sup>24</sup> Entrevista concedida por e-mail à Revista do Instituto Humanitas Unisinos (IHU) (Edição 431 – 04 de novembro de 2013) Disponível em <<http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/5253-walter-mignolo>> Acesso em 25 de setembro de 2021.

e, por vezes, incompatíveis, com projetos como a reocidentalização, a reorientação da esquerda, a desocidentalização e a espiritualidade ou opção espiritual<sup>25</sup>.

Todas estas cinco trajetórias são apresentadas como possibilidades já que, de acordo com Mignolo (2017, p.13), “não há mais lugar neste mundo para uma e apenas uma trajetória reinar sobre as outras” [...], “não haverá lugar para uma opção pretender ser única”. E, nesse sentido, esclarece que a opção decolonial “é apenas uma opção que, além de se afirmar como tal, esclarece que todas as outras também são opções, e não simplesmente a verdade irrevogável da história que precisa ser imposta pela força”.

---

<sup>25</sup> Em seu livro intitulado “*The darker side of western modernity*” (2011).

### 3 QUILOMBOS E SUAS RESSIGNIFICAÇÕES

A definição de quilombos ou de mocambos como foram chamados no início da colonização brasileira<sup>26</sup> é centro de muitas contradições e debates decorrentes de visões parcelares dos diferentes atores sociais envolvidos, direta ou indiretamente, nestas organizações sociais, como também ao escrutínio de documentos e fontes que embasam novos estudos e pesquisas sobre a temática.

De acordo com Schmitt *et al* (2002), até a década de 1970, os estudos concernentes a questões quilombolas, pautaram-se na definição de quilombo cunhada no século XVIII, pelo Conselho Ultramarino. Na descrição do órgão de administração colonial, “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele”, era definida como quilombo<sup>27</sup>.

Contribuindo com a discussão, dispomos dos estudos realizados pelo Núcleo de Estudos de Identidade e Relações Interétnicas (NUER), segundo os quais a palavra quilombo “foi primeiramente popularizada pela administração colonial, em suas leis, relatórios, atos e decretos para se referir às unidades de apoio mútuo criadas pelos rebeldes ao sistema escravista, bem como às suas lutas pelo fim da escravidão no país” (BOLETIM INFORMATIVO NUER, 2006, p.10).

Note-se que nesta primeira definição, utilizada para consubstanciar importantes produções (RAMOS, 1953; CARNEIRO, 1957), os quilombos são evidenciados como espaços físicos com características peculiares, compostos por determinados parâmetros e elementos que o caracterizam.

Com base na análise de documentos da época, Almeida (2011, p.39) aponta cinco características indissociáveis que, combinadas, constituiriam a totalidade da definição de quilombo elaborada no século XVIII:

- a) fuga;
- b) quantidade mínima de “fugidos” definida com exatidão;
- c) localização marcada por isolamento relativo, isto é, em “parte despovoada”;

<sup>26</sup> De acordo com Gomes (2015, p.11), “o termo *quilombo* só aparece na documentação colonial no final do século XVII. Em geral, a terminologia usada antes era mesmo *mocambo*”. Os termos mocambos e posteriormente quilombos reportavam-se aos “acampamentos improvisados, utilizados para guerras ou mesmo apresamentos de escravizados”, da África Central. O autor explica que, embora saibamos pouco sobre o porquê da disseminação e uso de tais terminologias, uma explicação possível seria a presença e circulação de agentes administrativos da Coroa Portuguesa na África e no Brasil e, conseqüentemente, das “traduções atlânticas”.

<sup>27</sup> Cabe destacar que mesmo entre a administração colonial, em alguns aspectos, haviam divergências na definição dos quilombos, como, por exemplo, com relação ao número de componentes ou ao caráter fixo ou provisório dos assentamentos (GOMES, 2015).

- d) moradia consolidada ou não;
- e) capacidade de consumo traduzida pelos “pilões” ou pela reprodução simples que explicitaria uma condição de marginal aos circuitos de mercado.

Esta definição, no entanto, parte de uma ótica reducionista que desconsidera as multidimensionalidades destes espaços complexos de relações, caracterizando-os “exclusivamente como expressão da negação do sistema escravista, aparecendo como espaços de resistência e de isolamento da população negra” (SCHMITT *et al*, 2002, p.2).

Além disso, invisibiliza a dinâmica e as ressignificações destes espaços e das relações presentes e estabelecidas entre os diversos agentes envolvidos, represando-os em um tempo pretérito e restringindo leituras, interpretações e possíveis compreensões necessárias para problematizar, inclusive, situações da atualidade.

Na análise de Beatriz do Nascimento (1985) o quilombo consiste um fenômeno, um movimento nos âmbitos social e político atribuído de diferentes significados: como instituição africana, como instituição no período colonial e imperial do Brasil ou ainda como passagem para princípios ideológicos.

Como instituição africana a noção de quilombo é invocada a partir de características e especificidades da etnia Imbangala, podendo estar associado à rupturas nas estruturas de linhagem, aos indivíduos incorporados àquela sociedade ou até mesmo ao local onde aconteciam os ritos de iniciação. Já período colonial e imperial do Brasil, os quilombos constituem sistemas sociais alternativos ou como “brechas no sistema escravista” (FAMARION apud NASCIMENTO, 1985, p. 44), caracterizando-se pela formação de grandes Estados, agindo “de acordo com as condições estruturais, inclusive econômica, no contexto dos ‘ciclos’ econômicos do Brasil” (NASCIMENTO, 1985, p.44). Outra redefinição do quilombo se dá, conforme destaca Nascimento (1985, p.46), ao final do século XIX quando constitui-se em “instrumento ideológico contra as formas de opressão”, passando assim de instituição para “símbolo de resistência”.

Até meados do século XX, outras tentativas de compreender essas organizações/espaços diversos que constituíam os quilombos foram empreendidas; a historiografia da época desenvolveu tipologias que os enquadrava em duas categorias: a culturalista e a materialista<sup>28</sup>. Embora reconhecida a importância de tais reflexões que deram origem a estas categorizações, essa sistematização acabou por “marginalizar” os

<sup>28</sup> A perspectiva culturalista abrangia os quilombos formados por negros escravizados que com o objetivo de libertarem-se da opressão e preservarem sua identidade étnica; essa perspectiva remete há uma visão “romantizada, homogênea ou essencializada” do continente africano. Na perspectiva materialista, os quilombos são concebidos como elementos fundamentais de resistência contra a opressão dos seus senhores (GOMES, 2015, p.73).

quilombos, tidos como “mundos isolados, ora de resistência cultural, ora de luta contra o escravismo” (GOMES, 2015, p.73).

Em seu livro “Mocambos e Quilombos”, Gomes (2015, p.74) atenta para o risco das generalizações assumido a partir do estabelecimento de tipologias para definição dos quilombos; ressalta que as tipologias “não podem ser vistas como camisas de força”, considerando que os diversos tipos de quilombos eram tanto agentes quanto passivos de transformação, logo, em meio a essa dinâmica “as formas de se aquilombar adquiriam novos significados”.

O autor afirma ainda que para contemplar toda essa complexidade dos quilombos brasileiros “seriam necessárias mais e mais pesquisas arquivísticas e etnográfica (e agora também com as abordagens dos usos e sentidos da memória) sobre as histórias dos quilombolas no Brasil – no passado e no presente”.

De extrema relevância para esta discussão são as contribuições de Abdias Nascimento (1985). Segundo o autor os quilombos resultam da “necessidade urgente de assegurar a própria existência do negro como ser humano [...] de resgatar sua liberdade e dignidade”, logo “a multiplicação dos quilombos no espaço e no tempo fez deles um autêntico movimento sócio-político e econômico amplo e permanente” (NASCIMENTO, 1985, p.24). Ao caráter de continuidade e resistência, Nascimento agrega ainda outras dimensões aos quilombos associados à “reunião fraterna e livre; encontro em solidariedade, convivência, comunhão existencial” (NASCIMENTO, 1985, p.30).

Vê-se que, por um longo tempo (do século XVII a meados do século XX) o termo quilombo foi utilizado para referenciar espaços físicos que constituíam o refúgio e a base da resistência de sujeitos que buscavam libertar-se da opressão, da aculturação, da violência física e simbólica e do preconceito arraigado na sociedade escravocrata do Brasil colonial.

Porém, por meio da historiografia atual é possível observar a diversidade e complexidade destas conformações sociais estabelecidas durante o regime escravocrata no Brasil, com relação aos mais diversos aspectos (motivos da formação, localização, composição demográfica e étnica, aspectos econômicos e relações sociais estabelecidas, dentre outros).

Os quilombos podiam ser estabelecidos em zonas urbanas ou rurais; tanto em lugares remotos e isolados, quanto próximos ou dentro das próprias fazendas; assentar-se em um único local por vários anos ou em estruturas provisórias que facilitavam a mobilidade; constituir-se de negros cativos de uma determinada fazenda

ou de várias, libertos, livres e até mesmo de indígenas; mantinham sua subsistência por meio da agricultura, extração, mineração, por meio de trocas com comerciantes locais ou mesmo saques; tinham por objetivo resistir culturalmente, libertar-se da opressão, manter ou ampliar os chamados “direitos costumeiros”, reivindicar mudanças administrativas dentro das fazendas, ou ainda exigir a venda de sua condição para outro senhor (GOMES, 2015).

Contribuindo com essa discussão, Nascimento (1985) acrescenta que, com o objetivo de constituir um núcleo de afirmação humana, étnica e cultural, constituíram-se diferentes formas de aquilombamentos, chamados por ele os “legalizados” e os “fora-da-lei”. Estas conformações, explica Nascimento, “podiam estar localizados no seio de florestas de difícil acesso, o que facilitava sua defesa e organização econômico-social própria como também assumia modelos de organização permitidos ou tolerados pela classe dominante [...]” (NASCIMENTO, 1985, p.24).

É no reconhecimento dessa extensa rede de relações tecida dentro dos quilombos como também a partir da efetiva participação de atores externos (comerciantes, taberneiros, mascates, entre outros) que surge o conceito de “campo negro”, cunhado por Gomes (2015):

um espaço social, econômico e geográfico através do qual circulavam os quilombolas, que incluía senzalas, tavernas, roças, plantações, caminhos fluviais e pântanos, alcançando vilas de pequeno porte e cidades do porte do Rio de Janeiro, quando já era a mais populosa do Brasil em meados do século XIX (REIS, 2017, p.1).

Outro importante conceito no reconhecimento da abrangência e multiplicidade de significados dos quilombos, o quilombismo, é destacado por Nascimento (1985) como sendo uma luta anti-imperialista articulada ao pan africanismo que propõe, aos negros brasileiros, “destituídos e deserdados desse país”, empreender um projeto coletivo pela “Reivenção de um caminho afrobrasileiro de vida fundado em sua experiência histórica, na utilização do conhecimento crítico e inventivo de nossas próprias instituições socioeconômicas, golpeadas pelo colonialismo e o racismo”, rompendo com as propostas ultrapassadas de restauração das instituições dos âmbitos político, social e econômico que só servem, segundo o autor, “para procrastinar o advento de nossa emancipação total que exige a transformação radical das estruturas vigentes” (NASCIMENTO, 1985, p.30). Arelada a esta discussão está a colonialidade do saber, fortemente criticada por Nascimento ao destacar a imprescindível necessidade, no vislumbre dessa reinvenção de um caminho afrobrasileiro, do desenvolvimento de um “instrumento conceitual operativo” que não pode, alerta o autor, “ser o fruto de uma

maquinação cerebral arbitrária, falsa e abstrata. Nem tampouco, pode ser um elenco de princípios importados, elaborados a partir de contextos e de realidades diferentes” (NASCIMENTO, 1985, p.30).

Essas novas reflexões acerca dos quilombos desvinculam sua existência dos elementos condicionantes instaurados desde o início do regime de escravidão no Brasil (fuga e resistência) e que, por vezes, ainda hoje, são invocados para justificar medidas e decisões que agravam o racismo estrutural arraigado na sociedade brasileira. A dinâmica dessas sociedades que promove constante redimensionalização do conceito de quilombo se mostra na latência e continuidade de sua reprodução após o “fim” da escravidão promulgada em maio de 1888.

Durante o século XX, de acordo com Gomes (2015, p.120), “os quilombos ficaram em parte invisíveis e em parte estigmatizados”, porém a invisibilidade, outrora materializada pelas assimétricas relações estabelecidas entre uma elite branca e os negros escravizados, neste momento, se estabelece pela inexistência de políticas públicas para garantia da dignidade de vida às populações negras.

Porém, na década de 1980, em meio aos debates para elaboração da Constituição Federal, “a história dos quilombos, do passado e do presente, se transformou em bandeira de luta”. Do Norte ao Sul do Brasil, de lugares “onde se dizia ou se pensava não existir, milhares de homens e mulheres em comunidades rurais, populações ribeirinhas, povos da floresta ou populações tradicionais passaram a reivindicar terra, territórios e políticas públicas” (GOMES, 2015, p.128). Assim, na Constituição Federal (CF) de 1988, o termo quilombo, ausente da base legal brasileira desde 1889, ressurge “como categoria de acesso a direitos, numa perspectiva de sobrevivência, dando aos quilombos o caráter de "remanescentes" (SOUZA, 2008).

O discurso de abertura da Assembleia Nacional Constituinte, realizado em fevereiro de 1987, por Ulysses Guimarães, marcou o início de um longo caminho pela redemocratização do Brasil, após vinte e um anos de Ditadura Militar. Por intenção, coincidência ou resquício, o discurso é permeado por metáforas<sup>29</sup> que revelam muito sobre a percepção dos tempos vividos sob o regime militar, como também as expectativas depositadas na Constituição que estava sendo gestada.

Ecoam nesta sala as reivindicações das ruas. A Nação quer mudar. A Nação deve mudar. A Nação vai mudar. [...]  
Hoje 5 de outubro de 1988, no que tange à Constituição, a Nação mudou. (Aplausos). A Constituição mudou na sua elaboração, mudou na definição dos Poderes. [...]

---

<sup>29</sup> Durante o regime militar, as metáforas foram largamente utilizadas, principalmente por artistas e intelectuais, para escapar da censura e concretizar estratégias de resistência.

Chegamos, esperamos a Constituição como um vigia espera a aurora.[...]  
Foi a audácia inovadora, a arquitetura da Constituinte, recusando anteprojeto forâneo ou de elaboração interna.

O enorme esforço admissionado pelas 61 mil e 20 emendas, além de 122 emendas populares, algumas com mais de 1 milhão de assinaturas, que foram apresentadas, publicadas, distribuídas, relatadas e votadas no longo caminho das subcomissões até a redação final.

A participação foi também pela presença pois diariamente cerca de 10 mil postulantes franquearam livremente as 11 entradas do enorme complexo arquitetônico do Parlamento à procura dos gabinetes, comissões, galeria e salões.

Há, portanto, representativo e oxigenado sopro de gente, de rua, de praça, de favela, de fábrica, de trabalhadores, de cozinheiras, de menores carentes, de índios, de posseiros, de empresários, de estudantes, de aposentados, de servidores civis e militares, atestando a contemporaneidade e autenticidade social do texto que ora passa a vigorar. [...]

Tem significado de diagnóstico a Constituição ter alargado o exercício da democracia. É o clarim da soberania popular e direta tocando no umbral da Constituição para ordenar o avanço no campo das necessidades sociais. [...]

O povo passou a ter a iniciativa de leis. Mais do que isso, o povo é o superlegislador habilitado a rejeitar pelo referendo os projetos aprovados pelo Parlamento. [...]

**Não é a Constituição perfeita, mas será útil, pioneira, desbravadora, será luz ainda que de lamparina na noite dos desgraçados. [...]**

**É caminhando que se abrem os caminhos. Ela vai caminhar e abri-los. Será redentor o caminho que penetrar nos bolsões sujos, escuros e ignorados da miséria. [...]**

A sociedade sempre acaba vencendo, mesmo ante a inércia ou o antagonismo do Estado.[...] (grifo nosso)<sup>30</sup>

Por diversas vezes, a soberania popular é destacada como propulsora do ordenamento político e jurídico, comprometido em reconhecer, incluir e visibilizar os “desgraçados”, relegados aos “bolsões sujos, escuros e ignorados da miséria”.

A Constituição Federal de 1988 ou Constituição Cidadã como ficou conhecida, constituiu importante marco para as comunidades tradicionais. O caráter de tutela e assistencialismo que embasava as decisões e medidas acerca destas comunidades concebidas como remanescentes, ou seja, em vias de extinção, foi substituído pelo reconhecimento da importância e elaboração de mecanismos de proteção e promoção da garantia de direitos. Elevados a grupos identitários nacionais, tem, no artigo 215<sup>31</sup>, o direito e o incentivo à manifestação de suas culturas:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

<sup>30</sup> Trechos retirados do discurso do presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Dr. Ulysses Guimarães. Disponível em <https://www.camara.leg.br/radio/programas/277285-integra-do-discurso-presidente-da-assembleia-nacional-constituente-dr-ulysses-guimaraes-10-23/> > Acesso em maio de 2020.

<sup>31</sup> Disponível em [https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988\\_07.05.2020/art\\_215\\_.asp](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_07.05.2020/art_215_.asp) > Acesso em maio de 2020.

O Artigo 216<sup>32</sup> se refere aos produtos, materiais e imateriais que caracterizam e compõem as manifestações culturais, definindo-os como patrimônio cultural brasileiro, dotados de valor e passíveis de “acautelamento e preservação”:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

As comunidades quilombolas são mencionadas em artigo específico. No artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) sob o termo “remanescentes das comunidades dos quilombos”<sup>33</sup>, é reconhecido o direito à propriedade definitiva das terras ocupadas, atribuindo ao Estado a responsabilidade de emissão dos respectivos títulos, sob o objetivo principal de:

assegurar a possibilidade de sobrevivência e florescimento de grupos dotados de cultura e identidade étnica próprias, ligadas a um passado de resistência à opressão, os quais, privados do território em que estão assentados, tenderiam a desaparecer, absorvidos pela sociedade envolvente. Para os quilombolas, a terra habitada, muito mais do que um bem patrimonial, constitui elemento integrante da sua própria identidade coletiva, pois ela é vital para manter os membros do grupo unidos, vivendo de acordo com os seus costumes e tradições (MINISTÉRIO PÚBLICO, 2008)<sup>34</sup>.

Porém, o reconhecimento do direito quilombola sobre as propriedades, contemplado no Artigo 68 da CF, somente começa a ser operacionalizado após a sua regulamentação pressionada por movimentos sociais e vigência de legislações estaduais favoráveis ao direito territorial quilombola, como as dos estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Maranhão e Pará (LEITE, 2010, p.20-21).

Deste movimento resultou o Decreto nº 4887 de 20 de novembro de 2003, assinado pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no intuito de regulamentar “o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias” (BRASIL, 2003).

<sup>32</sup> Disponível em <[https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988\\_05.10.1988/art\\_216\\_.asp](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_216_.asp)> Acesso em maio de 2020.

<sup>33</sup> De acordo com Lima e Moraes (2019, p.44), a utilização do termo “remanescentes” foi duramente criticada por “trazer uma conotação pejorativa dos que ‘restaram’, ‘sobraram’, remetendo a existência quilombola ao passado e não a coexistência do presente”.

<sup>34</sup> Disponível em <[http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/documentos-e-publicacoes/artigos/docs/artigos/docs\\_artigos/Territorios\\_Quilombolas\\_e\\_Constituicao\\_Dr.\\_Daniel\\_Sarmento.pdf](http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/documentos-e-publicacoes/artigos/docs/artigos/docs_artigos/Territorios_Quilombolas_e_Constituicao_Dr._Daniel_Sarmento.pdf)> Acesso em junho de 2020.

No percurso para consolidação dos direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais, surgem outros dispositivos, como o Decreto n° 6040 de 07 de fevereiro de 2007 considerado decisivo na contemplação destes povos na agenda de políticas públicas (FARIA e TÁRREGA, 2019). O Decreto em questão Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais compreendidos no Artigo 3° como:

[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

Nos parágrafos II e III, consta ainda a definição de territórios tradicionais e desenvolvimento sustentável:

II - Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações; e

III - Desenvolvimento Sustentável: o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras.

Art. 4o Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.<sup>35</sup>

É interessante observar que os conceitos de Comunidades e Povos Tradicionais e também de Desenvolvimento Sustentável, aparecem neste decreto, acompanhados do conceito de Territórios Tradicionais, sinalizando uma interdependência entre os conceitos tratados e atribuindo, ao território ancestralmente ocupado, um papel fundamental na manutenção da vida destes povos e comunidades e garantia das futuras gerações.

A historiografia das lutas pelo direito e posse de territórios tradicionalmente ocupados revela que não há trégua quando o que está em jogo são os mecanismos de poder e controle e a busca pela manutenção de velhas estruturas que gestam os interesses de uma elite dominante. Mesmo após a promulgação da CF, considerada um grande avanço no ordenamento jurídico brasileiro, diversos foram os dispositivos acessados para o resgate de elementos do passado colonial que contribuem para o estado de exceção que se descortina na atualidade.

No caso das comunidades remanescentes de quilombos, a regulamentação do procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação

---

<sup>35</sup> Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/decreto/D10531.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10531.htm)> Acesso em agosto de 2020.

das terras ocupadas está normatizada pelo Decreto nº 4.887 de 20 de novembro de 2003<sup>36</sup>, segundo o qual:

Art. 2<sup>a</sup> Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

§ 1<sup>a</sup> Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade.

§ 2<sup>a</sup> São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.

Um dos importantes critérios apresentados neste decreto, consta no parágrafo 1º do artigo 2º estabelecendo que “a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade”.

A autodefinição, prevista no processo de certificação para posterior demarcação e homologação de terras quilombolas foi preconizada na Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais. Publicada em Genebra, em 27 de junho de 1989, na 76ª Conferência Internacional do Trabalho, a Convenção 169 entrou em vigor internacional, em 5 de setembro de 1991, sendo promulgada no Brasil em 19 de abril de 2004, por meio do Decreto 5.051, revogado pelo Decreto 10.088 de 05 de novembro de 2019, atualmente em vigência<sup>37</sup>.

A Convenção 169<sup>38</sup> nasce da análise e releitura da Convenção 107, elaborada pela mesma organização e considerada “um marco histórico no processo de emancipação social dos povos indígenas”, no entanto, o reconhecimento de “tendências integracionistas e paternalistas”, não condizentes com o mundo moderno, tornou pertinente e necessária sua revisão.

A autoidentificação indígena ou tribal constitui uma das inovações propostas pelo novo documento, “como critério subjetivo, mas fundamental, para a definição dos povos sujeito da Convenção, isto é, nenhum Estado ou grupo social tem o direito de negar a identidade a um povo indígena ou tribal que como tal ele próprio se reconheça” (OIT, 2011).

<sup>36</sup> Disponível em <[http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/ADC1988\\_12.07.2016/art\\_68\\_.asp](http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/ADC1988_12.07.2016/art_68_.asp)> Acesso em maio de 2020.

<sup>37</sup> Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019/2022/2019/Decreto/D10088.htm#anexo72](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019/2022/2019/Decreto/D10088.htm#anexo72)> Acesso em 25 de janeiro 2021.

<sup>38</sup> Disponível em <<https://www.oas.org/dil/port/1989%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20Povos%20Ind%C3%ADgenas%20e%20Tribais%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20OIT%20n%20%20C2%BA%20169.pdf>> Acesso em 20 de dezembro de 2020.

Embora respaldado por importantes documentos, como o elaborado pela OIT, o decreto 4.887/2003 se vê ameaçado de revogação mediante a alegação de inconstitucionalidade proposta pela Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 3.239, interposta em 2004, pelo Partido da Frente Liberal (PFL), hoje Partido Democratas (DEM).

Dentre as inconstitucionalidades apontadas pela legenda, está o critério de auto-atribuição que, de acordo com o disposto na ADI 3.239, “pode levar ao reconhecimento do direito a mais pessoas do que aquelas efetivamente beneficiadas pelo artigo 68 do ADCT e realizar, por vias oblíquas, uma reforma agrária *sui generis*[...]”

O julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3239 desdobrou-se até fevereiro de 2018, quando em sessão realizada no dia 08 de fevereiro o Superior Tribunal Federal (STF) declarou improcedente o pedido de inconstitucionalidade proposto, reafirmando a garantia do direito às terras ocupadas por comunidades quilombolas.

Paralelo a este processo, outros foram encaminhados na tentativa de derrubar as bases constitucionais de garantia do direito a terra por comunidades tradicionais; grande parte deles questionando a auto atribuição ou autodefinição e apresentando o marco temporal como parâmetro na compreensão dos processos demarcatórios.

A tese do “marco temporal”, utilizada como argumento para o indeferimento de processos relativos à demarcação de terras tradicionalmente ocupadas, como também para a tentativa de impugnação de decisões favoráveis nesta mesma temática, ganhou repercussão em 2009, com o julgamento da Ação Popular, registrada no STF como PET 3.388/RR<sup>39</sup>.

Interposta por Augusto Afonso Botelho Neto, à época Senador pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), esta Ação Popular requeria, em síntese, a suspensão dos efeitos da Portaria nº 534/05, do Ministério da Justiça, e do decreto presidencial publicado no dia 18 de abril de 2005, que homologam a demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, composta por aproximadamente 1.747.465 hectares, situada nos Municípios de Normandia, Pacaraima e Uiramutã no estado de Roraima, norte do Brasil.

A homologação das terras Raposa Serra do Sol arrastou-se por décadas, sendo demarcada formalmente pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) somente em 1993.

---

<sup>39</sup>Ação Popular interposta pelo Senador Augusto Affonso Botelho Neto questionando a validade da Portaria nº 534/2005 do Ministério da Justiça e do Decreto Presidencial de 15/04/2005, insurgindo-se contra a demarcação da Terra Indígena Raposa-Serra do Sol, localizada ao norte do Estado de Roraima.

Conforme dados do Instituto Socioambiental<sup>40</sup>, no decorrer dos doze anos “até a sua homologação, fortes pressões políticas retardaram o processo administrativo e promoveram a invasão de arroteiros, a criação de mais um município dentro da área e a divisão entre lideranças e comunidades indígenas locais”.

A revogação da Portaria e do Decreto presidencial, reivindicada por meio da Petição (PET) 3.388, pautava-se na alegação de que:

além de afrontar os princípios da proporcionalidade, razoabilidade, segurança jurídica, legalidade e devido processo legal, incidiria nas seguintes irregularidades: a) nulidade do procedimento administrativo, por violação aos Decretos n. 22/91 e n. 1.775/96, tendo em vista a não participação de todos os interessados na lide e não apresentação de relatório circunstanciado por parte do Grupo Interinstitucional de Trabalho; b) nulidade do estudo antropológico conclusivo posto ter sido o mesmo assinado por um único profissional; c) iminentes prejuízos à economia do Estado de Roraima caso a demarcação da Reserva Indígena ocorra em área contínua; d) instabilidade quanto à segurança nacional, porquanto a Reserva Indígena estaria contida em faixa de fronteira do Brasil com a Venezuela e Guiana; e) ofensa ao equilíbrio federativo, haja vista que a área demarcada ocupa grande parte do território do Estado de Roraima.

Dada a profundidade dos debates e interpretações jurídicas desencadeados por este processo, seu julgamento é considerado um *leasing case*, um marco nas deliberações acerca dos direitos territoriais dos povos indígenas.

Conforme observa Sartori Junior (2016, p.92), muitos temas polêmicos foram expostos e explorados do trâmite à decisão, no entanto, foram enfatizadas questões referentes “às salvaguardas institucionais e ao denominado “conteúdo positivo do ato de demarcação das terras indígenas”, presente no corpo do texto”, pautado no “marco temporal.”

De acordo com a tese do marco temporal, utilizada como subterfúgio para a manutenção da colonialidade do poder, o direito originário de povos tradicionais à ocupação das terras reivindicadas está atrelado ao dia 05 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal. Conforme explica Sartori Junior (2016, p.89):

A tese afirma que o direito a uma terra indígena só deve ser reconhecido nos casos em que a área se encontrava tradicionalmente ocupada na data da promulgação da Constituição, 5 de outubro de 1988, a menos que se comprove que a comunidade indígena tenha sido expulsa da área e nesta data estivesse reivindicando enfaticamente o seu retorno, preferencialmente por via judicial.

A tese do marco temporal, ao redor da qual gravitaram as discussões entre os ministros do STF no julgamento da PET 3.388, fundamenta-se na chamada “teoria do fato indígena”, uma visão ahistórica e descontextualizada que subverte e constitui um retrocesso aos avanços implementados com a Constituição de 1988. A defesa

---

<sup>40</sup> Disponível em < <https://especiais.socioambiental.org/inst/esp/raposa/> > Acesso em 22 de janeiro 2021.

contundente da tese do marco temporal ficou clara nas palavras do relator do processo, ministro Carlos Ayres Britto:

o marco temporal da ocupação. Aqui, é preciso ver que **a nossa Lei Maior trabalhou com data certa: a data da promulgação dela própria (5 de outubro de 1988)** como insubstituível referencial para o reconhecimento, aos índios, “dos direitos sobre as terras que tradicionalmente ocupam”. Terras que tradicionalmente ocupam, atente-se, e não aquelas que venham a ocupar. Tampouco as terras já ocupadas em outras épocas, mas sem continuidade suficiente para alcançar o marco objetivo do dia 5 de outubro de 1988. **Marco objetivo que reflete o decidido propósito constitucional de colocar uma pá de cal nas intermináveis discussões sobre qualquer outra referência temporal de ocupação de área indígena.** Mesmo que essa referência estivesse grafada em Constituição anterior. É exprimir: a data de verificação do fato em si da ocupação fundiária é o dia 5 de outubro de 1988, e nenhum outro (grifo nosso).

A fala do ministro, que ainda hoje reverbera, revela a fragilidade das conquistas acerca dos direitos indígenas implementadas com a CF de 1988 que “rompe com o paradigma da assimilação, integração, incorporação ou provisoriedade da condição de indígena e, em consequência, das terras por eles ocupadas” (MARÉS, 2013, p.15).

Desvela ainda as sutis, porém, potencialmente catastróficas, manobras políticas e jurídicas na tentativa de manutenção dos privilégios e assimetrias característicos do colonialismo interno que em sua origem, está vinculado ao processo de conquista em que as populações “não são exterminadas e formam parte, primeiro do Estado colonizador e depois do Estado que adquire uma independência formal, ou que inicia um processo de libertação, de transição para o socialismo, ou de recolonização e regresso ao capitalismo neoliberal”, conforme esclarece González Casanova (2007, p.432).

A teoria do marco temporal apresenta-se como oposição à teoria do indigenato, proposta por Mendes Junior, no início do século XX. Esta é atribuída de grande importância, por contribuir na construção das bases de discussão sobre as questões concernentes aos direitos dos povos originários sobre as terras:

A argumentação de Mendes Júnior (1912) considera os séculos de exploração, exclusão e genocídio praticado contra os povos indígenas durante a colonização portuguesa no Brasil. Tal direito é considerado pelo referido autor como congênito, isto é, um direito inato, significando, portanto, que o direito dos povos indígenas às suas terras tradicionalmente ocupadas é anterior à própria criação do Estado brasileiro, devendo este último apenas demarcar e declarar os limites espaciais deste território (NOGUEIRA; MASSULO, 2019)<sup>41</sup>.

<sup>41</sup>

Disponível em <<https://emporiiodireito.com.br/leitura/a-teoria-do-indigenato-vs-teoria-do-fato-indigena-marco-temporal-breve-analise-desde-a-perspectiva-do-colonialismo-interno>> Acesso em 25 de janeiro de 2021.

Embora o STF tenha decidido em 2009 pelo indeferimento do requerido na Petição 3.388 e, portanto, pelo reconhecimento da legalidade dos procedimentos que culminaram na demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, este processo passou a ser aplicado como jurisprudência, desencadeando uma torrente de ações no mesmo viés<sup>42</sup>.

Debatendo sobre o impacto da decisão do STF, “último mecanismo de proteção a direitos fundamentais do Estado”, sobre a proteção jurídica das terras indígenas brasileiras, Pegorari (2017, p.253) afirma que “a corte falhou em garantir o direito dessa minoria em situação de extrema vulnerabilidade ao deixar de exercer seu poder contra majoritária face aos outros poderes do Estado e aos particulares detentores do poder econômico”. Essa discussão é elencada por Leite (2010, p.17) quando debate a situação dos grupos rurais negros no Brasil como “a expressão máxima da ordem jurídica hegemônica” que “expõe uma forma de violência simbólica”. Segundo a autora, esta “modalidade de violação dos direitos humanos [...] está ancorada, há mais de três séculos, em tecnologias de controle e manipulação circunscrita ao mundo letrado”, tendo “como sua principal base de sustentação o controle do acesso à justiça”. Complementa ainda que:

O verdadeiro contra senso no quadro da Justiça é que ao mesmo tempo em que as leis de propriedade se fundamentam no direito consuetudinário, o suprime, pondo à margem, empurrando para fora, um número considerável de humanos que não estão inseridos na cultura letrada, ou até na célebre “letra da lei”.

### 3.1 A operacionalização dos racismos na expropriação de territórios ancestrais

Conforme comentado no capítulo introdutório, a crença de superioridade racial das sociedades brancas europeias sobre as demais foi uma estratégia de domínio, adotada a partir do século XVI para justificar a violência e a escravização de diversos povos, dentre os quais, os povos indígenas e africanos. Rapidamente, esta crença torna-se “um corpo teórico sustentado por diferentes teorias científicas” que, com base no conceito de raça, consolidaram “a concepção da hierarquização dos grupos humanos, a partir dos seus pertencimentos fenotípicos e culturais” (LIMA *et al*, 2019, p.6).

Lima (2019, p.12) atenta para os diversos significados atribuídos à raça nos diferentes tempos e contextos históricos: em sua origem, na Idade Média, era utilizado

---

<sup>42</sup> TI Guyrároka, povo guarani-kaiowá, situado em MS; TI Limão Verde, povo Terena, MS; TI Panambi-Lagoa Rica, s Guarani Kaiowá, MS TI Porquinhos, povo Canela Apãnjkra, MA, dentre outras.

como “sinônimo de casta” associado a espécies da fauna e da flora; já no século XIX, era considerado um “critério de catalogação das supostas espécies humanas”.

O autor ressalta ainda que, ao contrário do que comumente se supõe, os traços fenotípicos não eram determinantes na concepção de raça, cuja hierarquização estava intimamente ligada também a fatores culturais e de ascendência. Trata-se, portanto, “de uma concepção que, em sua essência, diz respeito às relações de poder e necessidade de controle, sendo constantemente invocada para justificar práticas de dominação de um grupo sobre outro” (LIMA, 2019, p.12).

Ao final do século XX, a noção de raça se evidencia principalmente no respaldo a relações desiguais estabelecidas no mercado de trabalho, abrangendo desde a oferta de formação profissional à oportunidade de ocupação de cargos e desempenho de funções. Nesse sentido, a raça simboliza a “posição subalterna na divisão hierárquica do trabalho e continua a fornecer a lógica para confinar os membros dos grupos raciais subordinados àquilo que o código racial da sociedade define como ‘seus lugares apropriados’” (HASENBALG, 1979, p.83).

Munanga (2004, p.7) explica que o racismo enquanto conceito e realidade é elemento de diferentes leituras e interpretações que acarretam, além da falta de consenso quanto o seu conteúdo e significado, também dificuldades na elaboração de estratégias de luta contra sua disseminação. Esclarece que, por razões lógicas e ideológicas, o racismo parte da noção de raça e de um princípio essencialista que divide a humanidade em grupos categorizados com base em uma escala de valores que atrela características físicas a características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas.

Sob estes aspectos, conclui o autor, que o racismo consiste em “uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural (MUNANGA, 2004, p.8). Seguindo essa linha de raciocínio, Kabengele Munanga esclarece que o racista transcende a noção de raça exclusivamente calcada nos traços físicos, criando um sentido sociológico da raça.

A mudança na concepção do racismo a partir da vertente biológica começa, segundo Munanga (2004, p.9), a partir dos anos 1970, justamente em decorrência dos progressos alcançados no campo das Ciências Biológicas que desconstruem a crença na justificativa científica da raça. “Assiste-se então ao deslocamento do eixo central do racismo e ao surgimento de formas derivadas tais como racismo contra mulheres, contra jovens, contra homossexuais, contra pobres, contra burgueses, contra militares, etc. (MUNANGA, 2004, p.9-10)”.

O autor alerta ainda para os perigos desse deslocamento conceitual que, segundo ele, pode reverter-se em uma “armadilha ideológica”, levando “a um esvaziamento da importância ou da gravidade dos efeitos nefastos do racismo no mundo (MUNANGA, 2004, p.9-10)”.

Em concordância com Lima *et al* (2019), nesta discussão utilizarei o conceito de racismo no plural, a fim de “ressaltar as peculiaridades de cada face desse fenômeno” que tem sido usado como “arma ideológica”, como um dispositivo de poder para a articulação de políticas expansionistas e naturalização de relações hierárquicas, nos diferentes contextos históricos e socioespaciais.

O racismo é um problema crônico no Brasil, conforme demonstram os dados elaborados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública<sup>43</sup>, segundo os quais no ano de 2021, a cada 100 pessoas assassinadas em nosso país, 78 eram negras; assim como também eram negras 77,6% das vítimas de homicídio doloso (com intenção de matar), 84,1% dos mortos por ação policial, 62 % das mulheres vítimas de feminicídio.

No entanto, o “mito da democracia racial brasileira”, que segundo Munanga (2010, p.1) assume uma “voz forte e poderosa [...] que funciona como uma crença, uma verdadeira realidade, uma ordem” dificulta o reconhecimento do “racismo à brasileira” arraigado na sociedade e compromete, por fim, não apenas sua identificação como também a elaboração de estratégias eficazes no seu combate.

Dentre as diversas facetas deste crime que em nosso país destaco duas que considero de grande pertinência para as discussões nesta pesquisa: o racismo institucional e o racismo ambiental.

O conceito e delimitação do **racismo institucional** estão atrelados ao movimento do grupo Panteras Negras. Iniciado na década de 60, no sul dos Estados Unidos, reivindicava a garantia dos direitos civis das comunidades afroamericanas, duramente marcadas pela segregação racial, implementada por meio das leis Jim Crow (GOULART, 2019).

Stokely Carmichael e Charles Hamilton, ativistas do movimento, são referenciados como responsáveis pelo conceito de racismo institucional. No livro “*Black Power: The politics of Liberation in America*”, escrito em 1962, Carmichael e Hamilton, explicam que o racismo pode evidenciar-se de forma explícita ou velada, assumindo formas intimamente relacionadas que se traduzem nos chamados: racismo individual e racismo institucional. De acordo com os autores, o que caracteriza e

---

<sup>43</sup> Disponível em <<https://fontesegura.forumseguranca.org.br/nao-existira-seguranca-publica-sem-compromisso-antirracista/>> Acesso em 07 de janeiro de 2022.

diferencia essas duas formas de racismo, é a forma como são operacionalizadas; o racismo individual “consiste em atos explícitos de indivíduos” resultando em “morte, ferimentos ou a destruição violenta de propriedades”; o racismo institucional, por sua vez, embora com o mesmo potencial destrutivo, é “muito mais sutil, menos identificável em termos de indivíduos específicos”. Reiteram ainda que por originar-se “na operação de forças estabelecidas e respeitadas da sociedade”, o racismo institucional “recebe muito menos condenação pública” do que o racismo individual (TURE e HAMILTON, 2021, p.34).

Contribuindo com a discussão, López (2012, p.127) se refere ao racismo institucional como “processos de discriminação indireta” que atuam “de forma difusa no funcionamento cotidiano de instituições e organizações que operam de forma diferenciada na distribuição de serviços, benefícios e oportunidades aos diferentes segmentos da população do ponto de vista racial”, contribuindo assim, “para a naturalização e reprodução da desigualdade racial”.

Jaccoud (2009, p.157) observa que essa forma indireta, difusa, citada por López, em que as manifestações e atitudes não caracterizam explicitamente a discriminação racial, pode ser identificada “no funcionamento cotidiano de instituições e organizações, que operam de forma diferenciada na distribuição de serviços, benefícios e oportunidades aos diferentes grupos raciais”, resultando no “fracasso coletivo [...] em promover um serviço profissional e adequado às pessoas por causa da sua cor, cultura, origem racial ou étnica”.

A autora acrescenta ainda que a “separação das manifestações individuais e conscientes que marcam o racismo e a discriminação racial – tal qual conhecido e combatido por lei” é a grande inovação promovida pelo racismo institucional também chamado pela autora de “racismo estrutural ou sistêmico”.

Ao contrário dos Estados Unidos, no continente europeu o debate sobre racismo institucional esteve praticamente ausente até o final do século XX, tendo sua articulação efetivada, sobretudo, a partir da mobilização social (ARAÚJO, 2019, p.151). Um dos exemplos mais emblemáticos, segundo o autor, foi o relatório Macpherson, publicado em 1999, no Reino Unido<sup>44</sup>. O relatório, que leva o nome de seu organizador, William Macpherson, trouxe, “uma das principais ferramentas de análise para as

---

<sup>44</sup> O relatório trata da morte de Stephen Lawrence na noite de 22 de abril de 1993. Na noite do crime, ele e seu amigo Duwayne, ambos jovens negros, aguardavam o autocarro em Eltham, no sul de Londres quando Lawrence foi esfaqueado por um grupo de jovens brancos, em atitude evidentemente racista. Presumindo que o assassinato tratava-se de um “ajuste de contas entre negros”, a polícia não perseguiu os suspeitos, tampouco, realizou o procedimento de coleta de provas que fundamentariam a investigação do caso (ARAÚJO, 2019, p.151).

desigualdades raciais e o racismo presente na sociedade” do Reino Unido (BRASIL, 2005, p.352).

O conceito de racismo e racismo institucional é tratado no capítulo 6 e reiterado ao final do relatório de 389 páginas<sup>45</sup>:

6.4 "Racismo" em termos gerais consiste em condutas, palavras ou práticas que beneficiam ou prejudicam as pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem étnica. Em sua forma mais sutil, é tão prejudicial quanto em sua forma aberta. 6.34 "Racismo Institucional" consiste no fracasso coletivo de uma organização em fornecer um serviço adequado e profissional às pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem étnica. Pode ser visto ou detectado em processos, atitudes e comportamentos que equivalem à discriminação por meio de preconceito involuntário, ignorância, falta de consideração e estereótipos racistas que prejudicam as minorias étnicas<sup>46</sup>.

Moraes (2013, p.11-12) ressalta a importância do relatório Macpherson que permitiu ampliar a percepção e o debate acerca do assassinato de Lawrence ao concluir que “não apenas os policiais que lidaram com o caso operaram de forma discriminatória, mas a própria instituição policial acionou dispositivos diversos de leniência que findou, no primeiro momento, com a absolvição de todos os criminosos”.

Embora represente um importante marco na elaboração e discussão acerca do racismo institucional, o Relatório Macpherson também é alvo de críticas. Segundo Araújo (2019), Hesse (2004a), é um dos contestadores do disposto no relatório quando se refere ao racismo institucional como resultante de preconceitos **inconscientes** (grifo nosso), quando na realidade desdobra-se a partir de “processos ativos de encobrimento do racismo como herança colonial e de desvinculação dele enquanto elemento intrínseco ao Estado liberal moderno” (ARAÚJO, 2019, p.332).

Apoiado em Goldberg (2002) e em Quijano (2000), Fonseca (2015, p.332) comenta sobre a íntima relação existente entre as histórias do Estado Moderno e do racismo. Segundo ele, embora teoricamente o Estado liberal esteja voltado à promoção dos direitos individuais, “Isso não significa, contudo, que o Estado moderno não é racista em sua natureza”.

<sup>45</sup> Disponível em <

[https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment\\_data/file/277111/4262.pdf](https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/277111/4262.pdf)> Acesso em 05 de junho de 2022.

<sup>46</sup> Do original em inglês: 6.4 "Racism" in general terms consists of conduct or words or practices which advantage or disadvantage people because of their colour, culture or ethnic origin. In its more subtle form it is as damaging as in its overt form. 6.34 "Institutional Racism" consists of the collective failure of an organisation to provide an appropriate and professional service to people because of their colour, culture or ethnic origin. It can be seen or detected in processes, attitudes and behaviour which amount to discrimination through unwitting prejudice, ignorance, thoughtlessness, and racist stereotyping which disadvantage minority ethnic people.

Cabe destacar que a operacionalização do racismo institucional está fortemente atrelada à ausência ou insuficiência do Estado na efetivação de políticas públicas que, além de garantir a equidade no acesso aos bens e serviços básicos, constituam-se antídotos contra a intolerância e o preconceito que busca justificar a subalternização de grupos sociais específicos. Sob outra perspectiva podemos afirmar que, muitas vezes, não é a ausência, e sim a presença, forte e imperiosa do Estado, por meio de suas instituições, a responsável pela corporificação do racismo e seus desdobramentos.

Na reflexão acerca deste caso específico, toda a contrariedade pressuposta em “ausência e presença” acaba por compatibilizar o mesmo produto: o aprofundamento das desigualdades e da injustiça social e a degradação das instituições públicas. A exemplo do vínculo entre racismo e Estado podemos citar o pacto firmado entre o governo estadual paulistano e os proprietários rurais de terras, no período pós-escravidão, cuja “ideia principal era proporcionar o desenvolvimento econômico investindo na imigração europeia, enfraquecendo assim a participação profissional de negros recém-libertos no processo” (MORAES, 2013, p.23).

Outro exemplo citado no mesmo documento se refere ao período da Ditadura Militar, e a articulação, por meio do viés ideológico, no intuito de vender a imagem do Brasil como um país de “um só povo”; um lugar livre de distinções raciais ou sociais. Tal situação é explicitada no Boletim de Acompanhamento e Análise, lançado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)<sup>47</sup>, segundo o qual:

Durante o regime militar, o establishment governamental, refratário a qualquer sinalização de incongruências entre a auto-representação da sociedade brasileira como uma democracia racial e a realidade de extremas desigualdades entre negros e brancos, suprimiu do sistema oficial de informações dados sobre a cor dos indivíduos. Assim, o Censo de 1970 ficou sem o quesito cor, o que impediu a constatação e a denúncia das desigualdades raciais já verificadas nos poucos dados sobre cor divulgados nos Censos de 1940, 1950 e 1960. Sendo as desigualdades entre negros e brancos atribuídas ao fato de que os primeiros, por terem sido escravos, estavam mais representados nas classes baixas, acreditava-se, conforme o arcabouço teórico da época, que aquelas desigualdades seriam mitigadas ou mesmo suprimidas pelo desenvolvimento econômico (IPEA, 2003, p.74).

No Brasil, o debate acerca do racismo institucional tem início mais especificamente a partir dos anos 2000, motivado pelo movimento negro que pressionava pelo cumprimento e “efetivação dos compromissos pela promoção de igualdade racial no país, assumidos transnacionalmente na Conferência Mundial contra o Racismo de 2001” (LÓPEZ, 2012, p.128).

---

<sup>47</sup>

Disponível em  
<[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4672/1/bps\\_n.7\\_IGUALDADE\\_RACIAL7.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4672/1/bps_n.7_IGUALDADE_RACIAL7.pdf)> Acesso em 10 de fevereiro de 2021.

Fonseca (2015, p.331) aponta a criação do Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI), implementado em 2005, como um marco do reconhecimento do conceito de racismo institucional pelo Estado Brasileiro. O PCRI foi resultante de uma parceria estabelecida entre a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), extinta em 2015, o Ministério Público Federal (MPF), o Ministério da Saúde (MS), Agência de Cooperação Técnica do Ministério Britânico para o Desenvolvimento Internacional e Redução da Pobreza (DFID), a Organização Panamericana de Saúde (Opas) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)<sup>48</sup>.

Outra face do racismo de grande pertinência para as discussões propostas neste trabalho é a **do racismo ambiental**, que se manifesta, segundo Aguiar e Souza (2019, p.2), de forma “peculiar e sofisticada” submetendo “comunidades empobrecidas e racialmente inferiorizadas [...] ao descaso ambiental e à dissociação dos valores éticos de uma política ambiental inclusiva e plural”.

A origem do racismo ambiental, remonta ao final da década de 1970, nos Estados Unidos, pautado em uma denúncia contra a instalação de um depósito de resíduos tóxicos no condado de Warren, na Carolina do Norte, entre 1978 e 1982 (PACHECO 2016)<sup>49</sup>. Os resíduos de policlorobifenilos (PCB), substância química utilizada na produção de equipamentos elétricos, estão na lista dos Poluentes Orgânicos Persistentes (POP), reconhecidamente associados a sérios danos para saúde humana e para o meio ambiente (AGUIAR e SOUZA, 2019, p.5).

A periculosidade do empreendimento associada às precárias condições da população, de maioria negra e vivendo com renda que as classificava abaixo da linha da pobreza, desencadearam grandes manifestações locais que ficaram conhecidas como “*NIMBY – not in my backyard*” (AGUIAR e SOUZA, 2019, p.5).

Em função dos manifestos ocorrido em Warren, foi realizado um estudo pelo *US General Accounting Office (GAO)*, que relacionava a Implantação de aterros de resíduos perigosos com a situação racial e econômica de comunidades vizinhas, constatando que “de três quartos dos aterros de resíduos perigosos comerciais na região 4 – que abrange oito Estados do Sul dos Estados Unidos estavam situadas “em áreas de comunidades predominantemente afro-americanas, embora estes representem apenas 20% da população da região” (AGUIAR e SOUZA, 2019, p.5).

---

<sup>48</sup> Dados obtidos no Boletim Eletrônico nº 2, referente aos meses de março e abril de 2005 do Departamento de Desenvolvimento Internacional, referente ao componente Saúde do Programa de Combate aos Racismo Institucional. Disponível em < <https://www.paho.org/bra/dmdocuments/Sala5516.pdf>> Acesso em 05 de junho de 2022.

<sup>49</sup> Disponível em < <https://racismoambiental.net.br/racismo-ambiental-o-que-eu-tenho-a-ver-com-isso/>> Acesso em 10 de janeiro de 2021.

Aguiar e Souza (2019) destacam ainda que estudos posteriores, realizados por Robert Bullard revelaram que, dentre os fatores que viabilizavam o racismo ambiental nos Estados Unidos, estavam:

as disponibilidades de terras baratas dentro de comunidades de minorias étnicas e seus arredores, a baixa oposição organizada da população local, as limitações de recursos políticos característico de comunidades pouco representadas nos poderes público e a sub-representação destas comunidades em entidades governamentais responsáveis por decisões referente a localização dos rejeitos (AGUIAR e SOUZA, 2019, p.7).

A repercussão deste caso deflagrou diversos outros movimentos e projetou o racismo ambiental como “uma das questões centrais na luta pelos direitos civis”. (AGUIAR e SOUZA, 2019, p.6).

O racismo ambiental, portanto, está relacionado à hierarquização do espaço e à dinâmica política e infraestrutural que resgata e adapta antigas práticas colonialistas aos atuais modelos de desenvolvimento que apregoam a necessidade inevitável do sacrifício de grupos específicos em prol do progresso da nação.

Com base em Mbembe (2016) e suas reflexões acerca da necropolítica, Lima e Moraes (2019, p.37) referem-se ao racismo ambiental como marcas do sistema colonial escravocrata nos corpos e territórios das populações negras e indígenas. Marcas cujas consequências envolvem desde assassinatos de opositores ao sistema hegemônico, doenças decorrentes da contaminação dos ecossistemas por substâncias tóxicas e usurpação dos territórios, até a promoção ou contribuição para o desaparecimento de comunidades inteiras, seguindo a lógica colonialista que classifica as populações e define “quem merece ou não viver”.

Nesse processo, sob a égide do modelo de desenvolvimento hegemônico, Pacheco (2008, p.11) explica que a maioria da humanidade se converte em objetos: “uns, a serem usados a serviço do lucro; outros, considerados supérfluos, a serem sumariamente descartados”. Seguindo esta lógica, continua a autora, “ou somem das estatísticas a partir de causas “naturais” decorrentes da desnutrição ou de doenças causadas pela miséria absoluta, ou são expulsos de seus lares para que megaprojetos se estabeleçam, ocupando e arrasando o território para “implantar empregos, progresso, desenvolvimento sustentável e cidadania”.

Para Robert Bullard (1993, p.23) embora “historicamente, o zoneamento de exclusão tenha sido uma forma sutil de usar a autoridade e o poder do governo para promover e perpetuar práticas discriminatórias”, o racismo ambiental não se caracteriza exclusivamente pelas estratégias ou ações arquitetadas com intenções claras de segregar

parcelas específicas da população, abarcando qualquer política, prática ou diretriz que, de forma intencional ou não, impacte negativamente comprometendo, de forma diferente, grupos ou comunidades não brancas.

Compreensão compartilhada por Herculano (2008, p.16) ao explicar que o racismo ambiental não se configura apenas por ações deliberadamente racistas, mas, inclusive, por aquelas que ampliam as injustiças sociais e ambientais a que estão sujeitas determinadas etnias e as chamadas populações tradicionais:

Diz respeito a um tipo de desigualdade e de injustiça ambiental muito específico: o que recai sobre suas etnias, bem como sobre todo grupo de populações ditas tradicionais – ribeirinhos, extrativistas, geraizeiros, pescadores, pantaneiros, caiçaras, vazanteiros, ciganos, pomeranos, comunidades de terreiro, faxinais, quilombolas etc. – que têm se defrontado com a ‘chegada do estranho’, isto é, de grandes empreendimentos desenvolvimentistas – barragens, projetos de monocultura, carnicultura, maricultura, hidrovias e rodovias – que os expõem de seus territórios e desorganizam suas culturas, seja empurrando-os para as favelas das periferias urbanas, seja forçando-os a conviver com um cotidiano de envenenamento e degradação de seus ambientes de vida.

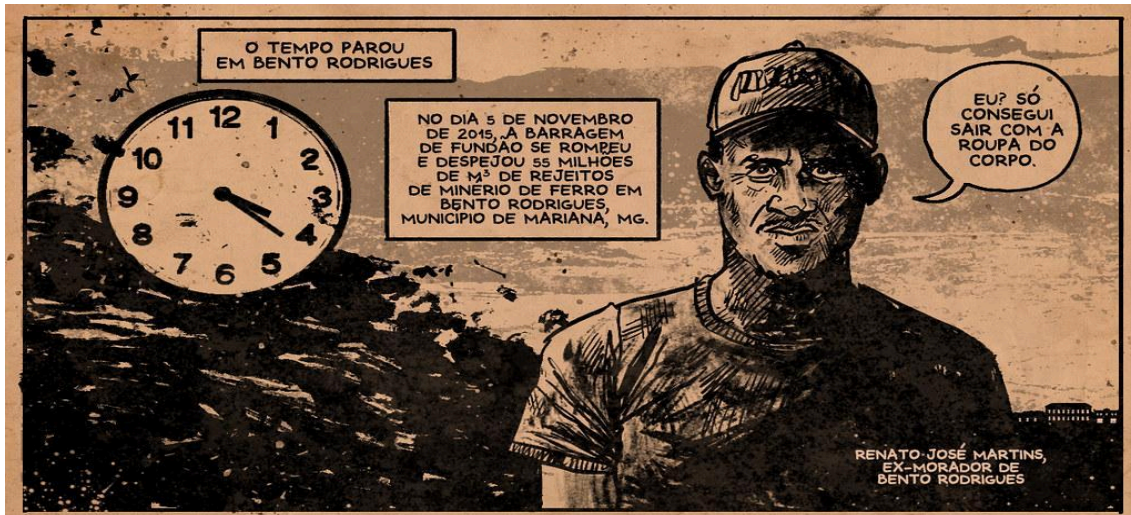
Por esta razão, Hernández (2019, p.272), pautado em Gelobter (1992), adverte que para compreender o racismo ambiental é necessária também uma abordagem estrutural que possibilite determinar, “além da intencionalidade deliberada de ações concretas”, também identificar forças sociais e econômicas capazes de desencadear processos discriminatórios. Hernández (2019, p.272) acrescenta como elementos geradores do racismo ambiental “a institucionalização de preconceitos inconscientes, os processos de exclusão e julgamentos normativos que influenciam racialmente ações significativas incluindo ações conscientes e fala explícita”. Resumindo, conclui o autor, “o racismo ambiental, como todo racismo, tem a ver com uma distribuição institucional e real do poder”.

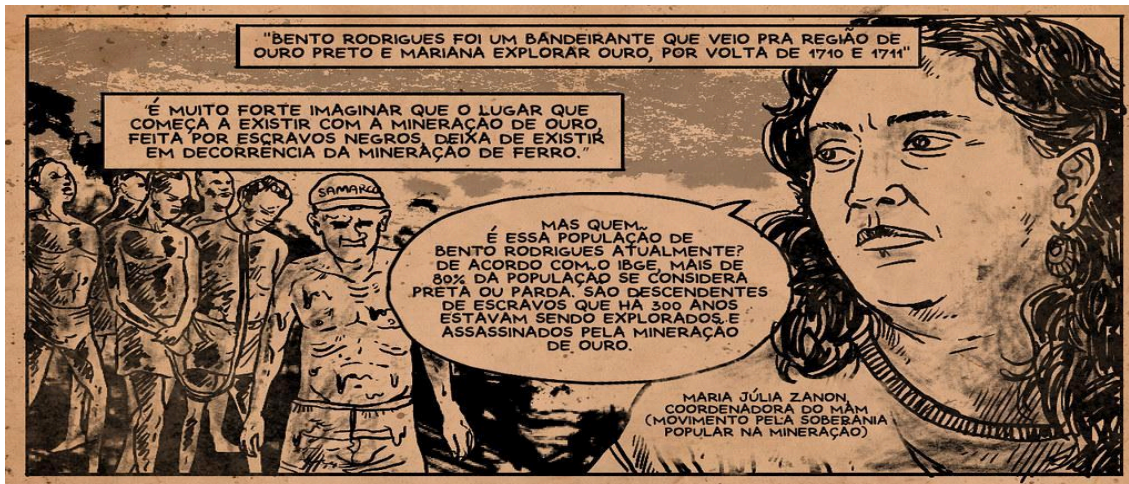
Embora nesta análise eu tenha optado por abordar separadamente as “diferentes” faces de um mesmo problema, o racismo, por meio das discussões acerca dos racismos institucional e ambiental, é importante salientar que a operacionalização deste sistema se dá de forma integrada, uníssona. Aguiar e Souza (2019) colaboram com essa reflexão ao afirmar que uma das dificuldades para o enfrentamento do racismo ambiental é justamente a “resistência do sistema jurídico, político e com as burocracias institucionais”. Com aporte em (BULLARD, 2001b), os autores complementam ainda:

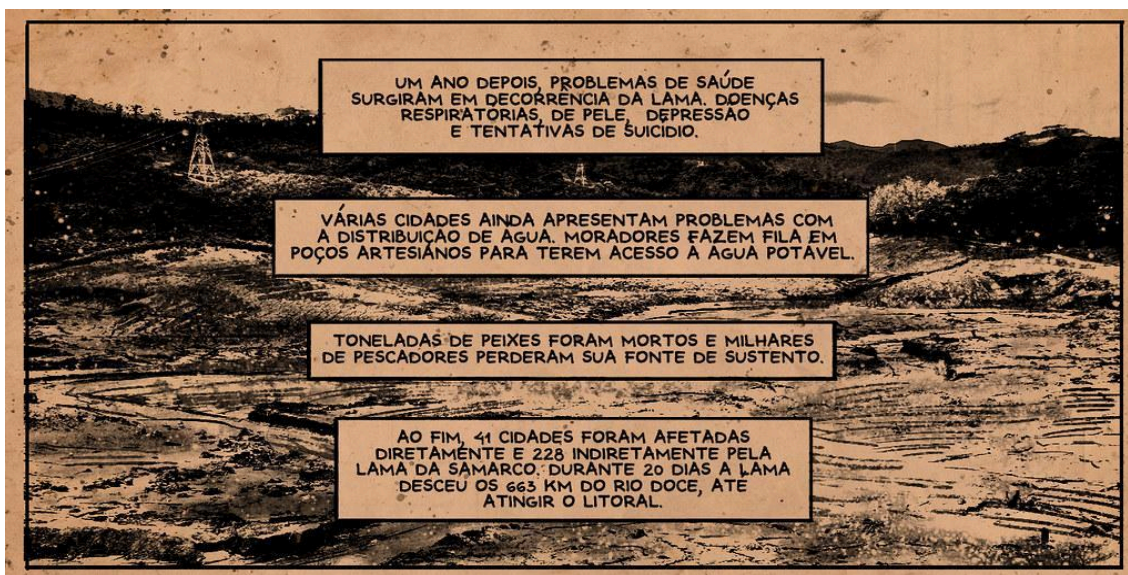
sempre é necessário evidenciar que há inequidade racial envolvendo gestão e a proteção ambiental e na formulação de políticas públicas, até porque o racismo institucional influencia as decisões sobre: a aquisição e uso das terras locais; elaboração e aplicação das normas ambientais; a escolha de locais e procedimentos para a implantação instalação de empreendimentos potencialmente poluidores; a gestão de vulnerabilidade econômica; e na

escolha dos trajetos das vias de comunicação e transporte. Além disso, é muito comum os conselhos de zoneamento e planejamento não possuírem representações das comunidades negras, ou seja, as pessoas de cor, ou as entidades que os representam, têm sido sistematicamente excluídas dos processos de tomada de decisão comissões e órgãos governamentais, ou quando são convidados, realizam apenas representações simbólicas (AGUIAR e SOUZA, 2019, p.7-8).

## 4 DESASTRES LICENCIADOS







Disponível em <<https://www.brasildefato.com.br/2016/11/10/em-quadrinhos-tragedia-anunciada>> Acesso em 05 de janeiro de 2023.

A abertura deste capítulo com a reportagem em quadrinhos intitulada “Tragédia Anunciada” pretende destacar um dos maiores desastres decorrentes da mineração na história de nosso país: o rompimento da barragem do Fundão, ocorrido em Mariana, no estado de Minas Gerais, em novembro de 2015. No entanto, a grande repercussão do desastre que, à época, foi uma das notícias mais compartilhadas em alguns *sites* da imprensa internacional, como o jornal francês *Le Monde*<sup>50</sup>, não figurou um alerta suficiente para evitar que alguns anos depois, em 2019, outro desastre produzido sobre as mesmas bases e no mesmo estado (MG), ocorresse em Brumadinho pelo rompimento da barragem do Córrego do Feijão.

Além da visibilização do desastre de Mariana, a reportagem em quadrinhos foi incluída nesta tese por introduzir aspectos muito relevantes acerca dos desastres que foram ou serão debatidos neste estudo, dentre os quais, a colonialidade do desenvolvimento como mecanismo gerador de desastre, a “relação promíscua” entre o Estado e as empresas responsáveis pela implantação de projetos de alto potencial poluidor, a culpabilização das vítimas e a violência lenta a que foi sujeitada a Comunidade de Bento Rodrigues.

No capítulo 2 apresento uma discussão acerca do ideário do desenvolvimento, inaugurado na década de 1950, como diretriz, caminho a ser trilhado por todas as nações mundiais que almejassem alcançar o progresso e promover avanços civilizacionais mensurados com base em critérios e indicadores universalistas. Como já

<sup>50</sup>

Disponível em <<https://oglobo.globo.com/politica/tragedia-em-mariana-mg-ganha-destaque-no-mundo-17983453>> Acesso em 30 de abril de 2023.

comentado, no início da década de 1990, ao fim da Guerra Fria, este projeto alcança o seu ápice, propiciado pelo amplo avanço tecnológico, principalmente nos campos da comunicação e transportes, decorrentes do acirramento das disputas entre Estados Unidos e União Soviética, pelo fim da bipolaridade mundial, e expansão do capitalismo global.

No entanto, paradoxalmente, os mesmos avanços tecnológicos que propiciaram a otimização dos sistemas de exploração e produção, gerando lucros exponenciais para os detentores de tais recursos, foram responsáveis pela subtração dos bens naturais e prejuízos incalculáveis aos ecossistemas e populações, principalmente àquelas cuja subsistência e existência estavam baseadas nos territórios atingidos.

Isto porque, explica Bautista (2017, p.42) “a idealização ilimitada do desenvolvimento não abdica o ideal moderno de progresso; postulado pela ciência, sempre aponta: agora não é possível, mas amanhã sim” (tradução nossa)<sup>51</sup>. Nesse sentido, a solução para problemas imediatos se torna uma aposta nas tecnologias que serão desenvolvidas em um futuro incerto.

O “mito do desenvolvimento”, conforme é tratado por Bautista (2017) promete um “paraíso na terra”, sinalizando possibilidades de crescimento progressivo e ilimitado incompatíveis com os “recursos” humanos e naturais existentes. Logo, “quando esse ritmo se impõe ao trabalho, produz não só a atonia do ritmo humano (em simbiose com o natural), mas provoca uma desumanização paulatina que atravessa todo o conjunto social (tradução nossa)”<sup>52</sup> (BAUTISTA, 2017, p.41).

Essa lógica nos fornece elementos para refletir acerca da relação existente entre políticas desenvolvimentistas forjadas nos moldes colonialistas e a produção e/ou agravamento das vulnerabilidades humanas e ambientais que resultam na produção de desastres, dentre os quais o discutido neste trabalho.

O estudo e análise acerca dos desastres assumem especial relevância a partir das décadas de 1970 e 1980, associados, segundo Almeida (2015, p.3) a duas questões interconectadas: os desafios para manutenção do desenvolvimento econômico e o aumento da ocorrência de desastres durante esse período. Ainda segundo a autora, embora as áreas de geociências e engenharias predominassem na abordagem do tema, tratado “no sentido estrito”, ou seja, resultantes de dinâmicas naturais, a perspectiva

---

<sup>51</sup> Traduzido do espanhol: “*la idealización ilimitada del desarrollo no abdica, pues el ideal moderno de progreso, que postula la ciencia, señala siempre: ahora no es posible, pero mañana si*”.

<sup>52</sup> Traduzido do espanhol: “*cuando ese ritmo se impone al trabajo, produce no sólo la atonía del ritmo humano (en simbiosis con el natural) sino provoca una deshumanización paulatina que atraviesa todo el conjunto social*”.

defendida por geógrafos e sociólogos que os concebia como construções sociais foram de grande relevância para as diretrizes futuras.

A constatação da ampliação das ocorrências e magnitudes dos desastres ao longo do século XX associada à apreensão de diversos países, desencadeou o que Kobiyama *et al* (2006, p.2) consideraram “a maior iniciativa científica internacional até então desenvolvida para criar estratégias mitigadoras para todo o globo”. Em 1987, a *US National Academy of Sciences (NAS)* apresenta proposta a ONU que resulta, em dezembro de 1989, na promulgação da década de 90, como a *International Decade for Natural Disaster Reduction (IDNDR)*.

Considerada um marco na elaboração de estudos e estratégias de prevenção e ações no intuito de minimizar os danos decorrentes de calamidades naturais, a *IDNDR* refletia, conforme explicam Mattedi e Butzke (2001, p.1) dois processos interconectados: “a crescente vulnerabilidade dos países em desenvolvimento em termos de perdas de vidas, prejuízos materiais e os seus efeitos cumulativos indiretos sobre desenvolvimento das regiões afetadas” e “o progresso adquirido no conhecimento científico e tecnológico desenvolvido para a confrontação do problema”.

Dentre os vários objetivos que, segundo Alcantára-Yala (2002, p.121), foram alcançados durante a *IDNDR*, a autora destaca a “organização de grupos internacionais para fornecer conselhos sobre a prevenção de desastres naturais em bases regionais e nacionais” (tradução nossa)<sup>53</sup>. A autora chama atenção para a convergência entre aspectos físicos, principalmente relacionados à localização dos países com maiores ocorrências de desastres naturais, e as vulnerabilidades humanas, em maior relevo nos países com menores índices de desenvolvimento. Nesse sentido, alerta para a necessidade de um esforço para promover, especialmente nos países periféricos, a elaboração de análises de vulnerabilidade dentro de uma avaliação de risco e quadro de gestão.

O termo desastre abrange um vasto conjunto de significados, usos e interpretações agregando, em função disso, um alto grau de complexidade. Daí decorre a suma importância de sua precisa delimitação de acordo com a dimensão da análise proposta.

Valêncio (2010) explica que alguns autores já se debruçaram sobre os motivos que agregam tanta complexidade ao conceito de desastre, gerando várias possibilidades de compreensão, como também dissensos em sua definição. Segundo ela, Quarentelli

---

<sup>53</sup> Do original em inglês: “*the organization of international groups to provide advice on the prevention of natural disasters on regional and national bases*”.

(1998) destaca três dificuldades: “a reduzida intersecção analítica das correntes que entendem o desastre como um acontecimento físico e as que o vêem como uma construção social”, as consequências de “juízos de valores e subjetividade na atribuição de uma conotação ruim a um dado evento (como, por exemplo, a invasão de um país por outro)”, e por fim, “a crescente complexidade dos eventos a serem analisados como, por exemplo, mesclando convulsões sociais, fome crônica e terremoto em dada localidade” (VALÊNCIO, 2010, p.749).

A autora comenta ainda que Quarantelli (1998) enfatiza a necessária prudência das Ciências Sociais na elaboração ou adoção de determinados conceitos de desastre, lembrando que irão compor um quadro de referências “que será entendido como o espelhamento da realidade; nesse quadro, tais ou quais sujeitos e relações serão identificados; fixar-se-ão percepções e outras serão desconsideradas; pensamentos e comportamentos serão amoldados ou descartados” (VALÊNCIO, 2010, p.749-750).

A partir da análise de Quarantelli, Valêncio (2010) alerta sobre a responsabilidade da Sociologia e demais Ciências Humanas em pensar este conceito em toda a sua extensão e profundidade, “sobretudo quando remete a processos de desestruturação e reordenamento social [...] influenciando auspiciosamente as decisões e as fazendo avançar diante dos que consideram os desastres apenas uma questão das engenharias ou das ciências naturais” (VALÊNCIO, 2010, p.750).

Refletindo sobre a dificuldade em chegar a um consenso sobre o conceito de desastre no meio científico, Oliver-Smith (1999, p.19) observa que “os variados usos populares e literais do termo abrangem uma gama tão ampla de fenômenos, conceitos, metáforas e alusões que as tentativas de precisão, clareza e, talvez o mais importante, simplicidade por interesses científicos são desafiadas” (tradução nossa)<sup>54</sup>.

Para os fins desta análise, inicio pelo conceito de desastre elaborado pelo Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC) que atua na prevenção, mitigação, resposta e recuperação de desastres em todo o território brasileiro, objetivando, simultaneamente, conforme sua missão, “preservar o moral da população e restabelecer a normalidade no convívio social”<sup>55</sup>.

Embora criado somente ao final da década de 1980, por meio do Decreto nº 97.274 de 16 de dezembro de 1988, o esboço deste sistema, ou seja, “as primeiras

---

<sup>54</sup> Do original em inglês: “*the varied popular and literal uses of the term encompass such a wide range of phenomena, concepts, metaphors and allusions that attempts at accuracy, clarity and, perhaps most importantly, simplicity by scientific interests are challenged*”.

<sup>55</sup> Disponível em

<[https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca\\_antiga/Prote%C3%A7%C3%A3o%20e%20Defesa%20Civil%20em%20%C3%A2mbito%20local%20\(2015\).pdf](https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca_antiga/Prote%C3%A7%C3%A3o%20e%20Defesa%20Civil%20em%20%C3%A2mbito%20local%20(2015).pdf)> Acesso em 15 de dezembro de 2022.

ações, estruturas e estratégias de proteção e segurança dirigidas à população”, remonta ao final da Segunda Guerra Mundial.

No Brasil, um sistema voltado à defesa civil surge em 1942, seguindo os passos da Inglaterra, pioneira desse processo, atrelado aos riscos e danos decorrentes do conflito mundial. Porém, em 1946 esse sistema é extinto, ressurgindo somente na década de 60, frente às calamidades públicas decretadas em razão das chuvas no Sudeste e das secas na região Nordeste do Brasil.

Voltando ao conceito de desastre, segundo a Defesa Civil, pode ser compreendido como “resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema (vulnerável), causando danos humanos, materiais e/ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais”. Estão classificados quanto à intensidade (nível I, II, III e IV), a evolução (desastres súbitos ou de evolução aguda, desastres graduais ou de evolução crônica e desastres por somação de efeitos parciais), e origem (naturais, humanos ou antropogênicos e mistos).

A definição proposta pela Defesa Civil coloca o desastre como resultado, produto de um “evento adverso”, ou seja, como consequência de um fato ou acontecimento, agregando também aspectos relacionados ao grau de vulnerabilidade do espaço geográfico atingido, como também aos danos e prejuízos causados. Bastante abrangente, o conceito proposto pelo órgão suscita algumas reflexões relacionadas, principalmente, à questão da vulnerabilidade que, de acordo com a concepção que o fundamenta, propiciaria ou influenciaria na ocorrência dos desastres.

A Política Nacional de Defesa Civil determina a redução de desastres como objetivo geral a ser alcançado por meio de ações voltadas a prevenção, preparação para emergências e desastres, resposta aos desastres e reconstrução. No entanto, Valêncio (2010, p.751) aponta uma contradição entre o objetivo e as práticas implementadas pelo SINPDEC que “ao invés de atenuarem, recrudescem a vulnerabilidade de grupos empobrecidos país afora” que levam a autora a caracterizar o sistema societécnico da Defesa Civil como verticalizado, com ações de baixa reflexividade, detentor de reduzida confiança junto aos grupos sociais em risco ou afetados e “impermeável às demandas, direitos e pontos de vista dos grupos que vivenciam reiteradamente os desastres”. Associado a isso, acrescenta a autora, “a prescrição de recomendações paliativas para que essas pessoas se adequem à desigualdade territorial e à subcidadania [...], produz, difunde e consolida uma visão de realidade baseada na naturalização de uma ordem social injusta. (VALÊNCIO, 2010, p.751-752).

Com o aporte nos estudos de Lindell e Perry (2004), Valêncio (2010) traz importantes contribuições que problematizam as relações entre os agentes gestores de desastres e os afetados por tais eventos. Segundo ela, os estudos que “analisaram contextos multiculturais nos quais havia reiterada desconsideração das instituições de gerenciamento de emergências para com as minorias étnicas e demais grupos vulneráveis”, indicaram que a falha na comunicação entre os agentes do Estado e os grupos formados por minorias étnicas “seria indício de uma estratégia maior, embora tácita, de dominação cultural”. A partir de então, “Lindell e Perry demonstraram ser o sistema sociotécnico – em suas ações de planejamento, preparação e resposta – aquilo que restringe, em vez de ampliar, a margem de participação e proteção social no caso de desastre” (VALÊNCIO, 2010, p.750).

O campo das Ciências Sociais tem contribuído muito nas discussões acerca do desastre ao colocar luz sobre as dimensões sociais e políticas das catástrofes, sejam elas decorrentes de fatores naturais e/ou humanos/tecnológicos (SILVA, 2004). Além disso, estas contribuições revelam os bastidores do desastre, o contexto de sua deflagração e a face oculta de processos e fenômenos que, direta ou indiretamente, somam-se aos agentes causadores ou intensificadores destas ocorrências.

Não obstante a polissemia do termo desastre, Mattedi e Butzke (2001) afirmam que nas Ciências Sociais as formas de interpretação das “calamidades naturais” seguem duas grandes tradições de análise: “a teoria dos *Hazards*, desenvolvida do ponto de vista geográfico, que enfatiza os aspectos naturais, e a teoria dos Desastres desenvolvida do ponto de vista sociológico, que enfatiza os aspectos sociais”.

A variabilidade e complexidade dos desastres é analisada pelo professor Oliver-Smith<sup>56</sup>. Segundo ele, o termo pode ser utilizado para nos referirmos a eventos ou “processos de início lento”, a exemplo de secas ou exposições a substâncias tóxicas, ou de “início rápido”, como abalos sísmicos ou acidentes nucleares. Quanto aos seus efeitos, abrange desde os imediatos, causadores de destruição e mortes, “até impactos não percebidos ou experimentados fisicamente por talvez muitos anos, como no caso de exposições tóxicas” (tradução nossa)<sup>57</sup> (OLIVER-SMITH, 1999, p.20).

Frente ao desafio de definir o que é um desastre e determinar quais elementos interferem em sua origem e ocorrência, Oliver-Smith (1999) se utiliza de um conceito

---

<sup>56</sup> O professor Oliver-Smith é atualmente membro do comitê científico de Pesquisa Integrada sobre Risco de Desastres do Conselho Internacional de Ciência e da Força-Tarefa de Mudanças Climáticas da Associação Antropológica Americana,

<sup>57</sup> Do original em inglês: “*to impacts not perceived or physically experienced for perhaps many years, as in the case of toxic exposures*”.

elaborado pelo filósofo austríaco Ludwig Wittgenstein denominado “semelhança de famílias”. Para exemplificar este conceito Wittgenstein se utiliza, de forma metafórica, dos jogos:

Considere, por exemplo, os processos que chamamos de “jogos”. Quero dizer, jogos de tabuleiro, de carta, com bola, de combate, e assim por diante. O que todos eles têm em comum? – Não diga: “Tem que haver para eles algo em comum, senão eles não se chamariam ‘jogos’” – mas veja se todas as coisas são comuns para eles. – Pois se você os examina, não vai ver, na realidade, algo que todos têm em comum, mas semelhanças, parentescos, e, na realidade, toda uma série dessas coisas. Como foi dito: não pense, veja! – Examine, por exemplo, os jogos de tabuleiro com os seus múltiplos parentescos. Passe agora para os jogos de carta: aqui você encontra muitas correspondências com aquela primeira classe, mas muitos traços comuns desaparecem e outros surgem. Se nós agora passamos para os jogos com bola, então muitas coisas em comum ficam preservadas, mas muitas se perdem. – Eles são todos ‘divertidos’? Compare xadrez com jogo do moinho. Ou há em qualquer lugar um ganhar e perder, ou uma competição de jogadores? Pense no jogo de paciência. Nos jogos com bola há ganhar e perder; mas quando uma criança arremessa a bola na parede e a pega de novo, então esse traço se perde. Veja que papel cumprem a habilidade e a sorte. E como é diferente a habilidade no jogo de xadrez e no jogo de tênis. Pense agora nas brincadeiras de roda: Aqui está o elemento da diversão, mas quantos dos outros traços característicos são perdidos! E assim podemos percorrer muitos, muitos outros grupos de jogos. Ver surgir e desaparecer semelhanças. E o resultado dessa observação é agora: vemos uma complicada rede de semelhanças que se sobrepõem e se cruzam mutuamente. Semelhanças no grande e no pequeno. Eu não poderia caracterizar melhor essas semelhanças do que pela expressão “semelhanças de família”; pois assim se sobrepõem e se cruzam as distintas semelhanças que têm lugar entre os membros de uma família: altura, traços faciais, cor dos olhos, andar, temperamento etc., etc. – E eu direi: os ‘jogos’ conformam uma família. (WITTGENSTEIN, 1999, p.65-67)

Partindo da análise de Wittgenstein, Oliver-Smith (1999, p.20) sugere que, assim como os jogos, os desastres também compõem uma família, “na medida em que o que emerge da consideração de sua ampla gama de fenômenos é uma "rede complicada de semelhanças, sobreposições e entrecruzamentos: às vezes semelhanças gerais, às vezes semelhanças de detalhes"<sup>58</sup>. Conclui que “o termo desastre constitui um conjunto de semelhanças familiares ao invés de se conformar a uma lista mínima de critérios de definição”<sup>59</sup>.

Continuando sua abordagem, Oliver-Smith (1999) destaca como tema central na discussão, a complexidade interna dos desastres caracterizando-os como “eventos totalizadores”, que a medida que se desdobram podem impactar “todas as dimensões de uma formação estrutural social e a totalidade de suas relações com seu ambiente”

<sup>58</sup> Do original em inglês: “*insofar as what emerges from the consideration of its wide range of phenomena is a "complicated network of similarities, overlaps and criss-crossings: sometimes general similarities, sometimes details similarities"*”.

<sup>59</sup> Do original em inglês:

“*the term disaster constitutes a cluster of family resemblances rather than conforming to a minimal list of definitional criteria*”

(tradução nossa)<sup>60</sup>. Essas dimensões, segundo ele, “expressam consistência e inconsistência, coerência e contração, cooperação e conflito, hegemonia e resistência” e “revelam o funcionamento dos sistemas físicos, biológicos e sociais e sua interação entre populações, grupos, instituições e práticas, e suas construções socioculturais concomitantes” (tradução nossa)<sup>61</sup>, forçando com isso, o confronto entre as diversas realidades socialmente construídas (OLIVER-SMITH, 1999, p.20-21).

Oliver-Smith (1996, p.303) esclarece que os desastres “ocorrem na interface da sociedade, tecnologia e meio ambiente e são fundamentalmente os resultados das interações desses recursos” (tradução nossa)<sup>62</sup>. Destaca ainda que os desastres evidenciam o fracasso de uma sociedade em conciliar, de forma sustentável, as características naturais de um determinado ambiente e as transformações implementadas a partir da ocupação e do uso do espaço pelas sociedades humanas, convertendo-se assim, em um importante indicador de adaptação social – a resiliência.

Yarimar Bonilla (2020) faz importantes considerações acerca da ideia de resiliência, um estado que, embora tenha sido desejado e cada vez mais incentivado por comunidades e nações, deve ser analisado com muita cautela. A autora pondera que esses apelos crescentes por resiliência podem caracterizar o “domínio mais amplo das formas neoliberais de governamentalidade em todo o mundo, nas quais a cidadania está sendo cada vez mais remodelada como autocuidado individualizado” (tradução nossa)<sup>63</sup> (BONILLA, 2020, p.2). O foco na resiliência pressupõe a incapacidade do estado em eliminar ou identificar as causas das ameaças, transferindo sua função às comunidades e indivíduos que passam a arcar com a responsabilidade pela minimização das situações de risco ou desastre.

Continuando a percepção de Oliver-Smith acerca dos desastres, contrariando a tradicional perspectiva que associa os desastres à “eventos extremos e imprevisíveis”, o autor os situa como um “laboratório natural”, uma “revelação da crise, pois as características fundamentais da sociedade e da cultura são expostas em grande relevo

---

<sup>60</sup> Do original em inglês: “*all the dimensions of a social structural formation and the totality of its relations with its environment*”.

<sup>61</sup> Do original em inglês: “*express consistency and inconsistency, coherence and contraction, cooperation and conflict, hegemony and resistance*” e “*reveal the functioning of physical, biological and social systems and their interaction between populations, groups, institutions and practices, and their concomitant sociocultural constructions*”.

<sup>62</sup> Do original em inglês: “*disasters occur at the interface of society, technology and the environment and are fundamentally the results of the interactions of these resources*”.

<sup>63</sup> Do original em inglês: “*of the larger dominance of neoliberal forms of governmentality across the globe, in which citizenship is increasingly being refashioned as individualized self-care*”.

pela redução das prioridades às necessidades sociais, culturais e materiais básicas” (tradução nossa)<sup>64</sup> (OLIVER-SMITH, 1996, p.304).

Com base nas produções de Oliver-Smith (1996, 1999), Silva (2004, p.204) esclarece que ao incluir na definição de desastre “o entendimento das condições de vulnerabilidade em que as populações atingidas se encontram em razão das circunstâncias socioculturais, históricas, tecnológicas, políticas e econômicas”, a perspectiva adotada pelos cientistas sociais se diferencia da perspectiva métrica que incorpora informações referentes à magnitude do ocorrido, tabulação de dados, estatísticas de perdas humanas, ambientais ou financeiras.

Compartilhando das contribuições de Batteau (2000) que caracteriza os desastres a partir dos colapsos causados tanto à ordem cultural como também à estabilidade econômica e política, Silva (2004) situa os desastres como eventos resultantes “da ação impactante dos poderes políticos, econômicos e institucionais sobre uma população” e da maneira “como essas instâncias de poder influenciam as respostas dos diversos grupos sociais em contextos de catástrofes “naturais” e/ou tecnológicas”.

Em um estudo que reflete sobre o desastre da Samarco ocorrido em 2015, Zhouri *et al* (2016, p.37) conceituam os desastres como “acontecimentos coletivos trágicos nos quais há perdas e danos súbitos e involuntários que desorganizam, de forma multidimensional e severa, as rotinas de vida (por vezes, o modo de vida) de uma dada coletividade”.

No caso do desastre de Mariana, somada aos prejuízos materiais e aos danos à qualidade de vida da população e do ecossistema local está, segundo os autores, a “destruição de seus territórios enquanto base de sua reprodução social, cultural e econômica, assentada em condições sociológicas específicas, aniquiladas a partir do desastre” (ZHOURI *et al*, 2016, p.38).

Os autores ressaltam ainda que o conceito se alarga ao abranger além “da situação em si”, que envolve o drama do evento, as perdas humanas, materiais e simbólicas, “o processo de reabilitação ‘pós-catástrofe’” ou “pós-desastre” que, segundo eles, “pode estar repleto de dimensões variadas de violências que aviltam ainda mais a qualidade de vida daqueles que já sofreram” (ZHOURI *et al*, 2016, p.38).

Tratando do caso específico da Samarco, os autores alertam que, dependendo da forma como essa situação pós-desastre é conduzida, narrada e analisada, corre-se o

---

<sup>64</sup> Do original em inglês: “*revelation of the crisis, as the fundamental characteristics of society and culture are exposed in great relief by the reduction of priorities to basic social, cultural and material needs*”.

risco de camuflar o agente, ou os agentes responsáveis pelo processo de origem e desencadeamento do desastre. Outra possível consequência é o deslocamento, promovido pelo próprio Estado, dos atores sociais envolvidos no desastre, que “cria bases para suscitar uma elaboração interpretativa na qual a Samarco se torna uma dentre as demais vítimas das circunstâncias”. Nesse sentido, tende a respaldar “um discurso que qualifica a prática empresarial junto aos grupos afetados como sendo um apoio ou solidariedade prestada à comunidade”, ou seja, “uma ação de caráter voluntário e assistencialista, que vai se desvinculando de uma responsabilidade efetiva da empresa quanto à reparação dos danos por ela causados” (ZHOURI *et al*, 2016, p.37).

Nessa mesma linha de percepção e raciocínio, considero pertinente destacar outra estratégia semelhante à citada anteriormente, porém, de igual potencial intensificador de injustiças sociais. Refiro-me ao manejo de narrativas que tendem a transferir a responsabilidade ou agência do desastre para as vítimas do evento. Exemplificando essa situação, trago o caso do incêndio e queda do prédio Wilson Paes de Almeida, ocorrido no ano de 2018, no Largo do Paissandu, centro de São Paulo<sup>65</sup>.

Em matéria sobre o desastre para o portal Artebrasileiros, intitulada “A culpabilização das vítimas como rota de fuga”<sup>66</sup>, a jornalista e doutora em Saúde Pública, Cilene Victor, reflete sobre o evento em questão e aponta três razões pelas quais evitaria escrever ou comentar sobre desastres e tragédias.

A primeira delas, explica, está relacionada aos mecanismos de construção destas tragédias que “raramente são inevitáveis e tampouco desconhecidas”, resultantes de desigualdades sociais que “empurram as famílias mais pobres para as áreas com maior risco de ocorrência de desastres relacionados a enchentes, inundações e escorregamentos de terra.”. Portanto, diz ela: “Falar sobre um desastre, sobre uma tragédia, significa dizer que a esperamos chegar”.

A segunda razão apontada pela autora “é a atmosfera típica de um cenário de grande apelo midiático e, conseqüentemente, político, ainda mais em ano eleitoral”. A autora se refere à simultaneidade dos fatos e intenções que permeiam o ambiente pós desastre. Nesse sentido, enquanto grupos se mobilizam no intuito de minimizar os danos e sofrimentos da população atingida, ou ainda apurar fatos e buscar respostas para o desencadeamento do desastre, outro grupo traça, paralelamente, estratégias e se utiliza

---

<sup>65</sup>

Disponível

em

<<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/05/01/desabamento-do-predio-no-largo-do-paissandu-completa-dois-anos.ghtml>> Acesso em 16 de dezembro de 2022.

<sup>66</sup> Disponível em <<https://artebrasileiros.com.br/brasil/a-culpabilizacao-das-vitimas-como-rota-de-fuga/>> Acesso em 16 de dezembro de 2022.

de mecanismos para subverter os fatos e isentar suas contribuições e responsabilidades pelo ocorrido. De acordo com Cilene Victor, com medo da repercussão negativa do desastre, “os políticos recorrem ao recurso mais perverso para a blindagem de sua imagem: o dedo em riste na cara de quem já perdeu tudo e ainda assim é apontado como culpado pela tragédia social que culminou com o desabamento do prédio”.

A terceira razão apontada pela autora é a “atitude ultrajante de alguns gestores públicos”, utilizada, segundo ela, como “rota de fuga”, ou seja, para desviar a atenção da situação de vulnerabilidade da população atingida e da ineficiência do sistema e incompetência dos responsáveis por sua operacionalização na garantia mínima dos direitos humanos. Referindo-se a pronunciamentos do governador Márcio França e do candidato e adversário político ao cargo, João Doria, a autora concluiu: “Recordar a fala deles me dá a certeza de que a tragédia ainda não começou para a maioria das vítimas do Largo do Paissandu”.

Todo esse contexto pós-desastre abordado por meio do ocorrido no Largo do Paissandu, contribui para a percepção da magnitude destes eventos que não podem ser categorizados por meio de indicadores elaborados com base em critérios que tendem a simplificar sua complexidade e abrangência. Tampouco o sofrimento causado às vítimas de desastres, pode ser estimado ou legitimado, exclusivamente, mediante comprovações concretas de sua existência, utilização de instrumentos ou metodologias de aferição, ao que Silva (2010, p.5) define como “sofrimento métrico”.

Essa temática foi evidenciada por Teixeira (2016) em trabalho no qual a autora aborda os danos decorrentes da operação de um incinerador de lixo industrial e hospitalar no Bairro Camargos em Belo Horizonte, Minas Gerais. Segundo ela, em busca do que define como “cidadania biológica”, considerando os mecanismos de gestão de ambientes e corpos que validam os danos ou sofrimentos causados a pessoas ou coletivos, “os moradores são enredados em um processo doloroso em que é preciso exibir, performar e traduzir as perdas enfrentadas através de um idioma técnico de evidenciação”. Com isso, continua, “a culpabilidade, a responsabilização e o dano que essas narrativas enfatizam desaparecem porque são assumidos nos espaços institucionais como estatisticamente insignificantes e cientificamente controversos”. Por fim, “submetidos a um processo de contestação e esvaziamento de suas narrativas, os moradores experimentam um quadro perverso em que o corpo sente e sabe, mas não pode provar” (TEIXEIRA, 2016, p.10).

Outra forma de violência que permeia os desastres é a chamada “violência lenta” entendida por Rob Nixon (2013, p.2) como uma forma de violência que ocorre

gradualmente, dispersando-se no tempo e no espaço; “uma violência de desgaste que normalmente não é vista como violência de forma alguma” (tradução nossa)<sup>67</sup>. De acordo com Nixon, diferente dos desastres que promovem grandes e imediatos impactos em termos de perdas de vidas humanas ou devastação de paisagens, a violência lenta decorre de processos que se desenvolvem e desdobram ao longo de anos, décadas ou até séculos. (NIXON, 2013, p.3). Ainda segundo o autor, é justamente por esse motivo que, política e emocionalmente, são atribuídos pesos desiguais aos diferentes tipos de desastres. Diferente dos impactos imediatos de morte e destruição causados, por exemplo, por bombardeios, abalos sísmicos ou tsunamis, em desastres associados ao aquecimento global, à perda de biodiversidade ou a contaminação pelo acúmulo de substâncias tóxicas, as mortes, a violência e o sofrimento são amortizados ao longo do tempo, podendo, inclusive, impactar diferentes gerações.

Frente a este desafio de recompor os desastres por meio de imagens e narrativas em “uma época em que a mídia venera o espetacular”, Nixon (2013, p.3) destaca a importância do nosso papel enquanto “escritores-ativistas” frente ao que ele define como “alguns dos desafios mais críticos do nosso tempo”, dentre os quais o de visibilizar os “Desastres que são anônimos e que não se atrelam a ninguém, desastres que são desgastantes e de interesse indiferente para as tecnologias baseadas em sensações de nosso mundo-imagem”, ou ainda o de “transformar as longas emergências de violência lenta em histórias dramáticas o suficiente para despertar o sentimento público e justificar a intervenção política” (NIXON, 2013, p.3).

No Brasil, a herança colonial perpetuadora das desigualdades e injustiças sociais, se revela também no campo de análise dos desastres. Valêncio (2010) traz à tona essa discussão ao afirmar que “os processos de discriminação e preconceito que redundam da naturalização de uma territorialização injusta até os dias recentes provêm da eficácia dos jogos assimétricos de linguagem”, ou seja, “das formações discursivas que antecedem e transcendem o viés de classe e escorrem pelos meandros do Estado para compor [...] a desqualificação contínua dos sujeitos vulneráveis que, por fim, se verão afetados severamente nos desastres.

Referindo-se à “realidade espacial construída para o sistema sociotécnico de defesa civil”, a autora acrescenta que se fundamenta em uma concepção de desenvolvimento “que dá a legitimidade a um dado sujeito e um projeto de dominação territorial diante de outros”. Nesse sentido, segundo ela, é preciso estarmos cientes que

---

<sup>67</sup> Do original em inglês: “*a violence of delayed destruction that is dispersed across time and space an attritional violence that is typically not viewed as violence at all*”.

o espaço apenas reflete as escolhas políticas “pautadas por parâmetros por vezes impronunciáveis de crescimento econômico excludente”.

Deste modo, conclui Valêncio, (2010, p.756) a correlação entre as condições “socioeconômica e étnico-racial na composição da vulnerabilidade e afetação nos desastres não é uma mera coincidência e só é passível à reversão se tratado no bojo da discussão maior sobre o modelo de desenvolvimento que a sociedade brasileira aspira”.

É pautado na compreensão da correlação existente entre a concepção, escolha e operacionalização de um modelo de progresso e desenvolvimento, a produção ou intensificação de vulnerabilidades e a irrupção de desastres que se constitui a perspectiva da colonialidade do desastre enfocada nesta pesquisa. De acordo com García-López (2020) a colonialidade do desastre se embasa na percepção de como, ao longo do tempo e da história, o colonialismo e atualmente, a colonialidade, têm operacionalizado verdadeiros desastres que atingem, de forma mais brutal, povos indígenas e racializados em todo o mundo, produzindo vulnerabilidades e culminando com fatos e situações de morte e sofrimentos.

#### 4.1 Colonialidade do desastre

A experiência recorrente do desastre, vivenciada por populações em diversos países, tem suscitado importantes reflexões. Nesse sentido, refiro-me não somente às nações cujos territórios estão localizados em áreas críticas, naturais ou produzidas, e, por consequência, mais propensas a catástrofes, mas também àquelas em que os mecanismos de operacionalização do colonialismo, são as bases, senão de origem, de intensificação de tais calamidades.

Sob as lentes da colonialidade do desastre, como tem sido referenciada esta perspectiva de análise, estes processos são contributos para perpetuação da colonização. O termo tem sido utilizado para introduzir a dimensão da violência racial e da expropriação instituída estruturalmente em vários desastres (RIVERA, 2020, p.126), principalmente em países onde estes eventos são recorrentes e que possui o colonialismo como digital histórica, a exemplo das nações caribenhas, *locus* de diversos estudos a partir desta perspectiva.

A colonialidade do desastre foi utilizada pelo pesquisador Gustavo García-López, para problematizar a produção e o agravamento das injustiças sociais na Ilha caribenha de Porto Rico e possui grande relevância para o estudo e compreensão de

situações semelhantes, vivenciadas em diversos países latino americanos, dentre os quais, o Brasil.

Colônia desde o século XV, inicialmente da Espanha e atualmente dos Estados Unidos, Porto Rico possui sua história intrinsecamente relacionada aos mecanismos de poder implementados para justificar a dominação e exploração (colonialismo), como também aos que, ainda hoje, garantem sua manutenção (colonialidade). Em decorrência deste longo processo de dominação e expropriação, Rivera (2020, p.127) reitera que “a colonialidade continua sendo um problema persistente em Porto Rico” (tradução nossa)<sup>68</sup>.

À história de Porto Rico agregam-se os aspectos físico-naturais. O país está localizado numa zona de interação entre duas placas tectônicas, situação que lhe confere uma grande instabilidade geológica e agrava a suscetibilidade à ocorrência de catástrofes naturais como, por exemplo, os terremotos.

As catástrofes climáticas somam-se à lista dos fenômenos naturais de alto potencial devastador, recorrentes na região e agravados pelas mudanças climáticas, conforme sugerem estudos recentes que monitoram e registram a intensidade, magnitude e frequência dos eventos (KEELLINGS e AYALA, 2019).

O furacão María que atingiu a ilha no dia 20 setembro de 2017, com ventos de mais de 250 km/h é considerado a maior tragédia sofrida pelo país em décadas, deixando um rastro de destruição e provocando a morte de quase 3000 pessoas, conforme revelou um estudo realizado pela Universidade George Washington<sup>69</sup>.

Comentado em matéria do Jornal *El País*<sup>70</sup> como o mais forte furacão ocorrido em cem anos, María “deixou a paisagem ilha arrasada, bairros inundados com a água chegando a três metros de altura, numerosas estradas bloqueadas, pontes caídas, a rede elétrica destruída e centenas de milhares de casas danificadas ou no chão”. A matéria comenta ainda sobre o drama vivido frente à trágica situação nos hospitais e casa de pessoas doentes e “devido à falta de eletricidade para manter ligados os equipamentos médicos vitais”.

A ocorrência do desastre e os desdobramentos pós-desastre vivenciados pela população porto-riquenha descortinaram os mecanismos de ação e perpetuação do

<sup>68</sup> Do original em inglês: “‘Coloniality’ remains a persistent problem in Puerto Rico”.

<sup>69</sup> Disponível em <<http://prstudy.publichealth.gwu.edu/sites/prstudy.publichealth.gwu.edu/files/reports/Acertainment%20of%20the%20Estimated%20Excess%20Mortality%20from%20Hurricane%20Maria%20in%20Puerto%20Rico.pdf>> Acesso em 18 de fevereiro de 2023.

<sup>70</sup> Disponível em <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/28/internacional/1535480686\\_357912.amp.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/28/internacional/1535480686_357912.amp.html)> Acesso em 24 de dezembro de 2022.

colonialismo por meio da colonialidade. Em *podcast* do Centro de Estudos Sociais – CES da Universidade de Coimbra<sup>71</sup>, o pesquisador Gustavo García-López referencia o colonialismo como “uma catástrofe que começou e se caracteriza ainda por uma guerra permanente contra os povos não brancos no mundo”, um “projeto de morte” que tem representado um verdadeiro desastre para diversos povos racializados em todo o mundo ao produzir “vulnerabilidades, sofrimento e morte” (GARCÍA-LÓPEZ, 2020, p.1). O autor reitera ainda que em decorrência do *modus operandi* que consolida esse projeto, as zonas coloniais, espoliadas ao longo da história, tornam-se verdadeiras “necrópoles”, espaços onde a vida e a morte, o fundamental e o dispensável, são regulados por um estado permanente de exceção e emergência, ou seja, são gerenciados de forma a “acelerar’ a implementação ‘eficiente’ de iniciativas de ‘desenvolvimento’ e austeridade neoliberal que infligem ainda mais violência e aprofundam as vulnerabilidades” (tradução nossa)<sup>72</sup> (GARCÍA-LÓPEZ, 2020, p.1).

Como uma estrutura produtora de desastres, o colonialismo atua em níveis distintos, afetando tanto populações locais com a criação de múltiplos desastres em dimensões variadas: econômicas, sociais, políticas, ambientais, etc., como também toda a humanidade, como grande propulsor dos desastres climáticos globais. Dialogando com autores com Moe-Lobeda (2016) e Cupples (2012), García-López (2020, p.2) argumenta que da mesma forma que, dentro de um país ou de uma localidade, o colonialismo atua como balizador da vida e da morte, no âmbito global, exerce sua influência com relação às nações centrais e periféricas, onde o comprometimento da vida em decorrência de desastres seria mais aceitável e até mesmo justificável.

Nesse sentido, o autor defende que em meio a essa catástrofe ecológica que reflete o chamado Antropoceno, ou “Antropobsceno”, conforme prefere denominar García-López, os desastres precisam ser também pensados e analisados pelo viés da crise climática em que, com base em Swyngedouw e Ernstson (2018), o autor afirma “a obscenidade das desigualdades de riqueza e poder e lógicas de acumulação infinita do capitalismo são escondidas e aprofundadas através de discursos tecnocráticos despolitizantes”(tradução nossa)<sup>73</sup> (GARCÍA-LÓPEZ, 2020, p.2).

Outro aspecto abordado por García-López (2020) com relação à colonialidade do desastre que considero de significativa importância é com relação às subjetividades

<sup>71</sup> Disponível em < [https://saladeimprensa.ces.uc.pt/index.php?col=canalces&id=31520#.Y\\_Ihh3bMLIV](https://saladeimprensa.ces.uc.pt/index.php?col=canalces&id=31520#.Y_Ihh3bMLIV)> Acesso em 23 de março de 2022.

<sup>72</sup> Traduzido do inglês: “‘efficient’ implementation of ‘development’ and neoliberal austerity initiatives that further inflict violence and deepen vulnerabilities.”

<sup>73</sup> Traduzido do inglês: “the obscenity of the wealth and power inequalities and infinite accumulation logics of capitalism are hidden and deepened through depoliticizing technocratic discourses”.

enraizadas nestes processos. Para fazer essa discussão, o autor se reporta ao desastre associado à passagem do furacão María. Segundo ele, ativistas e estudiosos enfatizaram que o desastre revelou toda a realidade até então mascarada pelo regime colonial, “María ‘desnudou tudo’ e ‘tirou a maquiagem’ da colônia, mostrando o desastre que sempre foi” (tradução nossa)<sup>74</sup> (GARCÍA-LÓPEZ, 2020, p.3).

Em Porto Rico, após a passagem do furacão e dos desdobramentos pós-desastre, popularizou-se o lema: “A colônia é o desastre” (Figura 12), refutando, conforme explica García-López (2022, p.2), “o discurso dominante do furacão como desastre natural”.

Figura 12 – “O desastre é a colônia”



Fonte:

[https://commons.wikimedia.org/wiki/File:El\\_desastre\\_es\\_la\\_colonia\\_on\\_light\\_meter\\_six\\_months\\_after\\_Hurricane\\_Maria.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:El_desastre_es_la_colonia_on_light_meter_six_months_after_Hurricane_Maria.jpg)

A desigualdade que fundamenta as relações coloniais evidenciou-se na gestão pós-desastre que privilegiou o atendimento às populações brancas, de maior influência política e econômica, em detrimento das comunidades mais pobres, localizadas em regiões consideradas de maior vulnerabilidade e que, por décadas, sofreram as consequências da implantação de projetos em prol do progresso e desenvolvimento do país (GARCÍA-LÓPEZ, 2022, p.4). É nesse sentido que “as injustiças ambientais do

<sup>74</sup> Traduzido do inglês: “*María ‘laid everything bare’ and ‘took away the makeup’ of the colony, showing the disaster it has always been*”.

desastre colonial se unem ao desastroso evento do furacão para magnificar e multiplicar as desigualdades”, acrescenta García-López.

Rivera (2020, p.126) contribui com esta discussão ao afirmar que os planejamentos deficientes, pré e pós-desastres, são aproveitados “para deslocar e privar comunidades marginalizadas” (tradução nossa)<sup>75</sup>, aprofundando a vulnerabilidade e alavancando a colonialidade. Nesse sentido, a colonialidade do desastre se traduz, segundo a autora, na opressão estrutural real que opera por meio da inação institucional ou da má resposta à reconstrução pós-desastre (RIVERA, 2020, p.129). García-López (2022, p.3), é ainda mais incisivo nesta questão ao afirmar que o colonialismo do desastre “se caracteriza não só pelo abandono e negligência, mas pela intencionalidade de explorar, de deixar morrer e de matar [...]” (tradução nossa)<sup>76</sup>.

A criação de zonas de sacrifício dentro do país, ou seja, de uma colônia dentro da colônia também são debatidas por García-López (2022). Essas áreas se caracterizam por abrigarem empreendimentos, cujas atividades caracterizam-se pelo alto potencial contaminante e poluidor, a exemplo, da empresa carbonífera AES ou das áreas de experimentação de agrotóxicos da Monsanto, ambos os empreendimentos responsáveis por diversos movimentos populares de denúncia e reivindicação.

O capitalismo do desastre também é elencado por García-López (2022, p.4), como um elemento de aprofundamento da colonialidade, manifestando-se nas oportunidades de investimento e especulação, frente aos territórios em ruínas e à necessidade urgente de reconstrução.

De acordo com Rivera (2020, p.128) a abordagem do capitalismo do desastre se fundamenta em parte no livro de Naomi Klein, *The Battle for Paradise: Puerto Rico Takes on the Disaster Capitalists* publicado em 2018, um ano após a passagem dos furacões Irma e María que, juntos, afetaram diretamente mais de 23 mil pessoas, segundo dados da Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais – ADRA<sup>77</sup>.

Em seu livro, Klein (2018) aborda os aspectos que tornam os desastres uma grande oportunidade de adensamento das estruturas do capitalismo. Rivera (2020, p.128) esclarece que as crises, por essa lógica transformam-se em “oportunidades para

---

<sup>75</sup> Do original em inglês: “to displace and disenfranchise marginalized communities”.

<sup>76</sup> Do original em espanhol: “se caracteriza no solo por el abandono y negligencia, sino una intencionalidad de explotar, de dejar morir y de matar [...]”.

<sup>77</sup> Disponível em < <https://adra.org.pt/furacoes-irma-e-maria-impacto-e-resposta-da-adra/>> Acesso em 19 de fevereiro 2023.

promover reformas e controles sociais que, de outra maneira, seriam rejeitados pela população” (tradução nossa)<sup>78</sup>.

A exemplo dos mecanismos de ação do capitalismo do desastre, García-López (2022) comenta sobre o lançamento de planos de privatização de energia ou os contratos multimilionários para a entrada de empresas multinacionais para a reconstrução de Porto Rico, após a ocorrência do desastre causado pela passagem do furacão María.

A reportagem do Jornal Independente *The Intercept*, publicada em 22 de setembro de 2017, ou seja, dois dias após a culminância do evento retrata com clareza esta discussão. Definidos como “abutres” pelos redatores da matéria, são apresentadas evidências de que, a cada desastre, as autoridades e investidores chegam mais próximos de concretizar velhos anseios, dentre os quais a privatização do setor elétrico da ilha.

Nesse sentido, os desastres constituem momento e situação oportuna para a operacionalização de medidas que, sob o pretexto de contribuir com a reconstrução e reorganização dos territórios impactados, tende a acentuar as desigualdades e ampliar ainda mais o gigantesco abismo que, segundo García-López (2022, p.3), não se restringe ao Norte e ao Sul, ao império e a colônia, abrangendo também as desigualdades entre raça, gênero e classe.

Em meio a tantas discussões que colocam em relevo aspectos nefastos relacionados à colonialidade dos desastres gostaria, a partir das contribuições de García-López, de fechar essa discussão com observações que remetem ao otimismo e à compreensão de nossa responsabilidade, inclusive enquanto pesquisadores, e força na re(construção) do mundo que queremos.

Ao discutir sobre como ativistas e estudiosos enfatizaram a capacidade do furacão María de “desnudar” as relações coloniais estabelecidas em Porto Rico, García López (2020) acrescenta que alguns deles salientaram também a necessidade urgente da ação “discutida sob as bandeiras de ajuda mútua, solidariedade, comunhão e organização e práxis de base ou autônomas” (tradução nossa)<sup>79</sup>, para transformação das condições de vida da população porto-riquenha.

Evocando Gramsci, García-López (2020, p.3) supõe que “Talvez os cenários globais e locais sugiram que devemos agir com uma esperança crítica: pessimismo da razão e otimismo do espírito [...]” (tradução nossa)<sup>80</sup>. O autor estende essa questão

<sup>78</sup> Do original em inglês: “opportunities to push through reforms and social controls that would otherwise be rejected by the population”.

<sup>79</sup> Traduzido do inglês: “o discussed under the banners of mutual aid, solidarity, commoning, and grassroots or autonomous organizing and praxis”.

<sup>80</sup> Traduzido do inglês: “Perhaps the current global and local scenarios suggests we should act with a critical hope: a pessimism of the reason and optimism of the spirit [...]”

também à nossa condição de pesquisadores referindo-se à abrangência e repercussão de nossos trabalhos a partir das nossas escolhas teóricas e metodológicas.

#### 4.2 Zonas de sacrifício

Outro conceito de grande relevância para discussão da problemática proposta nesta pesquisa é o de zona de sacrifício.

Segundo Hirata (2020) o sacrifício consiste em uma prática ritual desenvolvida em contextos e com objetivos diversos que variam de acordo com as especificidades culturais de cada povo que os promove. Realizados desde a Antiguidade, as formas de sacrifício envolvem “desde a morte (assassinato?) de seres humanos ou animais até a destruição, ou “morte simbólica” de coisas materiais – o consumo conspícuo –, tais como utensílios de todo tipo, colheitas ou objetos de prestígio [...]” (HIRATA, 2020, p.11). Poderiam assumir uma “conotação cívica” quando realizados em uma determinada localidade, interligando, desta forma, “a prática religiosa com o reforço de identidades sociais e políticas”, ou ainda respaldar relações de hierarquia e poder legitimando a suposta superioridade de determinados grupos com relação a outros. Porém, “entendido de forma simples” consiste no “ato de dar algo em troca de uma dádiva de maior valor” (HIRATA, 2020, p.11).

Contribuindo para compreensão do que seria uma zona de sacrifício, Souza (2020) também se remete à concepção de sacrifício que compõe a cosmovisão de muitas culturas e fundamenta suas práticas religiosas. Nesse sentido, complementa o autor, o sacrifício “é ou foi o ato de oferecer um presente a uma divindade em homenagem ou conciliação [...]” (tradução nossa)<sup>81</sup> (SOUZA, 2020, p.220).

O termo “zona de sacrifício”, por sua vez, é compreendido por Souza (2020) como um espaço segregado e estigmatizado no qual a saúde e qualidade de vida de populações “são comprometidas em nome do ‘desenvolvimento econômico’ ou do ‘progresso’ – mas em última análise, em nome dos interesses capitalistas” (tradução nossa)<sup>82</sup> (SOUZA, 2020, p.220).

O autor destaca que as zonas de sacrifício devem ser tratadas de forma articulada com outros três conceitos: ambiente, território e lugar. O ambiente, segundo Souza (2020), não deve ser reduzido a um sinônimo de natureza, mas compreendido como a totalidade constituída pelos sistemas terrestres e grupos humanos. Numa zona

---

<sup>81</sup> Traduzido do inglês: “*is or was the act of offering a gift to a deity in homage or conciliation [...]*”.

<sup>82</sup> Traduzido do inglês: “*are compromised in the name of ‘economic development’ or ‘progress’ – but ultimately for the sake of capitalist interests*”.

de sacrifício, todo o ambiente, composto, portanto, pelas vidas humanas e pelos ecossistemas, são descartáveis, pois, “Aos olhos do Senhor Capital, tudo pode ser sacrificado – é apenas uma questão de economia e oportunidade política” (tradução nossa)<sup>83</sup> (SOUZA, 2020, p.224).

No entanto, o autor nos apresenta uma importante observação acerca da descartabilidade humana, pois, embora descartáveis como indivíduos ou grupos específicos, quando na condição de trabalhadores, assumem papel fundamental na economia urbana que depende dessa força de trabalho, geralmente mal remunerada (SOUZA, 2020, p.223). Do ponto de vista econômico, porém, essa dependência se relativiza ao considerarmos a grande oferta de trabalhadores para “reposição” quando outros tantos perdem sua “vida útil”.

A articulação com o termo território se dá a partir das projeções de poder no espaço (as territorialidades) que refletem diferentes lógicas e escalas de ação. Sobre este aspecto Souza (2020, p.224) discute as diferentes territorialidades exercidas nos espaços transformados em zonas de sacrifício e a forma como empresas capitalistas e seus projetos tendem a desterritorializar populações por meio de pressões diversas como, por exemplo, a contaminação dos solos, ar ou corpos hídricos.

Quanto à associação da zona de sacrifício com o conceito de lugar, Souza (2020, p.224-225) parte do pressuposto que consistem em “mundos de vida”, espaços de pertencimento e identidade; “uma zona de sacrifício é um espaço onde as pessoas tem parentes e amigos [...] um espaço onde muitas pessoas já viviam antes da construção de incineradoras de resíduos ou fábricas altamente poluentes [...]” (tradução nossa)<sup>84</sup> (SOUZA, 2020, p.225).

Por fim o autor esclarece que o termo “zona” está associado com o zoneamento, o que demonstra a operacionalização do Estado no sentido de fornecer as condições legais e, por vezes, materiais, para a constituição de uma zona de sacrifício em determinado espaço. O zoneamento formal de uma zona de sacrifício, complementa o autor, “significa que os interesses capitalistas também já o tinham visto como um lugar de ‘vidas descartáveis e de natureza barata’ muito antes das atividades contaminantes começarem a ser concretamente localizadas” (SOUZA, 2020, p.226).

---

<sup>83</sup> Traduzido do inglês: “*In the eyes of Lord Capital, everything can be sacrificed – it is just a matter of economic and political opportunity*”.

<sup>84</sup> Traduzido do inglês: “*sacrifice zones are also places, that is, ‘lifeworlds’, spaces of identity [...] a space where many people already lived before waste incinerators or heavily polluting factories were built there [...]*”.

Na literatura ambiental, Hugo Reinert (2018), com base em autores como Kuletz (1998), Fox (1999), Bullard (1990) e Scott (2010), afirma que o termo zona de sacrifício está relacionado a espaços que foram degradados (destruídos, envenenados ou tornados impróprios para habitar) em troca de algum benefício (tecnológico, econômico, científico, etc.). Nesse sentido, segundo o autor, o sacrifício se justificaria com base em uma lógica de retorno antecipado, “algo foi sacrificado para o ganho de outra coisa” (tradução nossa)<sup>85</sup> (REINERT, 2018, p.599).

Reinert (2018) acrescenta ainda que nesse sistema de trocas, oferta e retribuição podem pertencer a diferentes ordens de valores e não são, necessariamente, equivalentes: “quantos acres, quantas vidas, quantas espécies, quantos cânceres, quantos natimortos, em troca do quê? Qual foi o *valor* da oferta que justifica a destruição do retorno?” (tradução nossa)<sup>86</sup> (REINERT, 2018, p.599).

Contribuindo para esta discussão, Reinert (2018), a partir de estudo sobre um projeto para instalação de uma mina de cobre em um fiorde no Ártico norueguês, apresenta algumas lógicas sacrificiais, das mais evidentes às inescrutáveis.

Dentre as lógicas mais evidentes que segundo Reinert (2018) envolvem decisões e projetos que respaldam a formação de zonas de sacrifício estão:

- O sacrifício como uma figura de troca em torno de uma compensação básica na qual os impactos negativos sobre os ambientes seriam compensados pelo crescimento econômico e, portanto, pela oportunidade de ingressar no caminho que leva ao tão sonhado desenvolvimento. Analisado dessa forma “o sacrifício normalmente estabelece um cenário que calibra as projeções de crescimento ou benefício econômico – ou seja, mais empregos, lucros, aumento de riqueza, desenvolvimento – em relação à preocupação com questões como preservação ambiental [...]” (tradução nossa)<sup>87</sup> (REINERT, 2018, p.603).

- Uma outra lógica associa o sacrifício à questões morais e religiosas agregando ainda mais complexidade aos estudos sobre esta dinâmica, conforme afirma Reinert (2018, p.600). De acordo com o autor, o sacrifício, nesse contexto, denota um modo de ação moral ou virtuosa que pressupõe renúncia e mesmo desconsidera o valor intrínseco do retorno, “invoca-o em seu aspecto de renúncia virtuosa ou necessária,

---

<sup>85</sup> Traduzido do inglês: “*Something has been sacrificed, for the gain of something else*”.

<sup>86</sup> Traduzido do inglês: “*how many acres, how many lives, how many species, how many cancers, how many stillbirths, in return for what? What was the value of the offering, that its destruction is justified by the return?*”.

<sup>87</sup> Traduzido do inglês: “*sacrifice typically establishes an either-or scenario that calibrates projections of economic growth or benefit—i.e. more jobs, profits, increased wealth, development—against concern for issues such as environmental conservation [...]*”.

como a entrega de algo valorizado em prol de um propósito ‘mais elevado’: o benefício nacional, digamos, ou o bem da ‘sociedade’” (tradução nossa)<sup>88</sup> (REINERT, 2018, p.604).

As zonas de sacrifício são também conceituadas e analisadas por Acserald (2004) que as caracteriza como espaços de grande concentração de atividades ou práticas ambientalmente agressivas ou ainda áreas pautadas para implantação de empreendimentos de grande potencial poluidor. Nas zonas de sacrifício ocupadas, presumidamente, por populações de baixa renda e sem grande influência para serem ouvidos ou considerados nos círculos de tomada de decisões, os moradores “convivem com a poluição industrial do ar e da água, depósitos de resíduos tóxicos, solos contaminados, ausência de abastecimento de água, baixos índices de arborização, riscos associados a enchentes, lixões e pedreiras” (ACSERALD, 2004, p.12).

A formação destas zonas, conforme complementa Acserald (2004), corresponde aos interesses econômicos predatórios e resultam da “conjunção das decisões de localização de instalações ambientalmente danosas com a presença de agentes políticos e econômicos empenhados em atrair para os locais investimentos de todo tipo, qualquer que seja seu custo social e ambiental” (ACSELRAD, 2004, p.13).

---

<sup>88</sup> Traduzido do inglês: “*invokes it in its aspect of virtuous or necessary renunciation, as the surrender of something valued for the sake of a ‘higher’ purpose: national benefit, say, or the good of ‘society’*”.

## 5 CAPIVARI DE BAIXO – “VOCAÇÃO” PARA O SACRIFÍCIO

O lago de óleo, desastre do qual trata este estudo está localizado no bairro Ilhotinha, município de Capivari de Baixo. Ao desenvolver o histórico de formação e transformação de Capivari, de um distrito de Tubarão a um município autônomo, alguns conceitos, dentre os quais, o de desenvolvimento e colonialidade, já discutidos teoricamente neste trabalho, assumem especial relevância na análise de todo o processo.

Capivari de Baixo, inicialmente um distrito de Tubarão, teve sua emancipação em 30 de março de 1992 (Lei nº 8.556), ante o resultado de um plebiscito realizado em 15 de março do mesmo ano, no qual 4.377 dos 4.813 votos legitimaram o processo, conforme noticiado em jornal da época (Figura 13). De acordo com a notícia, com cerca de 20.000 habitantes e uma extensão de 47,6 km<sup>2</sup>, Capivari possuía uma boa infraestrutura com “sete escolas, duas agências bancárias, dois postos de saúde e uma emissora de rádio, além de dois jornais quinzenais”. Quanto à economia, cuja participação na arrecadação de Tubarão era na faixa de 30%, baseava-se na “indústria cerâmica, cimento e fábrica de postes”, além de um comércio diversificado (JORNAL DA CIDADE, 1992, p.1).

Figura 13 – Reportagem do Jornal da Cidade: “Povo disse sim a Capivari”

**POVO DISSE SIM A CAPIVARI**

**Petrobrás fará gasolina especial**  
PÁGINA 15

**Cantovia**  
A ARTE DO BEM VESTIR  
Avenida Patricio Lima, 530  
FONE: 22-3874

**Novo Hamburgo Seguros**  
Av. Rodovalho, 56

A emancipação do Distrito de Capivari de Baixo foi comemorada na noite do último domingo com fogos, carreatas e muita cerveja. Uma margem estreita de apenas 142 eleitores, garantiu o quórum contabilizando 4.813 votos, dos quais 4.377 disseram sim, 342 disseram não, 37 foram em branco e 47 nulos. Nenhum incidente foi registrado durante o plebiscito e na apuração. O Distrito possui cerca de 20 mil habitantes e 47,6 quilômetros quadrados de extensão. Sua economia baseia-se na indústria de cerâmica, cimento e fábrica de postes. No Distrito existem sete escolas, duas agências bancárias, dois postos de saúde e uma emissora de rádio, além de dois jornais quinzenais. Possui um comércio diversificado e sua participação na arrecadação de Tubarão é de 30 por cento. Até o mês de abril o novo município deverá estar criado com o governador do Estado sancionando a lei até o mês de maio. As eleições municipais deverão ser realizadas em 3 de outubro vindouro.

Fonte: Arquivo Público e Histórico Amadio Vettoretti (Jornal da Cidade - 21 de março de 1992, p.1)

Desde o ano anterior já vigorava um movimento para emancipação do município fortemente ancorado no empenho e atuação da classe política e empresarial

de Capivari de Baixo, que centrava seus argumentos no potencial natural, geográfico (localização), infraestrutural e humano (população absoluta de 12.290 habitantes, sendo 9.323 eleitores) do então distrito.

Em reportagem do Jornal da Cidade, datada de 14 de dezembro de 1991 (Figura14), o então deputado estadual Adelor Vieira garantia que Capivari, “diante de todos os aspectos da legislação, teria condições de ter sido município há mais de 10 anos”. A aposta na autonomia e autossuficiência de Capivari era compartilhada por outras autoridades políticas da região; na mesma reportagem, o vereador Luiz Carlos Brunel Alves destaca que o pretense município teria “um potencial muito grande em termos de estrutura econômica” pois, segundo ele, “além da estatal Eletrosul, a maior termelétrica da América do Sul, há ainda empresas do porte de uma Votorantin, Cedisa, Pozolana, Sul Química, Engemix, Revelux e JTL Engenharia” (JORNAL DA CIDADE, 1991, p.19).

Cabe destacar que a ideia de potencialidade está ligada à noção de desenvolvimento, remetendo às possibilidades de exploração e consequente melhoria do desempenho econômico apontado por Kothari *et al* (2019) como um dos aspectos (sociopolítico) que estruturam o ideário do desenvolvimento.

Além de destacar fatores relativos à infraestrutura local e à localização privilegiada, a reportagem apresenta também dados referentes à população de Capivari de Baixo composta, em maioria, por descendentes de açorianos vindos de comunidades vizinhas atraídos pela implantação da Companhia Siderúrgica Nacional.

Figura 14 – Reportagem do Jornal da Cidade:  
“Capivari de Baixo está aguardando o plebiscito”



Fonte: Arquivo Público e Histórico Amadio Vettoretti (Jornal da Cidade - 14 de dezembro de 1991, p.19)

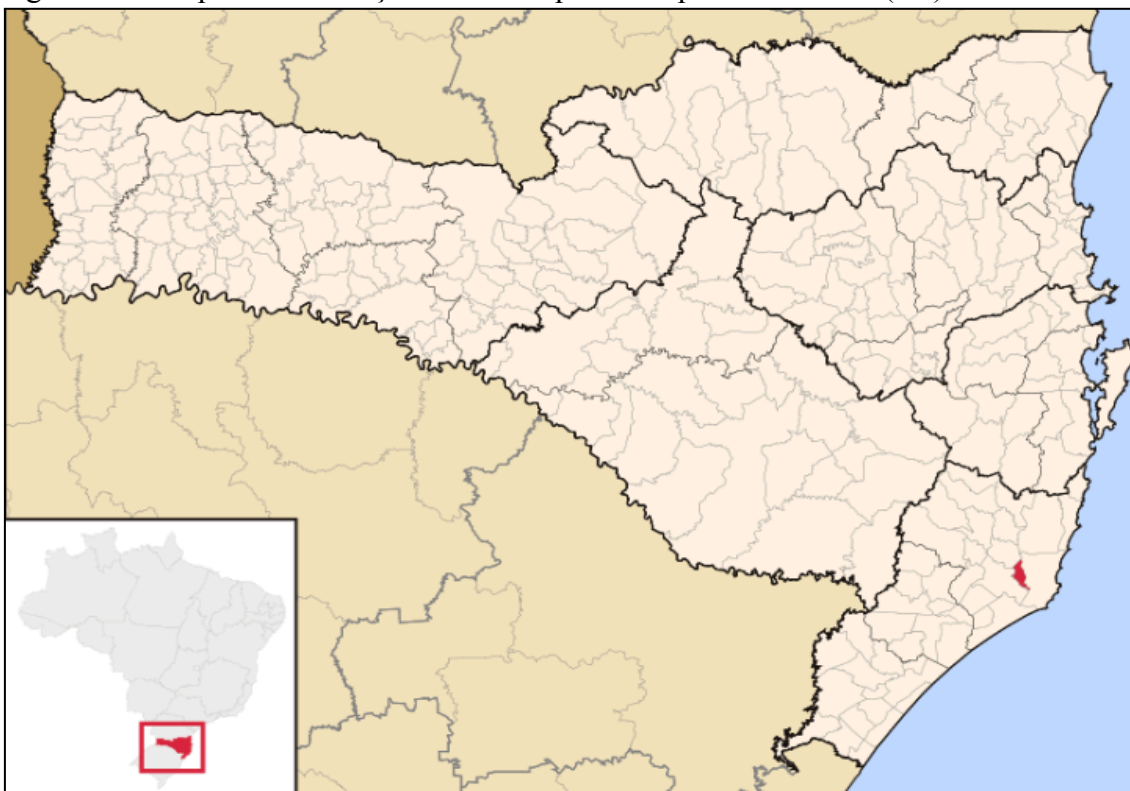
Atualmente, com uma área de 53.164 km<sup>2</sup> e população estimada, em 2021, de 25.477 habitantes<sup>89</sup>, o município de Capivari de Baixo está localizado na microrregião de Tubarão, no sul do Estado de Santa Catarina (Figura 15) e possui reconhecimento nacional por sediar o CTJL, “a maior usina de carvão da América latina e principal fonte econômica da região.”<sup>90</sup>

<sup>89</sup> Disponível

em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/capivari-de-baixo/panorama>> Acesso em 02 de novembro 2022.

<sup>90</sup> Disponível em <<https://www.sc.gov.br/conhecasc/municipios-de-sc/capivari-de-baixo#:~:text=O%20munic%C3%ADpio%20de%20Capivari%20de,%C3%A1rea%20de%2053%2C164%20quil%C3%B4metros%20quadrados.>>> Acesso em 02 de novembro 2022.

Figura 15 – Mapa de localização do município de Capivari de Baixo (SC)



Fonte:

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Capivari\\_de\\_Baixo#/media/Ficheiro:SantaCatarina\\_Municip\\_CapivarideBaixo.svg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Capivari_de_Baixo#/media/Ficheiro:SantaCatarina_Municip_CapivarideBaixo.svg)

As potencialidades minerais da região associadas ao intenso crescimento industrial vivenciado pós Segunda Guerra e fundamentados no bradado ideário do desenvolvimento, foram fundamentais para a implantação de projetos que subsidiariam o progresso do país como um todo. O próprio CTJL, nascido em 31 de março de 1957, surge a partir da proposta do então governador Jorge Lacerda de aproveitar os rejeitos de carvão do complexo carbonífero da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), implantado no município de Siderópolis, na segunda metade da década de 1940, para a geração de energia elétrica, considerada uma das grandes deficiências do país.<sup>91</sup>

Menezes e Carola (2011, p.204-205) apresentam o rastro de destruição deixado ao longo do processo que envolvia a extração do carvão, realizada nas minas de Siderópolis, até o beneficiamento final, executado no Lavador de Capivari, no município de Tubarão:

[...] nas décadas de 1960 e 1970, quando a extração do carvão era realizada a céu aberto [...] toda a cobertura vegetal e camadas estéreis eram removidas por grandes escavadeiras (do tipo *dragline*, como a *Marion*, a maior

<sup>91</sup>

Disponível em <  
<https://www.sc.gov.br/conhecasc/municipios-de-sc/capivari-de-baixo#:~:text=O%20munic%C3%ADpio%20de%20Capivari%20de,%C3%A1rea%20de%2053%2C164%20quil%C3%B4metros%20quadrados.>>  
 Acesso em 02 de novembro 2022.

escavadeira mecânica da América Latina na época) até deixar exposta a camada de carvão [...] O carvão era transportado em caminhões até o pré-lavador da mina. Assim, durante cerca de 30 anos a tecnologia mais moderna de mineração do carvão catarinense modificou drasticamente a paisagem natural do município de Siderópolis, deixando grandes montanhas de rochas estereis misturadas com rejeitos; em contato com o ar formava gás, devido à inversão da camada de solo e a formação de grandes pilhas. Com o abandono das cavas de mina, surgiram lagoas ácidas que se tornaram fontes permanentes de contaminação dos recursos hídricos da região. [...] No período de 1930 a 1960, o pré beneficiamento do carvão era realizado de forma manual por mulheres e crianças. [...] Nas minas que estavam situadas nas proximidades da estrada de ferro, o carvão era carregado com pás pelos mineiros e pelas mulheres da escolha. O trem carregava o carvão até o Lavador de Capivari de Baixo [...].

De acordo com dados disponibilizados na página do município de Capivari de Baixo<sup>92</sup>, o povoamento da área que, posteriormente, consolidou-se como município se deu no início do século XVIII, com deslocamentos populacionais da Colônia de Santo Antonio dos Anjos de Laguna. A página comenta ainda sobre os primeiros povos a habitarem a região, os Carijós, do tronco linguístico Tupi “que posteriormente tiveram os imigrantes açorianos, portugueses e italianos para **compartilharem** as suas terras” (grifo nosso). Interessante destacar que a presença negra, que representa a maioria da população em alguns bairros de Capivari de Baixo, a exemplo o bairro Ilhotinha, *locus* desta pesquisa, não é identificada nesta dinâmica demográfica.

Essa invisibilização da presença negra na história e no cotidiano de Capivari de Baixo, assim como observado em muitos outros municípios de Santa Catarina, a exemplo de Criciúma, inclusive, está atrelada aos ideais elaborados ainda no século XIX que buscavam destacar e enaltecer para o mundo o potencial do Brasil utilizando-se de uma projeção que garantia o desaparecimento “natural” da população negra no país e o adensamento da população branca decorrente do processo de miscigenação associado a projetos imigratórios<sup>93</sup>. Conforme observa Leite (1996, p.38), a presença massiva de europeus em território catarinense conferiu a Santa Catarina, a imagem não apenas de um Estado de maioria branca “mas de uma ‘Europa incrustada no Brasil’, de ‘superioridade racial’, de ‘desenvolvimento e progresso’”.

---

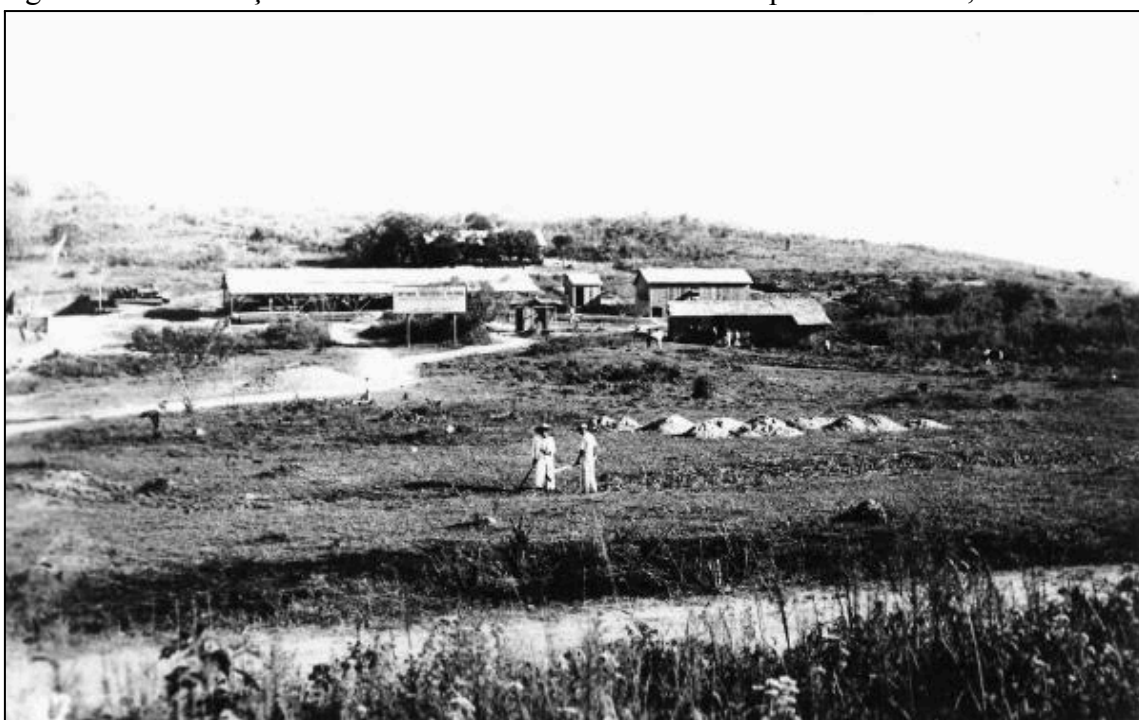
<sup>92</sup> Disponível em <https://www.capivaridebaixo.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/5409> Acesso em 20 de novembro de 2022.

<sup>93</sup> Esta vinculação entre o branqueamento da população brasileira e o ideário nacional de progresso, fica bastante evidente ao lembrarmos a participação do Brasil no Congresso Internacional das Raças, realizado em 1911, em Londres. Neste Congresso, o médico João Baptista de Lacerda, enviado como representante junto ao também médico e antropólogo Edgard Roquette-Pinto, apresenta sua tese sobre os desdobramentos da miscigenação no Brasil, segundo a qual “o cruzamento racial tenderia a fazer com que negros e mestiços desaparecessem do território brasileiro em menos de um século, ou seja, antes mesmo do final do século XX, possibilitando o branqueamento da população” (SOUZA, SANTOS, 2012 p.754).

Na página do município constam também aspectos relacionados ao modo de vida e uso da terra, destacando que, “até 1941 Capivari era uma região agrícola”, garantindo seu sustento por meio do plantio e criação de animais. Em entrevista para o *Jornal Notisul*<sup>94</sup>, o Sr. Joceli Medeiros da Silva de 76 anos relembra que “era como se fosse um sítio, onde todos dependiam tão somente da agricultura para a sobrevivência”.

Em Capivari de Baixo, as práticas agrícolas começaram a perder a expressão com a criação da CSN (Figura 16), que conforme apresentado na página do município, “provocou um aumento considerável na população e, assim, Capivari tornou-se um imenso canteiro de obras com operários bem pagos”.

Figura 16 - Construção do lavador de carvão da CSN em Capivari de Baixo, 1943.



Fonte: [http://diariosdosul.com.br/SITE2015/imprimir\\_tunel.php?c=1974](http://diariosdosul.com.br/SITE2015/imprimir_tunel.php?c=1974)

No site da CSN<sup>95</sup> consta a informação de que a empresa, fundada em abril de 1941, “foi a primeira produtora integrada de aço plano no Brasil, um marco no processo de industrialização do país”.

Com a manchete “Lavador de Capivari: impulso rumo ao desenvolvimento”, a construção foi noticiada no *Jornal O Estado* (Figura 17) como um marco da passagem da cidade de Tubarão de sua estrutura, predominantemente agrícola, para o rol das atividades industriais que além de agregarem melhorias na infraestrutura local, com a

<sup>94</sup> Disponível em <<https://notisul.com.br/opiniaocsn-e-o-municipio-de-capivari-de-baixo/>> Acesso em 27 de novembro de 2022.


<sup>95</sup> Disponível em <<https://www.csn.com.br/quem-somos/grupo-csn/o-grupo/>> Acesso em 20 de novembro de 2022.

implantação, por exemplo, “da primeira vila residencial de Santa Catarina, com sistema de água e esgoto”, garante uma economia de 55 milhões de dólares ao ano para o país.

Figura 17 – Reportagem Jornal O Estado – “Lavador de Capivari: impulso rumo ao desenvolvimento”

Página 27

## Lavador de Capivari: impulso rumo ao desenvolvimento



A real industrialização de Tubarão e o conseqüente salto no seu desenvolvimento econômico, começou em 1945 quando entrou em operação o lavador de Capivari. A então cidade de estrutura agrária iniciou sua arrancada. Mas o lavador não trouxe apenas a indústria - com seus engenheiros, técnicos, administradores e operários, seu sindicato organizado. Trouxe a primeira vila residencial de Santa Catarina, com sistema de água e esgoto, este último único no Estado por longos anos. Processando hoje 800 toneladas/hora de carvão mineral, o lavador de Capivari teve um aumento em sua produção de 2.033% desde que foi fundado praticamente com o mesmo quadro, demonstrando seus crescentes níveis de produtividade. E ainda economiza todo ano 55 milhões de dólares para o País

**L**avador de Capivari, em Tubarão, foi responsável primeiro pela grande mudança ocorrida no município na década de 40. Antes essencialmente agrícola, deu um salto em seu desenvolvimento, propiciando inclusive o desenvolvimento do comércio. “O Lavador de Capivari é o maior da América Latina. E fundamental para o aproveitamento completo do carvão de Santa Catarina” - afirma Vanderlei Milioli, superintendente de operação

“Todos os recursos obtidos pelo Lavador são reinvestidos aqui mesmo” - declara por sua vez o superintendente administrativo e financeiro, Lauro Mendonça, com 455 funcionários, o Lavador de Capivari processa diariamente 800 toneladas de carvão, com um total em 1985 de 1.095.428 toneladas. Quando começou a operar, a produção de 1945 foi de 219.282 toneladas. O crescimento nestes 20 anos foi da ordem de 2.033%, praticamente com o mesmo quadro de pessoal

Fonte: Arquivo Público e Histórico Amadio Vettoretti - (Jornal O Estado - 07 de maio de 1986, p.27)

Em outra página do mesmo jornal (Figura 18), o ex-presidente da Associação Empresarial de Tubarão (ACIT), Humberto Bortoluzzi afirma que com a industrialização, “o progresso virá automaticamente”. Acrescenta ainda a necessidade de mobilização dos governos, em todos os âmbitos, no sentido de agilizar o processo, pois, segundo ele, “se porventura o Governo Federal implantar aqui em Tubarão, uma grande indústria, qualquer que seja o seu ramo, teremos a imediata implantação das indústrias satélites. E estará aí o começo de tudo”. Além disso, o ex-presidente elenca como missão dos tubaronenses “conscientizar nossas crianças para a importância de fazer algo e não de ficar esperando um bom emprego numa estatal” (JORNAL O ESTADO, 1986, p.26).

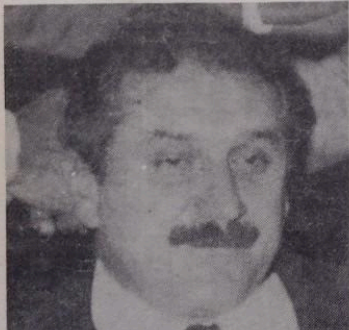
Note-se que a fala do empresário reflete a concepção de desenvolvimento largamente discutida no segundo capítulo deste estudo. Carregada de entusiasmo, tende a enfatizar os “frutos da civilização industrial” (SACHS, 2019, p.xiii), tornando o tão desejado progresso quase como resultado de um processo natural. Intrigante, no entanto, é observar que embora as consequências não sejam estimadas nesta equação, posto que sequer o ramo da indústria a ser implantada importa, se fala em conscientização.

Na mesma página do jornal citado, ao lado da reportagem que abordava a necessidade de criação de uma “mentalidade industrial”, Elídio Bongiolo, o então presidente do Sindicato do Comércio Varejista, destaca a importância da união de lideranças municipais para a criação de uma Secretaria Municipal da Indústria para, dentre outras atribuições, auxiliar “os que têm interesse em montar “fábricas” de fundo de quintal”. Seu Elídio cita o município de Criciúma como exemplo, pois “a partir de uma economia baseada no carvão, conseguiu variar seus ramos de atividades” destacando-se “como um dos potenciais econômicos do Estado” (JORNAL O ESTADO, 1986, p.26).

Figura 18 – Reportagem do Jornal O Estado – “É preciso criar uma mentalidade industrial”

## “É preciso criar uma mentalidade industrial”

Agenor Krobelt



Humberto Bortoluzzi, ex-presidente da ACIT

O caminho está no Setor Industrial. É preciso que se crie uma mentalidade industrial em nosso município para atingirmos o desenvolvimento. Paralelamente devemos recuperar as áreas baixas do município, como aquela existente nas proximidades do bairro de Congonhas. São áreas improdutivas em função dos constantes alagamentos. Se for feito um bom serviço de drenagem, podem ser perfeitamente aproveitadas para o setor agropecuário. Tubarão também se ressentido de áreas próprias para o plantio e a criação de gado. O principal no entanto, está mesmo na industrialização. O progresso virá automaticamente com a implantação de indústrias, e os

governos Estadual, Municipal e principalmente o Federal, podem agilizar o processo. Se porventura o Governo Federal implantar aqui em Tubarão, uma grande indústria, qualquer que seja o seu ramo, teremos a imediata implantação das chamadas indústrias satélites, e estará aí o começo de tudo. Pode também o Governo Federal, auxiliar a iniciativa privada. Esse auxílio deve ser também oferecido pelos governos estadual e municipal.

E a nós tubaronenses em geral, cabe a missão de conscientizar nossas crianças para a importância de fazer algo e não de ficar esperando um bom emprego numa estatal.

## “A saída está na industrialização”

Agenor Krobelt



Elídio Bongiolo, presidente do Sindicato do Comércio Varejista

A saída para Tubarão está na industrialização. É preciso que as lideranças municipais se unam.

A criação de uma Secretaria Municipal da Indústria, ocupada por pessoas competentes poderia ser também um instrumento valioso. Esta Secretaria deveria ser inclusive administrada por alguém não remunerado, mas que fosse realmente identificado com o setor.

Se buscarmos na implantação de indústrias a médio e longo prazo os resultados, vamos colher bons frutos. Em Tubarão é necessário que se auxilie os que têm interesse em montar “fábricas” de fundo de quintal. Inicialmente o cidadão vai trabalhar sózinho em seu empreendimento, mas com o crescimen-

to do seu negócio, em pouco tempo estará contratando um, dois, três funcionários e assim sucessivamente.

Eu gosto de citar sempre o exemplo de Criciúma, que a partir de uma economia baseada no carvão, conseguiu variar seus ramos de atividades, e hoje é um dos potenciais econômicos do Estado. Tubarão precisa também variar suas fontes de obtenção de recursos. A indústria pode nos garantir essa possibilidade”, finalizou Elídio Bongiolo.

Fonte: Arquivo Público e Histórico Amadio Vettoretti (Jornal O Estado – 07 de maio de 1986 – p.26)

Novamente observa-se que todo este movimento, iniciado pela classe empresarial e política de Tubarão, empenhado em prol da industrialização, atividade associada à inovação e ao progresso, reflete à “inevitabilidade sedutora”, (MCMICHAEL, 2019) representada pelo vislumbre do desenvolvimento. Nesta situação, as questões sociais, culturais e ambientais, geralmente tidas como entraves ao progresso, foram utilizadas como barganha do processo sob o argumento da geração de emprego e renda e valorização dos recursos humanos e naturais, ofertados pelo município.

Com base em minha análise, é justamente nesse momento de transição de uma economia subsidiada pelas práticas agrícolas para amparada em atividades voltadas à exploração e ao beneficiamento de recursos minerais, que Capivari começa a transmutar-se em uma zona de sacrifício. Cabe observar, no entanto, que mesmo antes de sua emancipação, Capivari já registrava em sua história uma série de violações de direitos em decorrência da contaminação dos solos e corpos hídricos pelo uso intensivo

de agrotóxicos na manutenção das lavouras. Porém, a partir desse momento, há uma sistematização dos preceitos e meios de exploração, tanto natural quanto humana que sobrepôs os interesses econômicos aos custos sociais e ambientais resultantes da aprovação e implementação de determinados projetos.

Nesse sentido, evidencio Capivari de Baixo como uma zona de sacrifício que, embora não tenha sido projetada (REINERT, 2018) foi conformando-se a fim de contemplar e viabilizar a execução de um plano de desenvolvimento multiescalar (local/regional/nacional).

Em artigo elaborado em 1981 para o Encontro Nacional de Tratamento de Minérios e Metalurgia Extrativa (ENTMME)<sup>96</sup>, os engenheiros Vanderlei Antonio Milioli e Renato Antonio Brandalise, que atuavam como diretor de operação e chefe do departamento de beneficiamento, respectivamente, afirmam que a exploração do carvão em Santa Catarina acontecia desde o início do século XIX, embora ocorresse de forma bastante precária, rudimentar e, portanto, sem condições de estimativas de produção.

Há registros sobre o carvão das nascentes do rio Tubarão já por volta de 1830, desconhecendo-se as quantidades produzidas. Até 1884 houve pequenas produções sem maiores controles, com extração totalmente manual e transporte rodoviário por "carros de boi", até as margens do rio Tubarão, seguindo então por canoas até Laguna.

Destacam ainda que essa exploração manual perdurou por vários anos embora já fossem sinalizadas as intenções de ampliar tanto a exploração do carvão, como também de outros combustíveis, por meio do fomento das pesquisas e investimentos no modal ferroviário. Prova disso, segundo os autores, foi a realização, no período de 22 de outubro a 08 de novembro de 1922, no Rio de Janeiro, do "Primeiro Congresso Brasileiro de Carvão e Outros Combustíveis Nacionais". Em reportagem no Jornal O Imparcial, datada de 20 de novembro de 1922 (Figura 19), consta que:

O Congresso Brasileiro de Carvão e outros Combustíveis Nacionais fará obra de patriotismo, manifestando-se desassombradamente sobre os pontos de vista que temos considerado. A alta competência, a magnanimidade, a energia cívica, que caracterizam seus representantes, exigem que um conselho categorico, assegurando respeitavel solidariedade, seja levado aos dirigentes da nação sobre os pontos essenciaes dos grandes interesses debatidos.

No decorrer da reportagem, são citadas algumas “sábias medidas” elaboradas durante o Congresso no intuito de garantir a viabilidade e concretização de projetos de

<sup>96</sup> Disponível em <

[https://www.artigos.entmme.org/download/1981/beneficiamento\\_de\\_carv%C3%A3o/132%20-%20Vanderlei%20Ant%C3%B4nio%20Milioli\\_Renato%20Ant%C3%B4nio%20brandalise%20-%20Beneficiament%20do%20Carv%C3%A3o%20de%20Santa%20Catarina%20no%20Lavador%20de%20capivari.pdf](https://www.artigos.entmme.org/download/1981/beneficiamento_de_carv%C3%A3o/132%20-%20Vanderlei%20Ant%C3%B4nio%20Milioli_Renato%20Ant%C3%B4nio%20brandalise%20-%20Beneficiament%20do%20Carv%C3%A3o%20de%20Santa%20Catarina%20no%20Lavador%20de%20capivari.pdf)>  
Acesso em 20 de novembro de 2022.

tamanha pertinência para o desenvolvimento do país, dentre as quais, uma especificamente voltada às potencialidades do estado de Santa Catarina. Ressalta que:

tendo sido demonstrada a aptidão do carvão de Santa Catharina para o fabrico de coke metallurgico e as vantagens economicas de seu emprego na grande siderurgia brasileira, urge a montagem de uma usina de demonstração industrial abrangendo operações de beneficiamento do combustível, fabrico de coke, produção de gusa, preparo e laminação de aço.

Figura 19 – Reportagem do Jornal O Imparcial – “Primeiro Congresso Brasileiro de Carvão e outros Combustiveis Nacionaes”



Fonte:

[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=107670\\_02&pasta=ano%20192&pesq=O%20Congresso%20Brasileiro%20de%20Carv%C3%A3o%20e%20outros%20Combust%C3%ADveis%20Naciona&pagfis=12196](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=107670_02&pasta=ano%20192&pesq=O%20Congresso%20Brasileiro%20de%20Carv%C3%A3o%20e%20outros%20Combust%C3%ADveis%20Naciona&pagfis=12196)

A implantação do Lavador de Capivari, de acordo com os engenheiros, está vinculada à decisão do governo brasileiro em fomentar a siderurgia no país com a criação, em Volta Redonda, no estado do Rio de Janeiro, da CSN. Com a intenção de utilizar o carvão catarinense como matéria-prima, a empresa implanta um setor de mineração, em Siderópolis, e o lavador de carvão e a termelétrica, ambos em Tubarão.

A definição do local de implantação do lavador, segundo eles, foi decidida com base na localização: “próximo da confluência dos três ramais principais da Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina (Ramal de Lauro Muller, ramal de Urussanga e ramal de Criciúma)”, e na disponibilidade de recursos naturais e humanos: “com rios que garantiam o abastecimento de água, e dispondo a região de certa mão de obra”. Rios estes que passaram a concentrar, conforme afirmam Menezes e Carola (2011, p.205), afluentes com enormes quantidades de rejeitos que se acumulavam nas margens e em propriedades de terceiros, causando uma degradação ambiental que “não reconhecia fronteira geográfica e muito menos os clamores da comunidade que sofria diretamente com o progresso carbonífero [...]”.

Articulada à fundamentação teórica acerca das zonas de sacrifício, essa discussão reforça a categorização de Capivari de Baixo como tal, a partir do momento

em que, constatada a oferta de natureza barata e vidas descartáveis (SOUZA, 2020), o distrito/município passa a despertar os interesses capitalistas. A partir de então, uma outra lógica do sacrifício, muito mais complexa e de difícil contestação passa a ser acionada, a que atribui ao espaço de interesse uma vocação virtuosa à renúncia em prol de propósitos mais elevados (REINERT, 2018, p.604).

Icasuriaga e Bernardo (2020, p.167) destacam que no Brasil, a transição de uma economia agroexportadora para uma economia industrial implicou mudanças na esfera institucional a fim de torná-la capaz de viabilizar todo este processo. Com isso “o Estado assume o papel de indutor direto do crescimento, construindo as condições gerais da produção capitalista e criando empresas públicas em áreas estratégicas das finanças e de exploração de recursos naturais”, que aliada a “uma ativa intervenção política na organização do trabalho assalariado, estabeleceu um novo formato às relações entre Estado, setor produtivo empresarial e trabalhadores”.

No entanto, todo este “progresso” promovido pelo beneficiamento do carvão na região, representado pela diversificação das atividades econômicas, captação de recursos, abertura de postos de trabalho e elevação dos indicadores econômicos, resultou em um custo ambiental tão alto que, mesmo após décadas, não são viabilizadas soluções. No projeto intitulado “Recuperação de áreas degradadas por meio da utilização de cinzas de carvão mineral”, elaborado pela Tractebel para participação no 17º Prêmio Expressão de Ecologia, consta que:

Ao longo dos anos, o beneficiamento do carvão formou depósitos de rejeitos de carvão (fração do material sem valor de venda), que constituíram montanhas com milhões de toneladas do resíduo, tornando-se focos de poluição. A situação tornou-se tão grave que em 1980 cerca de 4 mil hectares estavam totalmente comprometidos e o sul de Santa Catarina foi reconhecido como a 14ª Área Crítica Nacional (Decreto Federal Nº85.206/80) do ponto de vista ambiental.<sup>97</sup>

Importantes contribuições acerca da intrínseca relação do quadro crítico de degradação ambiental referenciado e do ideário de desenvolvimento e progresso pautado na exploração e beneficiamento de carvão em nossa região são apresentadas por Carola (2011). De acordo com o autor, a deflagração do quadro possui relação com o desenvolvimento de estudos, realizados ainda no século XVIII, a pedido da Coroa Portuguesa, no intuito de compreender os motivos que promoveram a decadência da indústria mineradora colonial e elaborar soluções para o aprimoramento das atividades do setor. Elaborado, predominantemente, por especialistas na área de geociências, o

---

<sup>97</sup> Disponível em

<[http://www.expressao.com.br/ecologia/cases/2009/TRACTEBEL\\_RECUPERACAO.pdf](http://www.expressao.com.br/ecologia/cases/2009/TRACTEBEL_RECUPERACAO.pdf)> Acesso em: 27 de novembro de 2022.

diagnóstico aponta, como principal motivo, as deficiências técnicas presentes em todas as fases da mineração. Partindo desse pressuposto, as soluções consistiam em sanar estes problemas a partir de medidas de ordem meramente econômica que consistiam em: “criar uma política protecionista para o carvão nacional; estimular investimentos para modernização e inovação tecnológica do processo industrial de lavra e beneficiamento, e grandes investimentos em infraestrutura de transportes” (CAROLA, 2011, p.172). Contudo, aportando-se em um diagnóstico que indicava o viés econômico, como rumo para garantir o êxito da indústria mineradora nacional, negligenciou-se outros aspectos de suma importância voltados aos contextos sociais e ambientais que leva Carola (2011, p.173) a concluir que “a ideologia do progresso e o *fetice* da tecnologia ofuscaram de forma soberana e tirânica o custo socioambiental provocado por um modelo de desenvolvimento insano, insustentável e ecologicamente autodestrutivo”.

No sul do estado de Santa Catarina, a degradação promovida pela indústria carbonífera foi resultado de mais de 100 anos de exploração sem o controle do Estado ou sequer o estabelecimento de critérios ambientais que impedissem a consolidação do quadro trágico que se estabeleceu. De acordo com dados apresentados no documentário “Marcas do carvão”, lançado pelo Ministério Público Federal, em 23 de novembro de 2021<sup>98</sup>, foram ao menos 120 anos de exploração que resultaram na abertura de 1.000 bocas de mina, 6.000 hectares de área degradada e na contaminação das bacias dos rios Araranguá, Tubarão e Urussanga.

A saúde e o bem estar da população do então distrito de Tubarão também foram comprometidos, tornando-se assunto em reportagem veiculada pelo jornal Expresso do Sul (Figura 20):

Figura 20 – Reportagem do Jornal Expresso do Sul – “Transporte de carvão por caminhões é problema em Capivari”


---

<sup>98</sup> Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=Ncxwb8w0eag&t=138s>> Acesso em 15 de fevereiro de 2023.

## TRANSPORTE DE CARVÃO POR CAMINHÕES É PROBLEMA NO CAPIVARI

Caminhões transportando carvão voltaram a incomodar moradores e comerciantes da avenida Nereu Ramos, em Capivari. Os moradores querem que a CAEEB - Companhia Auxiliar das Empresas de Energia Elétrica Brasileira, adote medidas para sanar o problema. O distrito de Capivari, distante seis quilômetros do centro de Tubarão, é uma das áreas mais poluídas do Município. Ali está a Eletrosul, Lavador da Companhia Próspera, Caebe e depósitos de carvão que contribuem no fortalecimento dos argumentos de que Capivari é o lugar mais poluído do sul do Estado.

O transporte de carvão por caminhões, realizado por empresas contratadas pela CAEEB, segundo o vereador Luiz Carlos Brunel Alves, que é morador no distrito, num país em crise como o Brasil e numa região onde o transporte ferroviário de carvão



acontece diariamente, não é concebível que uma estatal faça, com maiores gastos, o transporte rodoviário. Diariamente, segundo o vereador, são feitas uma média de 100 viagens até Imbituba, numa distância de mais de 50 quilômetros. Ele frisa que a população residente na avenida Nereu Ramos, a principal do distrito, quer providências imediatas para o problema, porque o fino do resíduo do carvão penetra em todos os cantos das residências e deixa os estabelecimentos comerciais totalmente sujos. Eles estão no aguardo que a prefeitura crie uma lei proibindo este tipo de transporte da forma que atualmente vem sendo

feito e, para sanar o problema, o Departamento de Capivari da Prefeitura de Tubarão, está procedendo a colocação de lombadas que, "se não reduz o número de caminhões e nem do pó, ele menos manterá uma velocidade maior dos veículos".

O que acontece também, segundo o vereador Brunel, é que "infelizmente a CAEEB não se preocupa com a população na procura de minimizar a poluição, mas somente em comercializar o produto". Ainda, segundo ele, a CAEEB deveria orientar as empreiteiras, mas tudo indica que a empresa "não quer envolvimento deste tipo, deixando cada um por si", conclui.

BC MUDA  
REGIME DE  
COMPENSAÇÃO

### POZZA, UMA FORÇA INDUSTRIAL

Com mais de 40 anos de atuação a CERÂMICA POZZA LTDA., é uma das forças industriais raras. Empresa tipicamente familiar, destaca-se pela solidez de produtos e pela qualidade de produtos. As telhas colonizadas são vendidas em todo o Brasil. Segundo seu diretor Luiz Pozza, "apesar das constantes mudanças do mercado, a empresa mantém a regularidade de crescimento, hoje cerca de 13 mil metros quadrados de telhas de diversos tipos e conta com 50 empregados".

Pozza acredita num imediato aquecimento da economia e entende que está havendo uma reação favorável na indústria, "fatores que favorecem muito o crescimento industrial", concluiu. Essa expansão adicional de Tubarão está desde a sua fundação no ano de 1945. São João e é sem dúvida o desenvolvimento daquela cidade. Seu fundador Júlio Pozza, dedicado em Tubarão há mais de um século, a coletividade reconhece a iniciativa e representa significativamente nossa economia.

### DA NOITE PARA O DIA SANTO ANJO Cargo

Fonte: Arquivo Público e Histórico Amadio Vettoretti - (Jornal Expresso do Sul - 10 a 17 de julho de 1987 - p.6)

Na reportagem os moradores de Capivari reclamam do transporte de carvão por caminhões (em média 100 viagens diárias) que dispersam os "finos" de carvão que, de acordo com o então, à época vereador, Luiz Carlos Brunel Alves, "penetra em todos os cantos das residências e deixa os estabelecimentos comerciais totalmente sujos". Afirma ainda que "infelizmente a CAEEB (Companhia Auxiliar das Empresas de Energia Elétrica Brasileira) não se preocupa com a população na procura de minimizar a poluição, mas somente em comercializar o produto" (JORNAL EXPRESSO DO SUL, 1987, p.6).

A poluição ambiental, percebida principalmente no entorno da usina termelétrica, também foi citada como um fator de risco à saúde e ao bem estar da população local visto que, segundo Tinho, resultou em "casos de anencefalia" noticiados em "matéria de um jornal do município de Tubarão". Segundo ele, o tempo

foi passando e a situação se agravando, “como se fôssemos deixar de perceber e sentir os malefícios da poluição”, refletidos na impossibilidade de conversar ou usar o telefone no perímetro urbano, “em função de uma manutenção periódica que desencadeava um barulho infernal”, ou ainda no gosto horrível da saliva “que também era sentido ao fazer esforço físico”. Infelizmente, lamenta: “para um grande contingente da Comunidade municipal, esse problemas foi naturalizado e apenas, era assim...”.

Inclusive, dada a gravidade dos problemas decorrentes do funcionamento da empresa, foi instaurada uma Ação Civil Pública (ACP) que elencou como réus a União, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), a Fundação do Meio Ambiente (FATMA) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA). Dentre outros objetivos, a ACP, proposta pelo procurador Celso Antônio Três, buscava a indenização das pessoas comprovadamente vitimadas por doenças decorrentes das elevadas emissões de poluentes. Conforme levantado pela revista EcoDebate, em reportagem datada de 10 de dezembro de 2009<sup>99</sup>, “à época dos fatos” o MPF “arrolou estudos que atestaram que a população desta região da usina apresentava índice médio de mortalidade por neoplasias (câncer) e doenças respiratórias (bronquites, sinusites, alergias, etc.) superior ao resto do território catarinense e nacional”. Outro dado levantado na ACP “aponta que a mortalidade de crianças menores de 1 ano por doenças respiratórias, anomalias congênitas, notadamente no sistema nervoso, incluindo anencefalia (fetos sem cérebro) também são superiores ao resto do país”. Acrescenta também que “no sul catarinense, apenas os registros oficiais, apontam diversos casos de pneumoconiose (petrificação dos pulmões), moléstia típica causada pela poluição do carvão mineral”, além da contaminação do gado para subsistência que “também é contaminado com a deposição das cinzas nas pastagens”.

A revista esclarece ainda o contexto do agravamento dos problemas ambientais e de seus desdobramentos na fragilização e comprometimento da saúde da população local, lembrando que a usina, inaugurada em 1957, já se encontrava em pleno funcionamento quando, em 1986, foi realizado o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) “que recomendava estudos epidemiológicos, jamais exigidos pela Fatma”.

A deflagração da crise ambiental em Capivari de Baixo revela as contradições do modelo de desenvolvimento adotado literalmente como um “norte” para todas as nações mundiais, não no sentido de orientação, mas de subordinação. Esse contexto revela uma racionalidade perversa forjada nos moldes do colonialismo que tende, como

---

<sup>99</sup> Disponível em <<https://www.ecodebate.com.br/2009/12/10/sc-tractebel-energia-tera-que-fazer-auditoria-ambiental-em-razao-do-funcionamento-de-usina-termoeletrica/>> Acesso em 23 julho de 2022.

já comentado anteriormente, com o aporte de Shiva (2019), a favorecer “quem importa” e a subjugar parcelas específicas da população consideradas um entrave nesse caminho “natural” que conduziria ao desenvolvimento.

## 6 A COMUNIDADE ILHOTINHA

A Comunidade Quilombola Ilhotinha, certificada em 2014 pela Fundação Cultural Palmares (Portaria nº41 de 14/03/2014), é formada por 134 núcleos familiares, conforme informações disponibilizadas por Tinho, interlocutor principal desta pesquisa, e está localizada no bairro Ilhotinha e bairros adjacentes do município de Capivari de Baixo. O processo de autoidentificação, primeira etapa para o reconhecimento, certificação e trâmites posteriores que culminam como a demarcação do território quilombola, teve início em 2006, por iniciativa do Ministério Público Federal.

Tinho relata como ocorreu o processo encaminhado pelo procurador Dr. Celso Três que atuava numa representação do Ministério Público Federal em Tubarão. Segundo nosso interlocutor “havia informações acerca de Ilhotinha, não só Ilhotinha mas outras comunidades com as mesmas características”, como a Comunidade de Indaial, pertencente ao município de Gravatal e Carreira do Siqueiro, localidade de Pescaria Brava. Continuando seu relato, ele afirma: “na verdade, nós não fomos atrás dessa bandeira [...] num certo dia, chegou um oficial de justiça na minha casa solicitando que eu preenchesse um questionário e que aquilo iria para Brasília”. Tendo acolhido a proposta, o questionário foi devidamente preenchido com as informações solicitadas que envolveram o acesso às memórias de muitos integrantes da Comunidade, especialmente dos mais idosos, os chamados “griôs”.<sup>100</sup>

Após o encaminhamento da documentação para Brasília, a Comunidade recebeu a visita de profissionais da Fundação Cultural Palmares, à época vinculada ao Ministério da Cultura, que ficaram “felicíssimos por todos os relatos que ouviram, pelas pessoas que conheceram”, conforme relembra o interlocutor. Segundo ele, o reconhecimento como uma comunidade tradicional quilombola baseou-se, especialmente, nos relatos colhidos, ou seja, no patrimônio imaterial, considerando que muito pouco restou de artefatos materiais que contassem ou retratassem a história da Comunidade.

Dentre os motivos identificados pelos interlocutores que explicam o reduzido acervo material da Comunidade, estão a dificuldade de acesso a equipamentos e o custo para registros e revelação de imagens antes da popularização dos *smartphones* e

---

<sup>100</sup> Segundo Tinho “os griôs são pessoas mais velhas, que tem mais experiência e o dom de repassar os valores para os demais irmãos, principalmente para os jovens, deixando um legado, uma garantia de continuidade. São pessoas que tem o zelo pela comunidade e amor pelo território e pelos seus”. Acrescenta ainda que essa pessoa não se coloca nessa posição, ela é colocada pelos seus que reconhecem nele(a) essas virtudes.

máquinas fotográficas digitais; a venda ou descarte de objetos, utensílios e ferramentas utilizados nas práticas domésticas ou agrárias, devido à substituição por modelos mais modernos e, no caso de estruturas maiores, a exemplo dos engenhos, a falta de recursos financeiros para garantir a manutenção associada as mudanças no modo de vida e subsistência e à própria debilitação dos membros familiares, foram fatores preponderantes para o abandono da atividade e deteriorização do espaço físico. Além disso, permeando todos os fatores apontados, podemos agregar a baixa auto estima que tende a subvalorizar os talentos e as expressões culturais, contribuindo para que o patrimônio material, por meio do qual a riqueza cultural da Comunidade se materializa, se perdesse.

Alguns autores, a exemplo de Bernardo e Tozatto (2022, p.450) analisam a questão da baixa auto estima da população negra como um possível desdobramento do racismo vivenciado de forma subjetiva. Segundo as autoras, a complexidade e os conflitos psíquicos decorrentes do racismo também podem e devem pautar as discussões acerca dessa violência que estigmatiza a população negra, relegando-a a uma condição de subalternidade.

Desde a infância, nós negras (os) sofremos com o racismo, mesmo que na maioria das vezes seja de forma inconsciente, em diversas áreas do nosso convívio social. Quando falam do nosso cabelo, na desonra e injúrias relacionadas a nossa cor de pele, quando sofremos rejeições nos grupos da escola, universidade e/ou no trabalho, e até mesmo nas relações afetivas. Quando estamos nas ruas e as pessoas atravessam a calçada, quando não somos vistos como capazes de grandes feitos e cargos, entre outras diversas formas que o racismo se apresenta, tal como essas micro agressões (BERNARDO e TOZATTO, 2022, p.450-451).

Dentre as memórias que constituem o patrimônio imaterial, constam imagens de atividades do cotidiano: “eu via muito na minha infância [...] as mulheres carregavam como se estivessem na Bahia onde ainda existe esse tipo de atividade de carregar as coisas na cabeça”. Também são rememoradas algumas *performances* que aconteciam após as festas na Comunidade: “engraçado, eu observava que depois das festas na Comunidade, isso era muito intuitivo, tão natural, acontecia assim, uma espécie de dança sincronizada assim entre pai e filho; [...] tipo uma luta e uma dança [...]. Outro importante elemento dessa rica cultura imaterial da Comunidade Ilhotinha são as cantigas de engenho, entoadas pelas mulheres durante a chamada “rapa da mandioca”, evento lembrado por Irene (34 anos): “a gente cantava, passava a noite ali, rindo e cantando”.

No bairro Ilhotinha, a mandioca era um dos plantios de destaque e servia como base de preparo de diversos pratos, como o Cuzcuz, o Beiju (Figura 21), a Bijajica

(Figura 22), uma receita que consiste em um bolo de mandioca crua com amendoim e açúcar, o Mané Pança e o Biroró.

Figura 21 - Beiju



Fonte: Acervo da autora

Figura 22 - Bijajica



Fonte: Acervo da autora

Sendo assim, havia muitos engenhos familiares (Figuras 23, 24, 25, 26 e 27) que além do processamento da mandioca, proporcionavam o encontro de parentes e o compartilhamento das memórias e tradições, expressas, como já citado, nos contos e cantigas.

Sem condições para viabilizar a manutenção e garantir a continuidade do funcionamento dos engenhos, hoje a maioria deles foi desmanchada e suas peças quando não repassadas para o aproveitamento dos materiais que os compõem, como ferro ou madeira, ou utilizados como artefatos de decoração, descansam nos terrenos como vestígios do tempo e da história da Comunidade.

Tinho nos explica que a maioria destes patrimônios materiais não resistiu às mudanças decorrentes da aproximação com o “moderno” e das necessidades criadas por

este “protocolo” de vida. Dentre os fatores para o fim de muitos engenhos familiares destacam-se:

- A busca dos jovens por empregos remunerados, pois como explica Tinho, “a mandioca é assim, plantava e levava um ano pra colher, tanto pra fazer a farinha quando pra vender a mandioca para outras fábricas [...]”;

- A redução dos espaços, considerando que “todos foram casando e dividindo os terrenos para moradia”, a esse aspecto agrega-se a tomada de terras por famílias de imigrantes como também decorrente da especulação imobiliária;

- Expansão do perímetro urbano que cada vez mais se aproxima e pressiona as localidades rurais. Todas estas questões, segundo ele “fizeram com que o engenho fosse visto como coisa menor, coisa do passado, coisa feia e sem valor, como muitos dos elementos da nossa cultura”.

Figura 23 – Canga, acessório utilizado no carro de boi que auxilia o transporte da mandioca e na movimentação da roda do engenho.



Fonte: Acervo da autora

Figura 24 – Partes do carro de boi



Fonte: Acervo da autora

Figura 25 – Descascador de mandioca



Fonte: Acervo da autora

Figura 26 – Roda do engenho



Fonte: Acervo da autora  
Figura 27 – Prensa do engenho



Fonte: Acervo da autora

Novamente destacado por nosso interlocutor como elemento diretamente relacionado à falta de objetos e instrumentos materiais que retratem a cultura da Comunidade Quilombola Ilhotinha, a baixa autoestima é uma marca que se revela na negação da origem, na depreciação da cultura e no apagamento da história. Em uma de nossas visitas à casa de um admirado artesão local, já falecido, sua esposa afirmou não ter mais nenhuma peça, além da casinha em madeira toda feita manualmente (Figura 28).

Figura 28 – Peça de artesão local



Fonte: Acervo da autora

Questionada sobre as outras diversas peças, inclusive a reprodução de um engenho, elemento de grande simbolismo para Comunidade, ela respondeu que havia se desfeito de tudo, dado para alguém que havia prestado um serviço em sua casa.

Tenho considera que esta baixa autoestima e despreço pelas produções culturais e artísticas da Comunidade estão atreladas às violências sofridas dentro do próprio território.

Muitos dos moradores relembram a “mureta” de madeira que dividia o Salão Paroquial que ficou conhecido como “o salão do pau do meio”. A mureta tinha a função de delimitar os espaços que seriam ocupados por brancos e negros. De acordo com Tinho, a “situação de *apartheid* dentro da própria Comunidade, de maioria negra, persistiu até a década de 80”.

A prática de segregação rememorada por nosso interlocutor não é fato isolado em Santa Catarina. Aliás, uma situação bastante semelhante às vivenciadas em Ilhotinha compõe os relatos em uma pesquisa realizada pela professora Jeruse Romão sobre os Clubes negros e sociedades recreativas em Santa Catarina: “A sinhá entra no clube social da cidade e deixa a mucama à sua espera, na porta. Num outro salão de baile, uma corda divide a pista de dança para delimitar o espaço das pessoas brancas e negras”.

Segundo Romão (2017) a pesquisa em questão teve por objetivo “preservar a memória histórica dessas instituições e resgatar as contribuições desses clubes como espaço social, educativo, organizativo e cultural para várias gerações de negros e negras no Estado de Santa Catarina”. Em entrevista para Ana Claudia Araújo, jornalista do Catarinas – Jornalismo Independente, Feminista e Antirracista<sup>101</sup>, Jeruse Romão afirma que “No período escravocrata negros não podiam frequentar espaços de brancos. A cultura da não presença em espaços brancos manteve-se no período pós abolição até a década de 1990, pelo menos, com bastante vigor no Estado de Santa Catarina”.

O trabalho infantil também fazia parte da rotina de muitas das crianças da Comunidade, conforme relembra Tinho: “eu mesmo com dez anos já trabalhava no sol escaldante pra capinar arroz”. A utilização de agrotóxicos nas lavouras e o manuseio sem precauções ou equipamentos que resguardassem minimamente dos riscos previstos, representavam um grande perigo a estes pequenos trabalhadores rurais: “um coleguinha, da minha idade, que estudava comigo, morreu na aplicação desse veneno porque não usava nada de proteção”.

Porém, em meio a tantas restrições e dificuldades enfrentadas pela Comunidade, a solidariedade constituía um elemento, um elo de união e resistência, percepção trazida, com frequência, nas narrativas de nosso interlocutor:

Meu pai era um pescador muito preparado sabe? Ele ia, trazia as traíras, mas sempre assim, quando ele fazia uma boa pescaria, repartia com todos os vizinhos, na Comunidade sempre teve isso, a gente não ia na casa do vizinho levar alguma coisa que não voltasse também com algo pra sua...mesmo que fosse um ovo de galinha, alguma coisa que tivesse pra oferecer.

---

<sup>101</sup>

Disponível

em

<<https://catarinas.info/pesquisadora-resgata-historia-dos-clubes-negros-em-santa-catarina/>> Acesso em 15 de março de 2023.

As práticas agrícolas também se apresentam como elemento marcante na Comunidade. Desenvolvida em lotes ou adaptada a pequenos quintais compõem o cotidiano das famílias e representam, em algumas situações, uma fonte de subsistência e renda. Cabe lembrar que dentre as diversas funcionalidades dos quintais, constituem-se em espaços que retratam a cultura e o modo de vida de um povo e as transformações sociais, econômicas e ambientais ocorridas ao longo da história (AMARO, 2018, p.84).

No Brasil, dadas as características de colonização, estes espaços desempenharam uma importante função na provisão alimentar, além de estarem associados às práticas de convivialidade doméstica. Conforme nos explica Silva (2004, p.66):

O Brasil não foi uma colônia de povoamento e da pequena propriedade rural, mas sim um território de exportação cuja unidade rural de base era o latifúndio exportador. [...] Isso obrigava os lares urbanos a adotar estratégias de abastecimento alimentar complementar que desempenhavam papel central durante os períodos em que a economia exportadora se mostrava mais dinâmica. [...] Nesse contexto, os quintais constituíam um recurso de importância fundamental para o abastecimento urbano.

Porém, do início da colonização portuguesa até as primeiras décadas do século XX, os quintais sofreram grandes modificações em suas estruturas, composições e funções. Influenciado pelo ideário higienista europeu do século XVIII o urbanismo moderno, quando não suprimiu, delimitou e reduziu o espaço de plantas e animais. Neste sentido, conforme observa Gomes (2009, p.146), a biodiversidade, vítima da ciência paisagística e agrônômica passa a ser confinada e domesticada.

Além disso, os impactos da modernidade na arquitetura e no planejamento urbano refletiram-se nos projetos de residências e malha urbana, ajustados aos novos hábitos e necessidades da sociedade. Nesse sentido, sem encaixarem-se aos ideais modernistas, os quintais tiveram seu espaço e importância suprimidos. Reiterando esta discussão, Tourinho e Silva (2016, p.646) afirmam que o suprimento doméstico de alimentos, que antes era proporcionado pelo cultivo e criação de animais realizados nos quintais, foi aos poucos cedendo espaço “ao consumo de alimentos e medicamentos naturais e industrializados produzidos em larga escala, distribuídos inicialmente por redes de mercados e farmácias e, posteriormente, por grandes redes de supermercados e hipermercados, etc.”.

No entanto, estudos recentes (BEZERRA, 2014; GOMES, 2009; REIS, 2015) têm trazido importantes contribuições, destacando a importância física e simbólica desses espaços, fundamentais também, na manutenção da biodiversidade dos ecossistemas e dos saberes tradicionalmente construídos. Contribuindo com esta

discussão, Gomes (2009, p.122) enfatiza a importância dos quintais como espaço de integração e socialização, que acolhe eventos diversos como “Festas de casamento, congados, batizados, pagodes e churrascos”. A autora destaca ainda que “Os quintais com plantas promovem encontros e trocas, processos de socialização e relações de vizinhança, que poucos imaginariam existir e resistir nas cidades modernas impermeabilizadas”.

Em uma caminhada pelo bairro, esse aspecto fica muito evidente na quantidade de quintais com grande variedade de árvores frutíferas (Figuras 29, 30, 31 e 32), hortaliças e ervas (Figura 33) utilizadas para tempero e fins estéticos e medicinais.

Figura 29 – Laranjeira

Figura 30 - Ingazeiro



Fonte: Acervo da autora



Fonte: Acervo da autora

Figura 31 – Pitangueira



Fonte: Acervo da autora

Figura 32 – Cereja-do-Rio-Grande



Fonte: Acervo da autora

Figura 33 – Hortaliças e ervas presentes nos quintais



Fonte: Acervo da autora

O colorau, também conhecido como urucum ou colorífico, também está presente em alguns quintais (Figura 34). O condimento que adiciona cor e sabor a muitos dos pratos, é preparado ainda de forma tradicional, moído em pilão de madeira (Figuras 35 e 36) e envolve uma série de etapas, explicadas, pacientemente, por Dona Aparecida: “Quando estiver seco (marrom) pode colher, abrir e colocar no sol

para secar; quando estiver no ponto (que só ela sabe qual é), coloca no pilão e soca, mistura um pouco de azeite, farinha de milho e uma pitada de sal e continua socando até dar o ponto!”.

Figura 34 – Colorau



Fonte: Acervo da autora

Figura 35 – Preparo do colorau



Fonte: Acervo da autora

Figura 36 – Preparo do colorau



Fonte: Acervo da autora

Além dos quintais que chamam a atenção por estarem presentes em grande parte das residências, a presença frequente de bambuzais em vários terrenos também é peculiar (Figura 37).

Figura 37 - Bambuzal



Fonte: Acervo da autora

Segundo dona Euzébia (72 anos) este fato se justifica por tratar-se o bambu de um importante recurso utilizado para construção de cercados, artesanato (principalmente cestarias), confecção de utilitários como o tipiti que consiste em um “espremedor” de palha usado para escorrer e secar a mandioca, e também para elaboração de enfeites para festas e eventos locais.

As áreas verdes são também fonte de recursos que contribuem para os afazeres do dia a dia, exemplo disso é a “vassoura” (figura 38) que, após colhida e amarrada em feixes, auxiliava na limpeza das casas e dos quintais, conforme relata Joana (48 anos).

Figura 38 - Vassoura



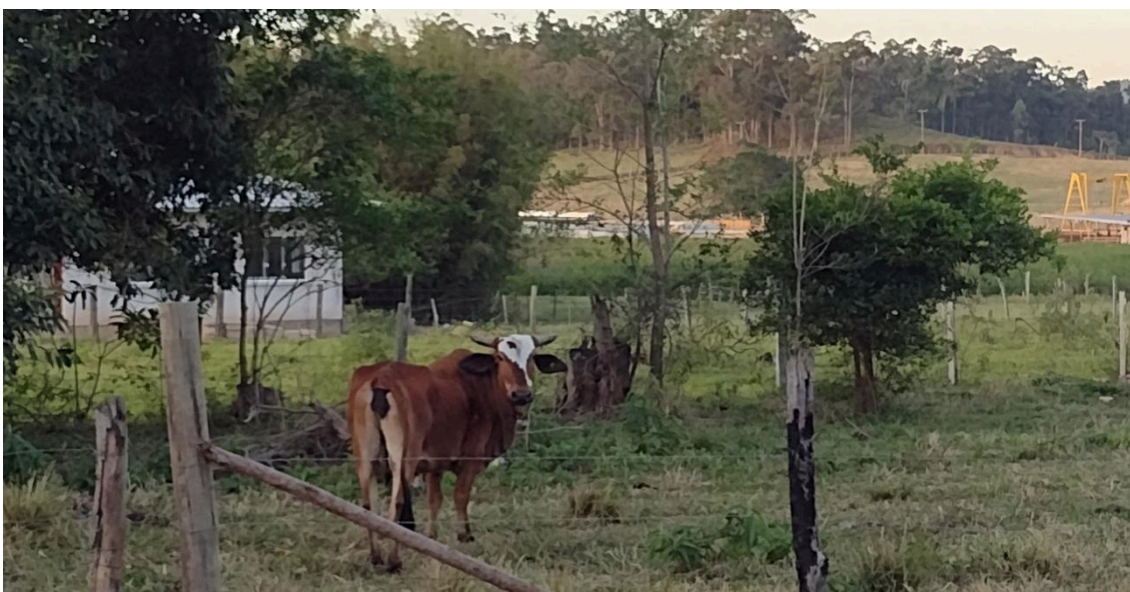
Fonte: Acervo da autora

A criação de animais, principalmente vacas, cabras e galinhas, também se faz presente, mesmo em pequenos lotes (Figuras 39 e 40.), garantindo a subsistência de muitas famílias por meio produção de leite e derivados (manteiga, nata, queijo), bem como garantindo a produção de ovos, banha, linguiça, morcela, carne, dentre outros produtos.

Esse aspecto da Comunidade Ilhotinha que relaciona as atividades de cultivo e criação de animais em elementos do cotidiano e fonte de subsistência ocupa especial relevância no contexto discutido deste trabalho e desperta grande preocupação principalmente quanto à saúde da Comunidade, considerando a poluição promovida ao longo dos anos pelos empreendimentos de alto potencial poluidor. Até que ponto a qualidade dos solos e das águas utilizadas para irrigação, dessedentação animal e até

mesmo para lazer e consumo humano não constituem um risco, cuja gravidade só seria passível de ser mensurada a partir de estudos mais específicos e aprofundados?

Figura 39 – Criação de gado



Fonte: Acervo da autora  
Figura 40 – Criação de gado



Fonte: Acervo da autora

Os cultivos e a criação de animais são fundamentais, porém, não garantem o sustento das famílias que dependem da remuneração proveniente das atividades que desempenham, principalmente, associadas à prestação de serviços, desempenhadas de forma autônoma, ou vinculadas a empresas localizadas dentro ou fora do bairro Ilhotinha.

É interessante destacar que nos últimos anos, muitos empreendimentos têm se instalado no bairro Ilhotinha e em bairros adjacentes, a exemplo da Blocolit (Figura 41), empresa de produção de pré-moldados para alvenaria e pavimentação, fundada em 2016; do Crematório e Memorial São Mateus (Figura 42), inaugurado em março de 2019, o primeiro Crematório da região da Amurel, com 748 metros de área construída, conforme informações contidas no *Jornal Notisul Online*<sup>102</sup>, e do residencial geriátrico Nova Belluno (Figura 43), considerado uma referência em qualidade e inovação com padrões internacionais<sup>103</sup>, conforme dados apresentados no *site* da empresa. Inclusive, o residencial geriátrico, inaugurado no início de junho de 2022, faz limite com o terreno onde se localizava a sede da Sulquímica.

Este contexto pode ser associado a um importante elemento de sustentação da colonialidade: o capitalismo do desastre que se estabelece a partir da produção das vulnerabilidades humanas e ambientais e se operacionaliza por meio da especulação imobiliária e fundiária, resultante das contaminações, da ineficiente/inexistente fiscalização e da deslegitimação das lutas empreendidas pela Comunidade que tem como desdobramento desse processo, os deslocamentos e a fragmentação dos núcleos familiares.

Figura 41 – Empresa Blocolit



<sup>102</sup>

Disponível

em

<<https://notisul.com.br/geral/crematorio-e-memorial-sao-mateus-sera-inaugurado-na-proxima-semana-em-capivari-de-baixo/>> Acesso em 10 de dezembro de 2022.

<sup>103</sup> Disponível em <<https://novabelluno.com.br/quem-somos/>> Acesso em 10 de dezembro de 2022.

Fonte: Acervo da autora

Figura 42 – Crematório e Memorial São Mateus



Fonte: <https://crematoriosomateus.com.br/>

Figura 43 – Residencial Geriátrico Nova Belluno



Fonte: Acervo da autora

De acordo com relatos dos entrevistados, apesar da presença dos vários empreendimentos citados, pouco a Comunidade se beneficia no que se refere a oportunidades de trabalho e renda para os moradores locais. Referindo-se a empresa Blocolit, Dona Rita (67 anos) afirma: “não empregou quase ninguém daqui, tudo gente de fora, o pessoal daqui ficou só com o barulho, (quando) vai buscar serviço: ah não tem vaga, não tem vaga [...]”.

A poluição sonora produzida pela empresa Blocolit é outro problema elencado como prejudicial à saúde e ao bem estar dos moradores da Comunidade. Dona Rita comenta sobre um vizinho, falecido dois meses antes da minha visita: “um dia ele disse assim: [...] como é que vocês vivem lá? Tem dia que a gente não atende telefone por causa do barulho”.

Este problema gerou grande mobilização de parte da Comunidade que realizou denúncia ao Ministério Público, principalmente, relacionadas ao horário e volume dos ruídos produzidos pela empresa, porém, nunca obtiveram êxito na resolução dos problemas relatados. Comentando sobre um dos moradores que tem problemas de audição, Vitorino (45 anos) relata: “ele trabalha à noite, ele chega em casa para dormir e ele é surdo, ele deita na cama e ele assim: [...] vem vibração na minha cama, parece que tem gente sacudindo a minha cama”. Dona Rita acrescenta que agora “deram uma parada à noite”, mas que à época das denúncias, “eram oito, nove horas da noite e eles estavam tocando a fábrica [...] o barulho alto, altíssimo, direto, direto”.

Com relação à denúncia ao Ministério Público, Vitorino explica não ter ido adiante devido a uma informação cadastral: “eu fiz a denúncia, agora tu me diz por que não foi pra frente? Porque lá foi registrada (a empresa) na Vila Flor e eu denunciei como Ilhotinha, aí o que aconteceu? Veio a resposta que não poderia ser feito nada porque a denúncia não confere”. Nessa situação em específico, é possível observar a articulação de mecanismos invisíveis de poder que além de deslegitimar a denúncia tendem a protelar medidas para resolução do problema foco da denúncia e enfraquecer a mobilização da comunidade.

Com base nos levantamentos realizados em sites, jornais e outras publicações, no caminhar pelo bairro e a partir dos relatos dos moradores, constato que a Comunidade em questão, está localizada no bairro Ilhotinha, porém transpõe este limite territorial ao se estabelecer, por motivos compulsórios ou voluntários, em bairros adjacentes ou mesmo em outros municípios.

## 7 O LAGO DE ÓLEO

A bacia de rejeitos, que ficou conhecida como “o lago de óleo” é um tributo ao ideário de desenvolvimento que, conforme já discutido, surge como uma inovação histórica, um compromisso, uma promessa firmada na fragilidade, na vulnerabilidade e dependência de determinados povos perante outros povos. No Brasil essa noção “universalmente desejada” (MONTIBELLER FILHO, 2001) fomentou diversos movimentos empreendidos pelo estado no intuito de alinhar-se aos parâmetros e diretrizes que conduziriam ao tão bradado e desejado progresso, a exemplo, no sul do Brasil, dos investimentos no setor secundário, a partir da extração do carvão mineral.

Em Santa Catarina e precisamente em Tubarão, município ao qual Capivari de Baixo era vinculado até 1992, estes movimentos foram bastante intensos, conforme apresentado no capítulo anterior. Vimos que as potencialidades minerais, associadas a atributos logísticos e à oferta de recursos humanos e naturais despertavam um grande interesse tanto no âmbito local vislumbrando o “desenvolvimento regional”, como também no âmbito nacional, cujas “obras de patriotismo”, contribuiriam no fortalecimento das indústrias de base, como as mineradoras.

No entanto, a realidade criada a partir da implementação de grandes projetos desenvolvimentistas não tardou a contrastar com a idealizada nos discursos que reificavam o modelo de desenvolvimento vigente. O foco nas “potencialidades” invalidou ou pormenorizou as vulnerabilidades humanas e ambientais que seriam criadas ou adensadas a partir destes processos, resultando em desastres como o constatado na Comunidade Quilombola Ilhotinha.

Neste trabalho, o lago de óleo, ou “a borra”, como é chamado por alguns moradores, é evidenciado como um desastre em curso, licenciado, produzido e pautado pelo ideário de desenvolvimento que se constitui em uma força ideológica colonial, ou como sugerem Icasuriaga e Bernardo (2020, p.177) em “uma categoria que remete a uma cosmovisão construída sob o signo da colonialidade”. É a partir desta compreensão que García López (2020, p.2) sugere que a colonialidade do desastre, perspectiva a partir da qual este trabalho se fundamenta, precisa estar engajada com a colonialidade do desenvolvimento que se manifesta como uma força material e ideológica destruidora de todas as formas de vida, cujo objetivo principal é a acumulação de capital.

O desastre é herança da Sulquímica – Indústria Química de Lubrificantes Ltda, empresa que iniciou suas atividades em 1988, no bairro Ilhotinha, onde está concentrada

grande parte da Comunidade Quilombola parceira desta pesquisa<sup>104</sup>, permanecendo em atividade até o ano de 1995, quando decretou falência deixando, além das dívidas trabalhistas, um grave passivo ambiental.

Durante os anos de funcionamento a empresa destacou-se como importante empreendimento, sendo citada em jornais e participando de eventos regionais como a Produsul - Feira de Produtos da Indústria e do Comércio da Região Sul (Figura 44). A Feira-festa como era conhecida, conforme o boletim informativo do evento, publicado no jornal O Estado (1993), era realizada no Aeroporto Municipal Anita Garibaldi, em uma área de quarenta mil metros quadrados, que abrigava os pavilhões de exposições e praça de alimentação, e recebia apresentações culturais e shows regionais e nacionais.

Figura 44 – Propagandas da V Produsul – Jornal O Estado

**Venha para a maior feira-festa do sul do país.**

**V PRODUSUL**  
TUBARÃO - S C  
3 A 12 DE SETEMBRO '93

**PROGRAMAÇÃO**  
Dia 03 - Show Nacional com os Paralamas do Sucesso  
Dia 04 - Show com Chitãozinho e Xororó  
Dia 05 - Show com Fernanda Abreu (ex Blitz)  
Dia 06 - Show Nacional com Zezé di Camargo e Luciano  
Dia 07 - Show com Os Garotos de Ouro  
Dia 08 - Noite da Solidariedade. 1 ingresso em troca de 1kg. de alimento perecível. O maior Baile do ano (8 horas) com Os Marcianos, Os Andorinhas, Musicamp e Scorpions a Banda  
Dia 09 - Show com o Grupo Raça  
Dia 10 - Sabadão Sertanejo com Gugú Liberato e Caravana  
Dia 11 - Show com o Grupo Tubarão  
Show com a Bandavoar (da bahia)  
Atração Nacional com Cidade Negra  
Dia 12 - A tarde Show Infantil com Eliana (sbt)  
A noite Show com Kid Abelha.

**COMAT, AMAURI E SULQUÍMICA NA V PRODUSUL**

Adilson Farias recebendo amigos na V PRODUSUL entre os presentes o Vereador Everaldo dos Santos de Laguna.

O bonito stand do Consórcio Amauri, repleto de visitantes.

**Amauri**  
Av. Getúlio Vargas, 1951 - sala 2 - Tubarão  
Fones: (0486) 22.0079/22.5088

Vista parcial do stand da Sulquímica

Matriz: automóveis e motos  
Telex: 48.4489  
Fax: (0486) 22.3109  
Av. Getúlio Vargas, 2095  
Tubarão

Filial: caminhões - BR 101 - KM 336 - Tubarão

Na foto o belíssimo stand, muito visitado da COMAT.

**Comat**

<sup>104</sup> Em termos de ocupação territorial Ilhotinha abrange além do bairro Ilhotinha, parte de bairros adjacentes como, por exemplo, o bairro Vila Flor.

Fonte: Boletim Informativo da V Produsul (03 a 12 de setembro de 1993 – p.2)

A falência da empresa, decretada em 1995, culmina após um histórico de negligências, acidentes e corrupções, acompanhado e narrado pela Comunidade Ilhotinha. No terreno onde se localizava a sede da empresa restam apenas os escombros que se tramam com a vegetação (Figuras 45, 46, 47, 48, 49 e 50); monumentos silenciosos à “mentalidade industrial”, apontada como o caminho para alcançar o desenvolvimento no município de Tubarão.

O parágrafo anterior apresenta, de forma subjetiva, um paradoxo que revela a forma com que a colonialidade opera. Refiro-me a maneira como um determinado espaço é evidenciado e enaltecido em determinados momentos, especialmente quando identificadas “potencialidades”, ao passo que, após a deflagração do desastre, é como se nunca tivesse existido.

Figura 45 – Fachada da antiga sede da empresa Sulquímica



Fonte: Acervo da autora

Figura 46 – Antiga sede da empresa Sulquímica



Fonte: Acervo da autora

Figura 47 – Antiga sede da empresa Sulquímica



Fonte: Acervo da autora

Figura 48 – Interior da antiga sede da empresa Sulquímica



Fonte: Acervo da autora

Figura 49 – Interior da antiga sede da empresa Sulquímica



Fonte: Acervo da autora

Figura 50 – Interior da antiga sede da empresa Sulquímica



Fonte: Acervo da autora

Tudo que podia ser utilizado ou vendido foi retirado para atenuar o prejuízo causado aos trabalhadores que se viram desempregados de um dia para o outro. Sobre a lataria de um caminhão que ainda se encontra no terreno da empresa (Figura 51), dona Rita (67 anos) afirma: “aquele caminhão não saiu porque não tinha mais pneu né? Aí ele ficou ali pra relíquia [...]”.

Figura 51 – Lataria de caminhão da Sulquímica abandonado no terreno da empresa

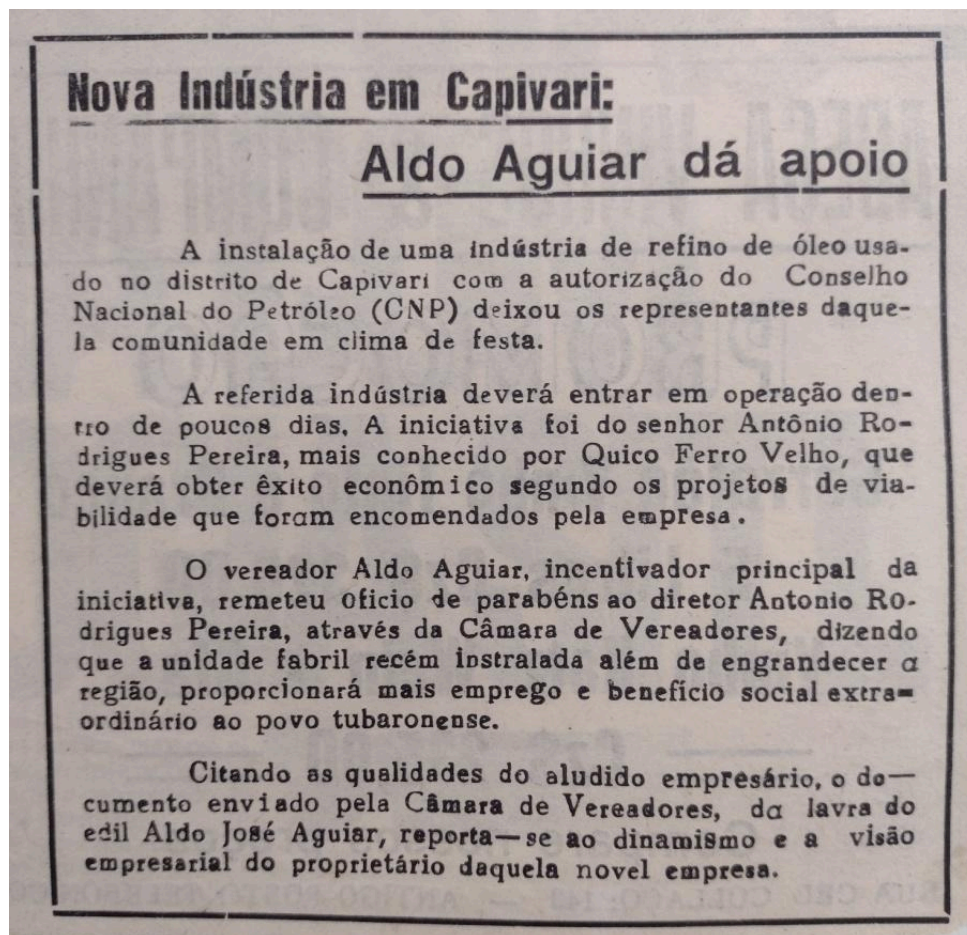


Fonte: Acervo da autora

Uma publicação no jornal *Expresso do Sul*, datada de 03 de julho de 1988, (Figura 52), divulga a indústria que iniciaria as suas atividades nos próximos dias. De acordo com a publicação, o empreendimento, autorizado pelo Conselho Nacional de Petróleo (CNP), teria sido recebido “em clima de festa” pela comunidade local. Destaca também que o seu idealizador, Sr. Antonio Rodrigues Pereira “deverá obter êxito econômico”, conforme apontado em estudos de viabilidade, encomendados pela empresa em questão.

O dinamismo e a visão empresarial do Sr. Antonio, ressaltados pelo seu “principal incentivador”, o vereador, Aldo Aguiar, motivaram inclusive a elaboração de um ofício de parabenização, destacando que “além de engrandecer a região”, o empreendimento “proporcionará mais emprego e benefício social extraordinário ao povo tubaronense”.

Figura 52 – Publicação sobre a instalação da empresa Sulquímica



Fonte: Arquivo Público e Histórico Amadio Vettoretti (Jornal Expresso do Sul - 03 de julho de 1988 - p.5)

Na localidade, o empreendedor citado, Sr. Antonio Rodrigues Pereira, era mais conhecido como “Quico Ferro Velho”, uma referência às outras atividades a que se dedicava, conforme publicidade no Jornal “O Estado” (Figura 53). Conforme relatado por entrevistados, o fato de ser uma figura conhecida pela Comunidade facilitou o acesso e o aceite dos moradores locais que viam no empreendimento uma possibilidade de renda a partir dos postos de trabalho que seriam gerados. “Todo mundo queria um emprego! [...] feliz da vida, pô, vai vir um emprego pra Ilhotinha, não tem nada[...] veio, mas foi uma coisa ruim” (Sebastião, 79 anos).

O comentário de Sebastião sobre as expectativas criadas a partir da implantação da empresa na Comunidade convergem com a afirmação de Sachs (2019, p.xi) acerca de como a ideia de desenvolvimento, inicialmente celebrada como inovação histórica, termina em frustração, quando constatada sua incompatibilidade com preceitos elementares que orientam a justiça social e ambiental.

Figura 53 – Propaganda Quico Ferro Velho



Fonte: Jornal O Estado (1988 – p.10)

Os interlocutores da pesquisa comentaram também que quando o projeto foi apresentado à Comunidade, diziam se tratar de “uma fábrica de sabão”, “diziam que estavam refinando óleo pra fazer sabão, teve isso também” (Tadeu, 43 anos), e não de uma empresa de alto potencial poluidor.

Alguns interlocutores (Rita/Vitorino) afirmam que, após algum tempo de funcionamento, a empresa teria sido vendida para um conhecido jogador de basquete do Rio de Janeiro, até sua falência ocorrida no ano de 1995. Conforme relato dos interlocutores, da compra do terreno à implantação da empresa “foi passando donos”, porém, lembram do empresário Antonio Rodrigues Pereira, porque “vinha caminhão do Quico, com marca do Quico pegar óleo”.

Relembrando sobre a implantação da empresa, os interlocutores relatam que no início “vinha de vento em popa”, “o começo foi bom, tinha um restaurante [...] o pessoal comia ali [...] era tudo uma empresa assim bem organizadinha” (Dona Rita).

Um deles, menino à época da implantação da empresa, lembra quando foi cavada a primeira bacia que, posteriormente, serviria para depositar os rejeitos do óleo refinado: “a primeira obra da empresa foi lá [...] na época a gente, todo mundo pequenininho [...] Ah vai sair um estádio de futebol aqui pra nós! [...] a primeira coisa que a gente fez foi cortar uns galhos de árvore e fazer uma trave lá dentro daquele buraco [...]” (Vitorino). Com a evolução da obra, localizada a aproximadamente 600 metros da sede da empresa (Figura 54), nosso interlocutor viu seu estádio de futebol receber uma camada de lona e ser abastecido com material fétido e viscoso (Figura 55) que, além de frustrar suas expectativas, comprometia o cotidiano e a saúde das famílias que

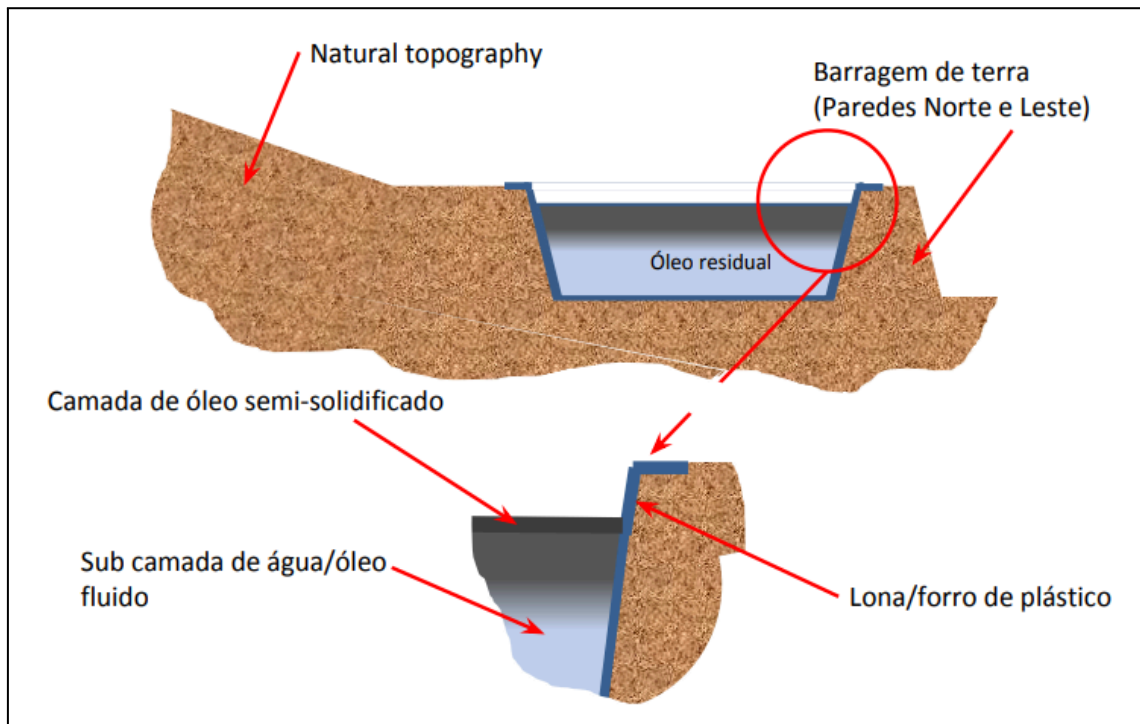
trabalhavam na empresa e/ou moravam no seu entorno. Se originava assim o “lago de óleo” (Figuras 56, 57 e 58).

Figura 54 – Especificação da localização do lago de óleo



Fonte: Relatório da bacia de óleo (BIRCH e SANTOS, 2019)

Figura 55 – Esquema da construção do lago de óleo



Fonte: Relatório da bacia de óleo (BIRCH e SANTOS, 2019)

Figura 56 – Imagem panorâmica do lago de óleo



Fonte: Acervo da autora

Figura 57 – Vista do lago de óleo



Fonte: Acervo da autora

Figura 58 – Vista do lago de óleo



Fonte: Acervo da autora

Logo após o início do funcionamento, começaram a se evidenciar os problemas decorrentes da atividade de refino do óleo.

Antes, porém, de iniciar os relatos acerca dos problemas gerados à Comunidade a partir da atuação da Sulquímica, considero necessário retomar a compreensão de violência lenta, definida por Nixon (2013) como uma violência de desgaste que por dispersar-se no tempo, tende a não ser vista ou considerada como tal. Isso por que, a partir dela os relatos, aflições e o desastre ganham outra profundidade e agregam uma outra dimensão (a compreensão do sofrimento no tempo e no espaço).

O mais citado, dentre os problemas gerados, foi o mau odor que ia além do mero desconforto, afetando também a saúde, principalmente com o agravamento de doenças respiratórias, e a segurança da Comunidade. Dona Rita comenta que o marido, hoje já falecido, “se sentia mal, com falta de ar por causa do cheiro [...] ele dizia que o cheiro vinha tudo dentro do nariz, a catanga de óleo era tanta que parece que tu tava dentro de uma oficina mecânica”. Continuando seu relato, Dona Rita, comenta que durante a noite era necessário colocar uma vasilha com água, “molhava toalha e botava assim pra dar uma umedecida no ar né? O cheiro, o cheiro, não aguentava! Tu fechava a casa assim, chegava e sentia que dentro tava aquele cheiro”. Reiterando a fala de Dona Rita, Vitorino comenta que a situação se agrava no verão em decorrência das chuvas, que resultam no transbordamento dos efluentes, e do calor que potencializa os gases

tóxicos: “[...] a gente sofria tanto pra respirar à noite que tinha que colocar toalhas molhadas na janela para conseguir dormir [...]”.

No interior da fábrica, onde o refino era realizado, essa situação era ainda mais grave e não alheia ao conhecimento dos gestores que, inclusive, orientavam a servir uma dose de leite diária aos trabalhadores<sup>105</sup>, conforme relata Joana (48 anos) que trabalhou como servente durante os sete anos de funcionamento da empresa.

Além do mau odor e do desconforto causado aos moradores do entorno do empreendimento, a inexistência de barreiras físicas que restringissem, efetivamente, o acesso às bacias de óleo abastecidas com os rejeitos do refino, era fator de grande insegurança e preocupação da Comunidade. Segundo relatos, após o abandono da empresa, alguns animais já teriam caído e até mesmo morrido afogados no lago tóxico. Um dos moradores relembra o caso de uma vaca que foi resgatada graças à mobilização de algumas pessoas que ajudaram a retirá-la do lago e a lavaram para minimizar a contaminação do animal.

Atualmente, a única barreira existente entre a Comunidade e as bacias de rejeitos é uma cerca de arame farpado de fácil transposição, e algumas placas que orientam a não depositar lixo no local, porém, não alertam sobre a toxicidade do material contido nas bacias (Figura 59).

Figura 59 – Cercamento e sinalização do lago de óleo

---

<sup>105</sup> Segundo Costa (2019) até meados da década de 1970 acreditava-se que o leite auxiliava na absorção de substâncias tóxicas, sendo, portanto, uma orientação comum da Segurança do Trabalho de empresas cujos processos produtivos estavam associados a determinadas substâncias químicas, como o chumbo, por exemplo. Sendo assim “As empresas ofereciam aos colaboradores uma dose diária de leite e assim consideravam o dever de segurança ocupacional cumprido” (COSTA, 2019, p.2).



Fonte: Acervo da autora

Inclusive, parte das cercas de arame farpado que garantem minimamente a segurança da Comunidade foi colocada pelos próprios moradores, conforme relata Dona Sara (89 anos): “[...] quem colocou aquele arame farpado ali foi eu, meu falecido já criava gado, aí nós cercamos tudo até lá [...] Nós fizemos cerca pro gado não cair dentro, [...] botamos cinco rolos de arame farpado de 500 metros por aí a fora”.

A secagem das plantas e árvores frutíferas e a alteração dos ciclos produtivos foram citadas também como consequência da contaminação gerada pelos rejeitos de óleo. Moradores relatam os prejuízos sofridos devido à contaminação dos solos que inviabilizam o cultivo de legumes e hortaliças para o consumo familiar; “secava tudo, tudo (as frutas) não tinha mais nada, laranja, secava tudo, tudo” (Dona Rita). Até mesmo a criação de animais ficou comprometida com a contaminação dos pastos e de corpos hídricos, utilizados para alimentação e dessedentação animal.

Um dos açudes próximos de uma das bacias de rejeito no qual as pessoas da Comunidade costumavam pescar e se banhar (Figura 60), também foi contaminado: “aquilo ali não deu mais nada porque o açude misturou o óleo, tá? Tinha bobo que vinha ali pescava e ainda tomavam banho [...]”, conta Pedro (40 anos).

Figura 60 – Açude próximo do lago de óleo



Fonte: Acervo da autora

Outra grande preocupação da Comunidade à época eram os incêndios e as explosões: “quando pegava fogo naquilo [...] as chamas iam a uns dez metros de altura [...] era língua de fogo que vou te dizer uma coisa [...] quando pegava fogo, a pessoa não dormia mais de noite se lembrando [...] coisa mal feita é coisa mal feita né?” (Sara). A preocupação era tamanha que mesmo perante a notícia da falência da empresa que gerou vários prejuízos, principalmente, para os trabalhadores que ficaram sem a garantia dos direitos trabalhistas, foi comemorada por outros moradores: “a gente ficou feliz porque por aí, acabou os estrondos né?”, que segundo a interlocutora eram frequentes: “volta e meia subia peça” (Dona Rita).

A narrativa de Dona Rita sobre explosões, os perigos e as consequências decorrentes destes graves episódios, foi reiterada em diversas outras falas, sendo uma

das mais marcantes a de Olga, viúva de um rapaz funcionário da empresa, falecido após uma das explosões ocorridas:

O que a gente soube é que trancou alguma coisa lá e que o mandante deles mandaram os três forçar pra destrancar, que era o (meu marido), o Leomar e o outro moço, aí os três foram tentar destrancar, não sei se equipamento velho, não sei porque motivo, e que no forçar pra destrancar eles foram, estourou em cima dos três e foi assim uma morte muito triste, ele sofreu durante nove dias, foi levado para o hospital de Joinvile, ali em Tubarão mesmo no corredor da emergência ficaram pedaços de pele deles, porque foi óleo quente, então imagina, a gente quando queima um dedo a gente sofre, cria bolha e tudo, aí imagina os três coitados?

Olga, à época com 18 anos, diz que a tragédia continuou após a explosão, quando o marido e os dois outros colegas de trabalho foram removidos para o Hospital de Joinville que dispõe de uma Unidade para Tratamento de Queimados (UTQ). A partir daí, segundo ela “foi mais uma luta extensa” considerando que a empresa “não contribuía com as pomadas que eram para o tratamento deles que eram pra aliviar a dor”, com isso, “tinham que estar correndo de hospital em hospital em Santa Catarina em busca de pomadas”.

Olga rememora que foram nove dias de sofrimento desencadeados pelo acompanhamento da evolução do quadro clínico do marido e pela distância da filha pequena e demais familiares.

eu morei praticamente os nove dias dentro do hospital, larguei a minha filha pequena com três aninhos em casa com a família.  
[...] depois quando eles começaram a dar uma melhoradinha, como o (meu marido) que apresentou aquela melhora, que a gente falou que foi a melhora da morte, e a gente conseguia andar com ele pelo corredor, ele todo enfaixado, todo... meu Deus era uma cena horrível assim e foi onde não aguentou, [...] ele atingiu 70% de queimadura do corpo, então as costas dele todinha, cozinhou os órgãos dele por dentro, foi onde ele aguentou apenas nove dias, e o primeiro que era de São Martinho faleceu primeiro [...]; o Leomar que eu acredito que até hoje é obrigado a usar uma roupa de borracha, ele não pode pegar sol [...] foi o único sobrevivente.

Além da negligência revelada, segundo Olga, no “descaso de um profissional de maior importância do que os funcionários, de mandar eles destrancarem um negócio tão perigoso que foi o ponto que levou à explosão”, ela cita o descaso da empresa no período em que os funcionários estiveram internados: “a gente família que tinha que estar pedindo ajuda ligando lá de Joinvile pra cá, a gente sem assistência nenhuma [...]”.

A fala de Olga é concluída com o relato da forma com que seu sogro foi tratado após o falecimento do marido, quando esteve na empresa a fim de “cobrar os interesses dele da morte” e foi acusado de estar querendo “ficar rico nas costas de um morto”.

Considerada a mais grave dentre as frequentes explosões ocorridas na empresa, pelo fato de ter vitimado três funcionários, esta explosão está registrada na memória de

muitos dos moradores da Comunidade, principalmente daqueles que presenciaram a cena: “Eu me lembro... até um deles chegou na porta para pedir socorro assim, o rosto dele tu não via mais nada atrás, derreteu tudo, aquela cena ali, eu nunca vou esquecer...” (Joana).

No capítulo quatro em que foi realizada a discussão acerca da colonialidade do desastre, alguns autores (GARCÍA-LÓPEZ, 2020; BONILLA, 2020) refletem sobre o desastre deflagrado em Porto Rico a partir da passagem do furacão María. Nesse sentido, embora tratando-se de contextos com características bastante distintas, é possível traçar uma correspondência entre a análise dos desastres de Porto Rico e a de outros tantos que assolam localidades em todo o Brasil, como os ocorridos em Mariana, Brumadinho ou Ilhotinha que parte da compreensão de que o desastre não está associado ao evento e sim aos mecanismos de ação da colonialidade, que evidenciam as desigualdades decorrentes de uma hierarquização pré existente de raça, classe e gênero (BONILLA, 2020, p.1).

É importante registrar que mediante todos estes acontecimentos, a Comunidade, por várias vezes, se mobilizou, organizando reuniões para discussão dos problemas e realizando encaminhamentos para suas resoluções. Abaixo segue o trecho de uma entrevista que explica como ocorriam e em que resultavam as ações empreendidas. Questionado se, frente aos problemas causados pela Sulquímica, a Comunidade realizava algum movimento, os interlocutores respondem (Rita e Vitorino):

*A: (risos) Toda Semana!*

*B: Teve várias assinaturas [...] o meu marido quantas assinaturas teve? [...] os velhos que já morreram tudo tavam com o dedinho lá.*

Questiono: E para onde foi esse abaixo assinado?

*B: E quem sabe?*

*A: Tendo em vista que o “fulano” sempre tava no meio de tudo, ia pra Prefeitura e morria.*

*B: Quem que sabe pra onde foi? Quem levou?*

Nesse caso é possível identificar outro traço da colonialidade expresso nos racismos operacionalizados em Ilhotinha. Nesse sentido, me refiro não somente ao racismo fundamentado na cor da pele, responsável pela segregação nos espaços públicos e privados e presente nas narrativas dos sujeitos da Comunidade ao descrever a mureta de madeira que separava os brancos dos negros no salão da igreja, o “pau do meio”. Agrego a esta faceta, talvez mais inequívoca, os racismos ambiental e institucional que permearam todo o processo, desde o licenciamento para a implantação de um

empreendimento de alto potencial poluidor, sem os devidos estudos de impactos ou monitoramento e fiscalização efetivas, à morosidade e ineficiência dos processos para resolução de um problema, que apesar da gravidade e dos riscos que comporta, parece muito distante de uma solução definitiva.

Aliás, é importante destacar que estes movimentos de denúncia e enfrentamento, realizados inicialmente por meio da organização de reuniões presenciais e elaboração de documentos físicos que eram encaminhados para os órgãos competentes, ganham novos contornos na atualidade, com o aporte das novas mídias. A utilização das redes sociais como o *Facebook* (Figura 61), por exemplo, permite a otimização dos sistemas de comunicação e o compartilhamento de fatos, notícias e informações de interesse comum a Comunidade.

Figura 61 – Página da Comunidade Ilhotinha no *Facebook*



Fonte: [https://www.facebook.com/josecarlos.mendes.581730/?locale=pt\\_BR](https://www.facebook.com/josecarlos.mendes.581730/?locale=pt_BR)

Além disso, possibilita transpor os limites da Comunidade, atraindo a atenção e o apoio de um grande número de pessoas, estabelecendo uma trama de relações composta por personalidades políticas, pesquisadores, acadêmicos de áreas diversas e jornalistas que contribuem no processo de visibilização e busca por soluções dos problemas diagnosticados pela Comunidade, a exemplo de reportagem realizada pelo HC Notícias, (ANEXO 2).

A reportagem em questão é bastante abrangente, pois ao mesmo tempo em que trata da divulgação da Comunidade destacando, aspectos históricos e culturais de sua formação e reconhecimento junto à FCP, aborda situações de risco e transtorno como a presença do lago de óleo ou o “contratempo” gerado em torno da vacinação contra a Covid-19.

É importante destacar o papel que a Comunidade tem desempenhado no enfrentamento dos problemas que tendem a vulnerabilizá-los. No caso do lago de óleo, diante dos primeiros indícios dos problemas que, posteriormente, se agravariam com a efetivação do funcionamento da Sulquímica, a Comunidade mobilizou-se em busca de esclarecimentos e soluções. Foram várias as iniciativas como a organização de reuniões, abaixo-assinados, articulações com a imprensa e universidades na tentativa de sensibilizar para a situação de risco e precariedade.

Autores alinhados à perspectiva decolonial, a exemplo de Escobar (2015), destacam a relevância destes movimentos que constituem alternativas ao desenvolvimento criadas e fundamentadas a partir de conhecimentos plurais até então ocultados/sufocados pela colonialidade. Já Bonilla (2020, p.2) discute esses movimentos a partir de uma outra perspectiva, a da emergência, não resumida à gravidade ou periculosidade de uma determinada situação, mas associada a “um estado elevado da consciência, uma onda de adrenalina, uma necessidade percebida de agir rápido, consertar, salvar, reparar, restaurar” (tradução nossa)<sup>106</sup>. Nesse sentido, a emergência constitui, mais que uma situação, um mecanismo acelerado de mudança e reconstrução. No entanto, é imprescindível destacar que essa reconstrução não prevê reparos ou manutenções com o intuito de reconstituir o modelo anterior ao desastre, mas vislumbra a construção de algo novo, quebrando assim, a cadeia de violências que compõe a colonialidade.

Continuando a discussão acerca do lago de óleo, a gravidade da situação levou, inclusive, a abertura de Inquérito Civil<sup>107</sup> e de Ação Civil Pública Cível<sup>108</sup>, movida pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina, tendo como réu, além da empresa, o Estado de Santa Catarina, responsável pelo licenciamento ambiental e fiscalização das atividades.

De acordo com o Ministério Público, após a declaração de falência da Sulquímica “não foi tomada nenhuma providência com relação às valas e aos reservatórios de óleo”, tampouco, implementadas “medidas concretas por parte do ente estatal, interdições, notificações e ações judiciais”, agravando ainda mais os danos ambientais decorrentes da presença e do extravasamento dos resíduos industriais, classificados como “perigosos”. Em nota técnica<sup>109</sup>, elaborada pelo Projeto Ecoando

---

<sup>106</sup> Tradução do inglês: “*a heightened state of awareness, a surge of adrenaline, a perceived need to move fast, to act quick, to fix, to save, to repair, to restore*”.

<sup>107</sup> Inquérito Civil nº 06.2009.00004556-2.

<sup>108</sup> Ação Civil Pública Cível nº 0900027-23.2014.8.24.0163/SC.

<sup>109</sup> Nota Técnica nº13/PES/2022, datada de 28 de julho de 2022.

Sustentabilidade da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) (ANEXO 3), a pedido de representante da própria Comunidade, após análise dos afluentes coletados na bacia de óleo, ficou constatada a contaminação do lençol freático por compostos diversos, dentre os quais, Benzeno, Alumínio, Cádmio e Mercúrio, em “concentrações superiores aos respectivos valores máximos permitidos e seguros para a saúde humana”.

O estudo alerta ainda para os riscos decorrentes da exposição aos hidrocarbonetos derivados do petróleo como “depressão do sistema nervoso central, acidose metabólica e arritmia” [...] dentre uma “ampla gama de patologias” outras.

Além do ressarcimento por dano ambiental por parte da Sulquímica, está também prevista, na ACP anteriormente citada, a “remoção, por completo, do resíduo oleoso e solo contaminado” e “a implantação de um Plano de Recuperação da Área Degradada (PRAD), no prazo de 02 (dois) anos [...]”, sob pena de multas diárias que variam de R\$10.000,00 a R\$ 400.000,00 reais.

Na sentença, assinada em maio de 2022 pelo Juiz Antonio Marcos Decker, é reconhecida a responsabilidade direta da empresa pelos danos decorrentes da atividade desenvolvida e agravados pela “conduta de ter deixado sem manutenção e sem os cuidados necessários” os locais “onde foram dispostos resíduos industriais perigosos”. Acrescenta também que “é inconteste que, ciente de toda a situação, o Estado de Santa Catarina foi omissa na defesa e preservação do meio ambiente e na prevenção dos danos ambientais”, pois, “em que pese tivesse/tenha o dever de fiscalizar e promover a recomposição do meio ambiente lesado [...] quedou-se inerte à tomada de ações incisivas à resolução da questão”. De acordo com relatos de moradores locais, o “lago de óleo” é um problema crônico que se desdobra há décadas e ganha notoriedade de tempos em tempos, coincidindo principalmente com os “anos de pleito eleitoral”, em que “aparece um salvador da pátria para dar um jeito, aí passou as eleições e já era, fica tudo no mesmo”.

Paralelo aos encaminhamentos jurídicos, a situação era, de tempos em tempos, trazida à tona pelos jornais locais como o Expresso da História, datado de junho de 2011 (Figura 62). Sob a manchete “Abra teus olhos pra isso... Poço de óleo a céu aberto”, a reportagem se refere ao lago como um “segredo” que teria permanecido guardado por tanto tempo que a reparação da área tornara-se “praticamente impossível”.

É interessante observar que a notícia expressa uma crítica voltada tanto à empresa Sulquímica, adjetivada, ironicamente, de “esmerada” por ter decretado falência sem ao menos comunicar a existência do lago que, posteriormente, seria responsável pela contaminação do solo e do lençol freático, quanto à “comunidade de modo geral”,

cuja sensibilização precisa, segundo o periódico, ser acionada a fim denunciar os problemas antes de seu agravamento.

Quanto à responsabilidade dos atores políticos e dos órgãos fiscalizadores acerca do problema, paira um tom de condescendência dos redatores da notícia. Ao afirmar: “agora as autoridades despertaram para o assunto e com o apoio do vereador de Capivari Elton Aguiar Ramos (PDT), a promotoria pública da cidade busca uma solução”, o jornal sugere que a solução só não foi possibilitada devido à negligência da empresa e falta de comprometimento da Comunidade que manteve “em segredo” o desastre deflagrado.

Acerca do disposto nos três últimos parágrafos, retomo a discussão realizada a partir das ponderações da jornalista e doutora Cilene Victor acerca da forma perversa como determinados grupos tentam subverter os fatos e isentarem-se de suas responsabilidades pelos desastres ocorridos ou em curso, por meio da culpabilização das vítimas, omitindo, ou não reconhecendo, que essas tragédias “raramente são inevitáveis e tampouco desconhecidas” (VICTOR, 2020)<sup>110</sup>.

Figura 62 – Reportagem Jornal Expresso da História: “Poço de óleo a céu aberto”

---

110

Disponível em  
<<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/05/01/desabamento-do-predio-no-largo-do-paissandu-completa-dois-anos.ghtml>> Acesso em 16 de dezembro de 2022.

13ª Edição - Ano II - Jun/2011

**EXPRESSO DA HISTÓRIA**

**08**

**Meio Ambiente**

**Parque Jorge Lacerda**

Localizado em uma área de 35 hectares que anteriormente servia de depósito de carvão da CSN, o Parque Ambiental Jorge Lacerda busca além da recuperação total da área degradada, oferecer uma opção de lazer aos habitantes da região.



**Dependências à beira do Lago**

Ao final da Av. General Osvaldo Pinto da Veiga, a nova estrutura será um marco histórico do desenvolvimento sustentável, planejada pela Fundação de Apoio à Educação, Pesquisa e Extensão da Unisul (Faepesul) e coordenada pelo professor e arquiteto tubaronense Rodrigo Althoff Medeiros o projeto prevê pistas de ciclismo e caminhada, Centro de Cultura e Sustentabilidade, Concha Acústica, espaços para atividades, cantina, lago, horto florestal, entre outros.



**Prédio Central e Pistas de caminhada**

A administração do parque será gerida por uma entidade denominada Associação Jorge Lacerda, formada por entidades participativas de nossa sociedade como: Unisul, Fucap, ASES, AMUREL e da Tractebel Energia. A Associação tem como presidente o Engº Ambiental da Tractebel Alexandre de Souza Thiele, que também é o responsável pelas obras do parque.

Atualmente o parque passa pela segunda etapa do projeto de construção, onde estão previstas as obras civis, a inauguração está prevista para junho de 2012 em meio às comemorações da semana do meio ambiente e a sociedade capivariense, a exemplo de toda a região, espera ansiosa por este grande presente dado pela Tractebel.

**Abra teus olhos pra isso...**

**Poço de óleo a céu aberto**

O depósito de óleo já contaminou poços artesianos



**Poço é maior que um campo de futebol profissional**

Há cerca de 20 anos a Sul Química, empresa instalada no bairro Ilhotinha em Capivari de Baixo, foi à falência, fechou as portas e deixou sua herança aos moradores da cidade.

Um tanque de óleo de aproximadamente 500 m<sup>2</sup>, despejado diretamente no solo a céu aberto foi deixado pela empresa que sequer comunicou as autoridades sobre a existência do mesmo. 18 anos de contaminação do solo e lençol freático foi o resultado de tão esmerada empresa, agora as autoridades despertaram para o assunto e com o apoio do vereador de Capivari Elto Aguiar Ramos (PDT), a promotoria pública da cidade busca uma solução.

Como este segredo permaneceu por tanto tempo guardado, é preciso que a comunidade de modo geral se sensibilize e comece a denunciar os problemas antes que se tornem impossíveis de reverter, neste caso, a recuperação da área é praticamente impossível e para retirar o material será necessária uma série de análises e estudos para encontrar a melhor maneira.

Abra teus olhos pra isso...




Fonte: Arquivo Histórico de Capivari de Baixo (Jornal Expresso da História – Junho de 2011, p.8)

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em Capivari de Baixo, assim como em diversas localidades do Brasil, vemos proliferar projetos cuja viabilização é pautada, prioritariamente, nas potencialidades econômicas e humanas como fatores fundamentais e indispensáveis no que Nixon (2013, p.8) chama de “a era do turbocapitalismo”, em que o desafio mais premente torna-se “como ajustar nossa atenção em rápida erosão à lenta erosão da justiça ambiental”. Com base nessa premissa, espaços de vida, como o território da Comunidade Ilhotinha, constituem-se em zonas de sacrifício dada sua suposta “vocação”, ou seja, sua disposição “natural e espontânea”, no intuito de impulsionar o desenvolvimento multiescalar e contemplar os interesses do sistema hegemônico.

Nesse processo, o que antes era espaço de vida em constante ressignificação, transfigura-se em espaço de morte e sofrimentos, onde os racismos são operacionalizados e os desastres, como o lago de óleo, são licenciados e respaldados pelo Estado, por meio de ações, inações ou negligências, revelando os mecanismos de poder e controle da colonialidade.

Esta tese, desenvolvida com a Comunidade Quilombola Ilhotinha, se propôs a discutir e analisar o lago de óleo, um desastre produzido na localidade, a partir das lentes da colonialidade do desastre.

Essa perspectiva que tem sido amplamente acessada para discutir desastres na América Latina, em regiões marcadas pela digital do colonialismo, agrega elementos que transpõem a percepção dos desastres como eventos localizados, espetaculares, resultantes de inevitabilidades naturais, deslocando e atribuindo este significado às forças que fomentam, desencadeiam e intensificam a vulnerabilidade e o sofrimento de populações subalternizadas, dentre as quais as comunidades quilombolas.

Ao longo da história, as comunidades quilombolas, vem ressignificando o conceito de quilombo, antes referenciado como a base física, o espaço de abrigo de escravizados que buscavam fugir das violências infligidas pelos mecanismos de poder e controle do sistema colonial. Resultante dessa dinâmica o conceito de quilombo abriga hoje diversas formas de se aquilombar que possuem no cerne destes movimentos a união e a solidariedade entre os povos oprimidos que buscam libertar-se da exploração, da opressão, do racismo e das desigualdades “motivadas por razões de raça, cor, religião, sexo ou ideologia” (NASCIMENTO, 1985, p.28).

Na Comunidade Quilombola Ilhotinha a dinâmica citada vem do relato e das memórias de nossos interlocutores que intercalavam as falas acerca dos rituais

cotidianos, das práticas herdadas e reelaboradas de geração em geração, das relações de compadrio, mas também das situações de segregação, racismo e silenciamento que perduram de formas diversas e difusas dentro do território, a exemplo do desastre tratado neste estudo.

O lago de óleo, uma bacia de rejeitos onde repousa, há mais de trinta anos, toneladas de resíduos derivados de petróleo de alta toxicidade, é resultante das atividades da empresa Sulquímica LTDA, que desenvolveu suas atividades de 1988 a 1995, quando decreta falência. É importante lembrar que o lago de óleo constitui a culminância de um processo violento desde o início de sua vigência, ao lembrarmos as explosões e acidentes relatados por interlocutores.

Dados que consubstanciam ações jurídicas e laudos técnicos comprovam que, além do odor fétido que compromete o cotidiano e as noites de sono, principalmente, dos moradores mais próximos do lago, a bacia de rejeitos promoveu a contaminação do solo, da água e do ar, pela evaporação, infiltração e extravasamento dos rejeitos líquidos, comprometendo o bem estar e colocando em risco a saúde da Comunidade. Além disso, o comprometimento do lençol freático, comprovado por meio dos laudos, resulta em impacto nas práticas de subsistência e vida da Comunidade, a exemplo dos cultivos, da criação de gado, da confecção de artes e utensílios e dos momentos de lazer e convivência.

Este estudo se propôs a compreender se o lago de óleo, bem como outros projetos desenvolvimentistas, implantados ou em andamento na Comunidade Quilombola Ilhotinha, revelam mecanismos de poder e controle operacionalizados por meio da colonialidade. A fim de contemplar o objetivo traçado, o lago de óleo foi abordado neste trabalho, de forma ampla e abrangente, buscando revelar, além dos impactos decorrentes de sua implantação, o contexto e as concepções que respaldaram sua criação, bem como as forças que atuaram no silenciamento e invisibilização das violências operacionalizadas durante o funcionamento e após a falência do empreendimento.

Nesse sentido, alguns aspectos tornaram evidentes os mecanismos de ação e perpetuação do colonialismo, por meio da colonialidade, na Comunidade Quilombola Ilhotinha. Refiro-me a projetos, dentre os quais o lago de óleo, que tem produzido vulnerabilidades, violências, sofrimentos e mortes; ao abandono, negligência e inação institucional que revela uma opressão estrutural (RIVERA, 2020); e ao surgimento de oportunidades de investimento e especulação no território comprometido, revelando um importante elemento de aprofundamento da colonialidade, o capitalismo do desastre.

Porém, é também nesse espaço, onde o desastre se desdobra e as aflições sociais (NIXON, 2013) são produzidas que emergem importantes movimentos de insurgência pensados e organizados dentro da Comunidade. A deflagração de um estado de emergência (BONILLA, 2020, p.2) impulsiona, mobiliza e concentra os pensares e os esforços, não na simples restauração ou solução dos elementos impactados, mas no sentido de promover a reinvenção de si e de suas histórias (NASCIMENTO, 1985); estabelecer uma nova ordem, fundamentada em diretrizes outras visando o direito à coexistência, a equidade e à representatividade nos projetos e processos decisórios que implicam na manutenção e produção da vida em seus territórios. Destaco, nesse sentido, o movimento em prol da demarcação do território quilombola, considerado, de acordo com o Decreto nº 4.887, elemento fundamental para “garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural”.

Por fim, cabe acrescentar que estes movimentos internos fomentados pela Comunidades são adensados a partir da articulação com outros grupos e agentes sociais alinhados à perspectiva decolonial, dentre os quais, os escritores-ativistas, caracterizados por Nixon (2013) como “escritores enfurecidos por injustiças que desejam ver reparadas, injustiças que acreditam poder ajudar a expor, silêncios que podem ajudar a dismantelar por meio de protestos testemunhais, inventividade retórica e contra-histórias [...]” (tradução nossa)<sup>111</sup>.

---

<sup>111</sup> Traduzido do inglês: “*the writers I consider are enraged by injustices they wish to see redressed, injustices they believe they can help expose, silences they can help dismantle through testimonial protest, rhetorical inventiveness, and counterhistories [...]*”.

## REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri. Apresentação: De “bota foras” e “zonas de sacrifício” – um panorama dos conflitos ambientais no Estado do Rio de Janeiro. In: ACSELRAD, H. (Org.). **Conflito social e meio ambiente no estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 07-18.
- AGUIAR, Vinicius Gomes de. SOUZA, Lorena Francisco de. **A contribuição do movimento por justiça ambiental no combate ao racismo ambiental**: apontamentos teóricos. *Élisée, Rev. Geo. UEG – Porangatu*, v.8, n.2, e82199, jul./dez. 2019.
- ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino de; LUCENA, Reinaldo Farias Paiva de; ALENCAR, Nelson Leal. Métodos e técnicas para coleta de dados etnobiológicos. In: ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino de; LUCENA, Reinaldo Farias Paiva de; CUNHA, Luiz Vital Fernandes Cruz da. **Métodos e Técnicas na Pesquisa Etnobiológica e Etnoecológica**. Recife, PE: NUPEEA, 2010. p. 41-64.
- ALCÁNTARA-AYALA, Irasema. Geomorphology, Natural Hazards, Vulnerability and Prevention of Natural Disasters in Developing Countries. **Geomorphology**, 47, 2002, 107-124.  
[http://dx.doi.org/10.1016/S0169-555X\(02\)00083-1](http://dx.doi.org/10.1016/S0169-555X(02)00083-1)
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Quilombos e novas etnias**. Manaus: UEA Edições, 2011.
- ALMEIDA, Paula Emília Gomes de. A Política Nacional de Proteção e Defesa Civil: os desastres como problema político. **I Seminário Internacional de Ciência Política Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, Set. 2015.
- AMARO, Rogério Roque. Desenvolvimento ou Pós-Desenvolvimento? Des-Envolvimento e...Noflay! **Cadernos de Estudos Africanos**, n. 34, 2017. p. 75-111.
- AMARO, Andréia Gimenes. **Dar de graça o que de graça se recebe**: rituais de benzedura a partir da cosmovisão de um benzedor de Pelotas (RS). 2018. 133 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais), Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma.
- ARAÚJO, Marta. À procura do “sujeito racista”: a segregação da população cigana como caso paradigmático. **Cadernos do Lepaarq**, v. XVI, n. 31, Janeiro-Junho/2019. p. 147-162
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.11. Brasília, maio-agosto de 2013, pp. 89-117.
- BASSEY, Nimmo. “Breaking the chains of development”. In: KOUTHARI, Ash-ish et al. (eds.). **Pluriverse: a post-development dictionary**. Delhi: Tulika Books, 2019. pp. 3-5.
- BATTEAU, Allen. A century of industrial disaster. Paper apresentado no Simpósio Culture, communication and the Making of Industrial Society, realizado durante o

**Congresso Internacional Metropolitan Ethnic Culture: Maintenance and Interaction.** Beijing, 2000.

BAUTISTA, Rafael. **Del mito del desarrollo al horizonte del “vivir bien”** ¿Por qué fracasa el socialismo en el largo siglo xx? yo soy si Tú eres ediciones, primer numero, 2017 La Paz, Bolivia.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGOUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. *Revista Sociedade e Estado*, v.31, n.1, Jan./Abr. 2016.

BOLETIM INFORMATIVO NUER. **Quilombos no sul do Brasil: perícias antropológicas**, v.3, n.3. Florianópolis, NUER/UFSC, 2006.

BONILLA, Yarimar. The coloniality of disaster: Race, empire, and the temporal logics of emergency in Puerto Rico, USA. **Political Geography**, <https://doi.org/10.1016/j.polgeo.2020.102181>

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. **Sociedade e Cultura**, v. 10, n.1, Jan./Jun. 2007, p. 11-27.

BRASIL. Decreto nº 4887, de 20 de novembro de 2003. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 de novembro de 2003.

BULLARD, Robert. **Dumping in Dixie: Race, Class and Environmental Quality.** Boulder: Westview Press. 1990.

BULLARD, R. **The Threat of Environmental Racism.** *Natural Resources & Environment* v.7, n3, p. 23-26, 1993.

BULLARD, Robert. D. Anatomy of Environmental Racism and the Environmental Justice Movement. In: **The Environment and Society Reader.** University of North Florida, EUA, 2001b.

CARNEIRO, Edison. **O Quilombo dos Palmares.** São Paulo: Cia Editora Nacional, 1957.

CAROLA, Carlos Renato. Progresso, tecnologia e insensibilidade socioambiental: a extração do carvão na primeira metade do século XX (1880-1950). In: **Memória e Cultura do Carvão em Santa Catarina: Impactos Sociais e Ambientais.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011. p. 170-195.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.** Petrópolis, Vozes, 2008.

CMMD. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso Futuro Comum.** 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

COSTA, Diana. Uso do Leite como Desintoxicante em Pintores: Qual a Evidência? **Revista Portuguesa de Saúde Ocupacional.** volume 7, 1-19. DOI: 10.31252/RPSO.22.06.2019.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e Eurocentrismo. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: CLASCO, 2005. p. 25-34.

ESCOBAR, Arturo; PARDO, Mauricio. Movimentos Sociais e biodiversidade no Pacífico colombiano. In: **Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 341-374.

ESCOBAR, Arturo. **La invención del Tercer Mundo** Construcción y deconstrucción del desarrollo. Venezuela: Fundación Editorial el perro y la rana, 2007.

ESCOBAR, Arturo. Territórios da diferença: a ontologia política dos “direitos ao território”. **Desenvolvimento e Meio Ambiente.** v.35, dezembro 2015. p. 89-100.

FARIA, Juliete Prado de; TÁRREGA, Maria Cristina Vidotte Blanco. A biodemocracia e os direitos da sociobiodiversidade: (re) existências e (co) existências dos povos e comunidades tradicionais. **Revista de Direito Ambiental e Socioambientalismo.** v. 5, n. 1, p. 87-102 (2019). janeiro - junho. eISSN: 2525-9628. Disponível em: . Acesso em: 15 abr. 2020. doi:<http://dx.doi.org/10.26668/IndexLawJournals/2525-9628/2019.v5i1.5617>.

FARIAS, Sandra Martins. **Quilombo Família Thomaz.** Belo Horizonte: FAFICH, 2015.

FONSECA, Claudia. Quando cada caso NÃO é um caso: Pesquisa etnográfica e educação. **Revista Brasileira de Educação,** n.10, Jan/Fev/Mar/Abr 1999, p. 58-78.

FONSECA, Igor Ferraz da. Inclusão política e racismo institucional: reflexões sobre o Programa de Combate ao Racismo Institucional e o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial. **Planejamento e Políticas Públicas,** n. 45, jul./dez. 2015, p. 329-345.

GARCIA-LOPÉZ, Gustavo. Reflections on disaster colonialism: Response to Yarimar Bonilla’s ‘The wait of disaster’. **Political Geography,** 78 (2020) 102170. 2020. p. 1-4.

GARCIA-LOPÉZ, Gustavo. Hacia la descolonización de los desastres. **Alice News.** Dez. 2022. p. 1-5.

GEERTZ, Clifford. “Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura”. In: **A Interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989. p. 13-41.

Gelobter, Michael. Toward a Model of Environmental Discrimination. In: Bryant, B. y Mohai, P. (Eds.), **Race and the Incidence of Environmental Hazards.** Boulder, Colo., Westview Press, 1992, pp. 64-81.

GOLDBERG, David T. **The Racial State.** Malden: Wiley-Blackwell, 2002.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais.** Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOMES, Ângela Maria da Silva. **Rotas e diálogos de saberes da etnobotânica transatlântica negro-africana: terreiros, quilombos, quintais da Grande BH.** 2009,

218 f. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos**: uma história do campesinato negro no Brasil. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

GÓMEZ-BAGGETHUNP, Erik. Sustainable Development. In: KOTHARI ASHISH, et al. **Pluriverse**: A Post-Development Dictionary. India: Tulika Books, 2019. p. 71-73.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. Colonialismo interno (uma redefinição). In: CLACSO. **A teoria marxista hoje**. Problemas e perspectivas. Buenos Aires: Campus Virtual, 2007. p. 431-458.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HEDGES, Chris. SACCO, Joe. **Days of Destruction, Days of Revolt**. New York: Nation Books. 2012.

HERCULANO, Selene. **INTERFACEHS – Revista em Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**. v. 03, n. 1, jan./abr. 2008.

HERNANDÉZ, Salvador Millaleo. Colonialismo, racismo ambiental y pueblo Mapuche. **Revista ANALES**. Séptima Serie. Nº 16/2019, p.267-282.

HESSE, Barnor. Im/plausible Deniability. Racism's Conceptual Double Bind. **Social Identities**, v. 10, n.1, p. 9-29, 2004a.

ICASURIAGA, Gabriela Maria Lema; BERNARDO, Alessandra Nascimento. Desenvolvimento e desastres: uma das faces da colonialidade. **O Social em Questão**. Ano XXIII – n.48, Set. A Dez/2020, p.165-184.

JACCOUD, L. (Org.). **A construção de uma política de promoção da igualdade racial**: uma análise dos últimos 20 anos. Brasília: Ipea, 2009.

KLEIN, Naomi. **The battle for paradise**: Puerto Rico takes on the disaster capitalists. Chicago: Haymarket Books, 2018.

KOBIYAMA, Masato et al. **Prevenção de desastres naturais**: conceitos básicos. Florianópolis: Ed. Organic Trading, 2006.

KOTHARI, Ashish *et al.* **Pluriverse**: A Post-Development Dictionary. India: Tulika Books, 2019.

LATOUCHE, Serge. **Sobrevivir al desarrollo**: De la descolonización del imaginario econômico a la construcción de una sociedad alternativa. Barcelona: Icaria, 2009.

LEFF, Enrique. **Discursos sustentáveis**. São Paulo: Cortez, 2010.

LEITE, Ilka Boaventura. Descendentes de africanos em Santa Catarina: invisibilidade histórica e segregação. In: LEITE, Ilka Boaventura. **Negros no sul do Brasil**. Santa Catarina: Letras Contemporâneas, 1996.

- LEITE, Ilka Boaventura. Humanidades insurgentes: Conflitos e criminalização dos quilombos. In: ALMEIDA et al. **Caderno de debates nova cartografia social: Territórios quilombolas e conflitos**. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, UEA Edições, 2010.
- LIMA, Emanuel Fonseca *et al.* **Ensaio sobre racismo**: pensamentos de fronteira. Balão literário: 2019.
- LIMA, Emanuel Fonseca. Racismo no plural: um ensaio sobre o conceito de racismo. In: **Ensaio sobre racismo**: pensamentos de fronteira. Balão literário: 2019. p. 11-24
- LIMA, Emanuel Fonseca, MORAES, Oriel Rodrigues de. Racismo Ambiental, colonialismos e necropolítica: direitos territoriais quilombolas subjugados no Brasil. In: **Ensaio sobre racismo**: pensamentos de fronteira. Balão literário: 2019. p. 33-49
- LINDELL, M.; PERRY, R. W. **Communicating Environmental Risk in Multiethnic Communities**. Thousand Oaks, CA: Sage, 2004.
- LÓPEZ, Laura Cecilia. O conceito de racismo institucional: aplicações no campo da saúde. **Interface - Comunic., Saúde, Educ.**, v 16, n. 40, jan./mar. 2012.
- MAGNANI, J. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. vol. 17, n. 49, jun. 2002.
- MALDONADO-TORRES, Nelson. On the coloniality of being. **Cultural Studies**, Vol. 21, March/May 2007, pp. 240 – 270.
- MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães de. A abordagem etnográfica na investigação científica. In MATTOS, CLG., and CASTRO, PA., orgs. **Etnografia e educação: conceitos e usos** [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. pp. 49-83. ISBN 978-85-7879-190-2. Available from Scielo Books .
- MATTEDI, Marcos Antônio, BUTZKE Ivani Cristina. A relação entre o social e o natural nas abordagens de hazards e de desastres. **Ambiente & Sociedade**. 2001; IV(9):93-114.
- MBEMBE, Achille. As Formas Africanas de Auto-Inscrição. **Estudos Afro-Asiáticos**. Ano 23 n. 1, 2001. p. 171-209.
- MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaio**. n. 32, 2016. p. 122-151.
- McMICHAEL, Philip. The Development Project. In: KOTHARI ASHISH, et al. **Pluriverse: A Post-Development Dictionary**. India: Tulika Books, 2019. p. 12-14.
- MENDES JÚNIOR, João. **Os Índigenas do Brasil seus Direitos Individuais e Políticos**, SP, Typ. Hennies Irmãos, 1912.
- MENEZES, Carlyle Torres Bezerra de; CAROLA, Carlos Renato. A política de modernização, a legislação ignorada e a degradação socioambiental da indústria carbonífera (1930 a 1970). In: **Memória e Cultura do Carvão em Santa Catarina: Impactos Sociais e Ambientais**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011. p. 170-195.

MIGNOLO, Walter. Desafios decoloniais. **Epistemologias do Sul**, Foz do Iguaçu/PR, 1(1), pp. 12-32, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MONTIBELLER- FILHO, Gilberto. **O mito do desenvolvimento sustentável**: Meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001.

MORAES, Fabiana. **No país do racismo institucional**: dez anos de ações do GT Racismo no MPPE / Fabiana Moraes ; Coordenação Assessoria Ministerial de Comunicação Social do MPPE, Grupo de Trabalho sobre Discriminação Racial do MPPE - GT Racismo. -- Recife: Procuradoria Geral de Justiça, 2013.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira. Niterói: EDUFF, 2004.

MUNANGA, Kabengele. **Teoria social e relações raciais no Brasil contemporâneo**. Cadernos Penesb, n. 12, p. 169-203, 2010. Tradução. Disponível em: [biblio.fflch.usp.br/Munanga\\_K\\_TeoriaSocialERelacoesRaciaisNoBrasilContemporaneo.pdf](http://biblio.fflch.usp.br/Munanga_K_TeoriaSocialERelacoesRaciaisNoBrasilContemporaneo.pdf). Acesso em: 07 jan. 2023.

NASCIMENTO, Abdias. O quilombismo: uma alternativa política afro-brasileira. In: **Afrodiasporas**. Revista de Estudos do Mundo Negro. ano 3, n. 6 e 7, abr./dez. 1985.

NIXON, Robert. **Slow Violence and the Environmentalism of the Poor**. Cambridge: Harvard University Press. 2013.

OLIVER-SMITH, Anthony. Anthropological Research on Hazards and Disasters. **Annual Review of Anthropology**, v.25, 1996, p. 303-328.

OLIVER-SMITH, Anthony. “What is a disaster”: anthropological perspectives on a persistent question. In: OLIVER-SMITH, Anthony, HOFFMAN, Susanna. **The Angry Earth**. Routledge, 1999, p. 18-34.

PACHECO, Tania. Racismo Ambiental: expropriação do território e negação da cidadania. In: SRH (org.). **Justiça pelas Águas**: enfrentamento ao Racismo Ambiental. Salvador: Superintendência de Recursos Hídricos, 2008. p.11-23.

PALERMO, Zulma. Zulma Palermo: a opção decolonial como um lugar-outro de pensamento. **Epistemologias do Sul**, v.3, n.2, p.44-56, 2019.

PEGORARI, Bruno. A tese do “marco temporal da ocupação” como interpretação restritiva do direito à terra dos povos indígenas no Brasil: um olhar sob a perspectiva da Corte Interamericana de Direitos Humanos. **Aracê Direitos Humanos em Revista**. Ano 4, n.5, Fev. 2017, p. 242-262.

PENNA-FIRME, Rodrigo. Direitos socioambientais, conservação neoliberal da natureza e agricultores no Parque estadual da Pedra Branca, RJ. **Revista PerCursos**. Florianópolis. v. 19, n. 39, p. 50-76, jan./abr. 2018.

QUARANTELLI, E. L. Epilogue: Where we have been and where we might go. In: QUARANTELLI, E. L.(ed.) **What is a disaster?** Perspectives on the question. London; New York, Routledge, 1998. p. 234-273.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidad del poder y Clasificacion Social**. Journal of World-Systems Research. VI, 2, 2000. P. 342-386.

\_\_\_\_\_. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: CLACSO – Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales: 2005.

RAMOS, Arthur. **O negro na civilização brasileira**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante Brasileiro, 1953.

REIS, João José. Escravos fugidos assombravam a Colônia e inspiraram lendas que a História não confirma. Ameaça negra – **Revista de História**, 2017.

RIVERA, Danielle Zoe. Disaster Colonialism: A Commentary on Disasters beyond Singular Events to Structural Violence. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 46, Issue 1. Janeiro 2020, p. 126-135.

ROMÃO, Jeruse. Pesquisadora resgata história dos Clubes Negros em Santa Catarina. [Entrevista cedida a] Ana Cláudia Araujo. **Catarinas**, [S. l.], 22 jul. 2017. Disponível em: <https://catarinas.info/pesquisadora-resgata-historia-dos-clubes-negros-em-santa-catarina/>. Acesso em: 17mar. 2023.

SÁ-SILVA *et al.* Jackson Ronie. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais** Ano I - Número I - Julho de 2009.

SACHS, Wolfgang. The Development Dictionary Revisited. In: KOTHARI ASHISH, et al. **Pluriverse: A Post-Development Dictionary**. Índia: Tulika Books, 2019. p. xi-xvi.

SANTOS, Boaventura de Souza. (org). **Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula G. de. NUNES, João Arriscado. Para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo. In: **Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. P. 21-121.

SARTORI JUNIOR, Dailor. Colonialidade e o marco temporal da ocupação de terras indígenas: uma crítica à posição do Supremo Tribunal Federal. **Hendu** 7:88-100, 2016.

SCHMITT, Alessandra et al. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. **Ambiente e Sociedade**. Ano V, n. 10, 1º Semestre de 2002.

SHIVA, Vandana. Development – for the 1 per cent. In: KOTHARI ASHISH, et al. **Pluriverse: A Post-Development Dictionary**. India: Tulika Books, 2019. p. 6-8.

SILVA, Telma Camargo da. Desastre como processo: saberes, vulnerabilidade e sofrimento social no caso de Goiânia. In: LEIBING, Annete (org). **Tecnologias do corpo: uma antropologia das medicinas no Brasil**. Rio de Janeiro, Ed Nau, 2004, p. 201-225.

SILVA, Luís Octávio da. Os quintais e a morada brasileira. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**. Belo Horizonte, v. 11, n. 12, p. 61-78, dez. 2004.

SILVA, Telma C. **Eventos Críticos: sobreviventes, narrativas, testemunhos e silêncios**. Trabalho apresentado na 27ª Reunião de Brasileira de Antropologia, 2010.

SILVA, Flávio José Rocha da. O conceito de desenvolvimento no pensamento de Arturo Escobar. **Revista Pegada**. v. 17, n. 2, dez. 2016.

SOUZA, Barbara Oliveira. Quilombos e o direito à terra. **Revista Desafios do Desenvolvimento**, ano 5, Edição 44, jun. 2008.

SOUZA, Marcelo Lopes de. ‘Sacrifice zone’: The environment–territory– place of disposable lives. **Community Development Journal**, v. 56, n. 2, 2021, pp. 220–243.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de; SANTOS, Ricardo Ventura. O Congresso Universal das Raças, Londres, 1911: contextos, temas e debates. **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, Belém, v. 7, n. 3, p. 745-760, set.-dez. 2012.

TEIXEIRA, Raquel Oliveira Santos. “**A gente tem que falar aquilo que a gente tem que provar**”: a geopolítica do risco e a produção do sofrimento social na luta dos moradores do Bairro Camargos, em Belo Horizonte – MG. Anais do 40º Encontro Anual da Anpocs, de 24 a 28 de outubro de 2016, em Caxambu - MG. ISSN 2177-3092

TOURINHO, Helena Lucia Zagury; SILVA, Maria Goreti Costa Arapiraca da. Quintais urbanos: funções e papéis na casa brasileira e amazônica. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, Belém, v. 11, n. 3, p. 633-651, set./dez. 2016.

TURE, Kwame. HAMILTON, Charles V. **Black Power: A política de libertação nos Estados Unidos**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

VALÊNCIO, Norma. Desastres, Ordem Social e Planejamento em Defesa Civil: o contexto brasileiro. **Saúde Sociedade**. São Paulo, v.19, n.4, p.748-762, 2010.

WALLERSTEIN, Immanuel. La creación del sistema mundial moderno. In: BERNARDO, L. **Un mundo jamás imaginado**. Bogotá: Editorial Santillana, 1992.

WALSH, C. Interculturalidad crítica y pedagogía de-colonial: apuestas (des) de el in-surgir, re-existir y re-vivir. **Revista (entre palabras)**, 3, 1-29. 2009.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações Filosóficas**. Trad. José Carlos Bruni. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

XABA, T. Prática médica marginalizada: a marginalização e transformação das medicinas indígenas na África do Sul. In: SANTOS, B. S. (Org.). **Semear outras soluções**: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 377-421.

ZHOURI, Andréa et al. **O desastre da Samarco e a política das afetações**: classificações e ações que produzem o sofrimento social. Cienc. Cult. vol.68, n.3 São Paulo July/Sept. 2016. p. 36-40.

## APÊNDICES

## APÊNDICE 1 – LEVANTAMENTO DE LITERATURA

<b>Bases de dados consultadas</b>
- BDTD;
- Scielo;
- Scopus.
<b>Período/Anos de referência</b>
Indeterminado
<b>Data da realização das buscas</b>
15/11/2022
<b>Descritores</b>
a) Quilombo* AND Colonialidade
b) Quilombo* AND Coloniality
c) Quilombo* AND Colonialidade AND Desastre
d) Quilombo* AND Coloniality AND Disaster

### Base de dados: Scielo

#### a) Quilombo\* AND Colonialidade

Na busca pelos descritores Quilombo\* AND Colonialidade foram encontrados três resultados publicados nos anos de 2019, 2020, 2021. Quanto às áreas de conhecimento, dois das Ciências Humanas e um da área de Linguística, Letras e Artes. Destes, somente um está relacionado indiretamente com o tema tratado:

#### 1) Colonialidade do saber e conflitos de memórias no espaço público (2019)

Heliana Castro Alves

(Psicologia)

#### b) Quilombo\* AND Coloniality – idem ao 1

#### c) Quilombo\* AND Colonialidade AND Desastre

Nenhum resultado encontrado

#### 4) Quilombo\* AND Coloniality AND Disaster

Nenhum resultado encontrado

---

#### **Base de dados: Scopus**

a) Quilombo\* AND Colonialidade

Foi encontrado apenas um resultado, publicado no ano de 2018, na área de Ciências Sociais que não possui aderência ao tema de pesquisa proposto.

b) Quilombo\* AND *Coloniality*

Foram encontrados quatro resultados publicados nos anos de 2018, 2019, 2020, 2022. De acordo com a base de dados consultada estas publicações estão associadas às áreas de Ciências Sociais, Artes e Humanidades e Ciências da Terra e Planetárias. Após a análise das produções voltadas à educação, colonialidade da ruralidade, geografia e colonialidade da natureza, concluí que nenhum dos resultados encontrados nesta busca se aplica à problemática proposta nesta pesquisa.

c) Quilombo\* AND Colonialidade AND Desastre

Nenhum resultado encontrado

d) Quilombo\* AND *Coloniality* AND *Disaster*

Nenhum resultado encontrado

---

#### **Base de dados: BDTD**

a) Quilombo\* AND Colonialidade

Foram encontradas 150 produções, destas 98 dissertações e 52 teses. Dentre as 150 produções encontradas, destaquei 14 por trazerem para discussão questões relacionadas à subalternização das populações quilombolas mediante projetos desenvolvimentistas. São eles:

1) A classificação racial como organizadora da modernidade: uma análise afrocentrada sobre a colonialidade do poder (2019)

Raianna Morais Soto

Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais)

2) Colonialidade do poder e neoliberalismo nos direitos fundamentais: a Emenda Constitucional 95 – uma ofensiva aos sujeitos ausentes (2019)

Andriw de Souza Loch

(Dissertação - Programa de Pós- Graduação em Direito )

3) “Nós somos raiz do lugar” produção do espaço na Comunidade Quilombola São José do Barro Vermelho (2018)

Renata Guimarães Vieira

(Tese - Ciências Econômicas)

4) A face feminina kalunga frente ao modelo de desenvolvimento nacional: a condução do licenciamento ambiental da PCH Santa Mônica no sítio histórico da comunidade quilombola Kalunga (2020)

Izadora Nogueira dos Santos Muniz

(Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Direito Agrário)

5) Quilombola territory: forms of territorial r- existence of the remnants of Baía Formosa quilombola community (2021)

Patrick Almeida Soares

(Tese - Serviço Social)

6) Entre o rio e o asfalto: as disputas territoriais nas comunidades quilombolas do planalto Santareno, em Santarém/PA, no contexto do avanço do grande capital (2021)

Henrique Almeida Rogerio

(Tese - Programa de Geografia)

7) Necropolítica do desenvolvimento e territorialidade quilombola : a experiência de Contente e Barro Vermelho (PI) (2020)

Pereira, Lucas Araujo Alves

(Dissertação – Direito)

8) Comunidades quilombolas de Jambuaçu, Moju-PA, contra as agroestratégias do capital : juventude e territorios de R-existências (2019)

John Cleber Sarmiento Santiago

(Dissertação - Centro de Desenvolvimento Sustentável)

9) “A Torrinha acordou pra luta” : a comunidade quilombola Torrinha-BA frente ao racismo estrutural no acesso à propriedade (2022)

Rosânia Oliveira do Nascimento

(Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social)

10) Territórios em conflito: a comunidade Macaúba/Catalão (GO) e a territorialização da atividade mineradora (2012)

Ana Paula da Silva de Oliveira Ferreira

(Dissertação - Programa de Pós-graduação em Geografia)

11) A região do Ribeira do Iguape (Paraná/São Paulo) e a hidreletricidade : elementos para uma revisão crítica (2011)

Luciana Maria Kalinowski

(Tese - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Mecânica)

12) Ética, política e conflitos socioambientais às margens do baixo Paraguaçu (2014)

Rosemeire Maria Antonieta Motta Guimarães

(Tese - Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente)

13) Territórios extrativo-mineral na Bahia: violações de direitos e conflitos nos territórios terra-abrigo (2020)

Lucas Zenha Antonino

(Tese – Programa de Pós-Graduação em Geografia)

14) Poder e território no Baixo Sul da Bahia: os discursos e os arranjos políticos de desenvolvimento (2016)

José Renato Sant'Anna Porto

(Tese - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade)

Os outros 136 resultados derivam de estudos acerca dos seguintes temas:

Assunto	Resultados
---------	------------

Cultura e identidade	24
Historiografia	24 (23, repetida)
Educação	22
Identidade e resistência	12
Direito	10
Território e territorialidade	10
Estudos de gênero	05
Organização social, espacial e territorial	05
Patrimônio	04
Saúde	04
Etnobiologia	02
Políticas Públicas	02
Soberania Alimentar	02
Etnomodelagem	02 (1, repetida)
Agroecologia	01
Arqueologia	01
Arquitetura e urbanismo	01
Genética	01
Turismo	01

#### b) Quilombo\* AND Coloniality

Foram encontradas 18 produções, destas 13 dissertações e cinco teses. Das 18 produções, quatro, embora não tratem diretamente da discussão proposta nesta pesquisa, chamam atenção por abordarem questões ligadas à disputas territoriais, ao direito à produção do espaço, aos ideais desenvolvimentistas e à necropolítica. São elas:

1) *Quilombola territory: forms of territorial r- existence of the remnants of Baía Formosa quilombola community* (2021)

Patrick Almeida Soares

(Tese - Serviço Social)

2) “Nós somos raiz do lugar” produção do espaço na Comunidade Quilombola São José do Barro Vermelho (2018)

Renata Guimarães Vieira

(Tese - Ciências Econômicas)

3) Entre o rio e o asfalto: as disputas territoriais nas comunidades quilombolas do planalto Santareno, em Santarém/PA, no contexto do avanço do grande capital (2021)

Rogerio Henrique Almeida

(Tese – Geografia)

4) Necropolítica do desenvolvimento e territorialidade quilombola : a experiência de Contente e Barro Vermelho (PI) (2020)

Pereira, Lucas Araujo Alves

(Dissertação – Direito)

Os outros 14 resultados derivam de estudos acerca dos seguintes temas:

<b>Assunto</b>	<b>Resultados</b>
Educação	04
Direitos Humanos e Cidadania	02
Direito	02
Artes	01
Ciências da Saúde	01
Desenvolvimento Rural	01
Estudos de Gênero	01
Gastronomia/interculturalidade	01
Território	01

c) Quilombo\* AND Colonialidade AND Desastre –

A busca por estes descritores resultou em somente uma dissertação do ano de 2019, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola tratando que não possui relação com o tema proposto nesta pesquisa.

d) Quilombo\* AND Coloniality AND Disaster

Nenhum resultado encontrado

**ANEXOS**



**ANEXO 1** – Texto “Meu Olhar, Meu Lugar”, elaborado por Tinho para participação do Edital 02/2022 da FCP.

### **“Meu Olhar, Meu Lugar”.**

Ilhotinha é uma Comunidade tradicional Remanescente de Quilombo, situada na região do litoral sul de Santa Catarina, cuja presença de população negra, é a menor do território brasileiro. Se a invisibilidade nesta dimensão, já nos coloca em uma posição de desigualdade, o que dizer do contexto municipal... Quem não a conhece, vê como uma comunidade rural igual à tantas na região, mas Ilhotinha tem muito de místico. Alguns moradores “falam pelos cotovelos”, talvez porque somente aqui “temos voz”, é nosso lugar de fala. Outros são tímidos ao extremo, fruto da baixa auto-estima que carregamos ao longo de tanto tempo. Mas ainda que não se diga nada, o vento nos bambuzais, presentes em locais estratégicos, emitem um ruído insistente e transcendental. Falar do Território é algo muito positivo, é cultural, mas há situações que nos entristecem e nos tira o sossego. Temos aqui uma situação de **Racismo Ambiental** . Um grande impacto e eminente bomba prestes a explodir a qualquer momento. Trata-se de uma empresa que aqui se instalou há muitos anos atrás, sem os devidos cuidados com os riscos que seriam expostos os trabalhadores e tampouco com o meio ambiente. O resultado não poderia ser outro: Em uma das explosões que eram recorrentes, homens perderam a vida, queimados em ácido, outros permaneceram com sequelas irreversíveis. Esse histórico perverso se mistura ao legado de nossos ancestrais, que é feito de solidariedade e de respeito à fauna e a flora, ao meio ambiente. Não são conhecimentos, mas saberes, razão pela qual subestimam nossa força e coragem. Precisamos preservar a terra e a água, a natureza, que para os povos tradicionais são elementos sagrados. Valores, inalienáveis de nossa ancestralidade.

## ANEXO 2 – Reportagem HC Notícias – 26 de maio de 2022.

www.hcnoticias.com.br

EDIÇÃO 193 | Ano 3 | R\$ 3,50

SEXTA A QUINTA-FEIRA | 20 a 26 de maio de 2022



noticias

**HISTÓRIA**

# COMUNIDADE ESQUECIDA

O Quilombo Ilhotinha, localizado em Capivari de Baixo, foi reconhecido como tal pela Fundação Palmares em março de 2014, mas poucos sabem da sua existência e das demandas atuais da comunidade. [Página 1 e 2](#)



# Especial

**HISTÓRIA** O Quilombo Ilhotinha, localizado em Capivari de Baixo, foi reconhecido como tal pela Fundação Palmares em março de 2014, mas poucos sabem da sua existência e das demandas atuais da comunidade

## A comunidade esquecida

**Allan Bento**  
Capivari de Baixo

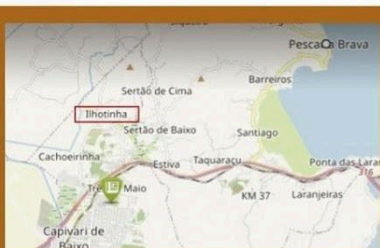
Um local isolado, formado por escravos negros fugidos talvez seja a primeira ideia que vem à mente quando se pensa em quilombo. É essa noção que temos quando aprendemos sobre o assunto nas escolas. Ela nos leva a um passado não tão distante da história, quando houve escravidão no País.

Mas os quilombos (territórios culturais) não pertencem somente ao passado escravista e nem se configuram como comunidades isoladas no tempo e no espaço que não participam da so-

cidade. Pelo contrário: são cerca de 4 mil comunidades quilombolas em todo o território brasileiro que se mantêm vivas e atuantes.

Somente em Santa Catarina são 15 cidades com comunidades quilombolas reconhecidas; no Sul do Estado são quatro: Garopaba, Capivari de Baixo, Praia Grande e Araranguá. Em Capivari de Baixo, há o quilombo Ilhotinha. José Carlos Mendes, o Tinho, é coordenador da comunidade e presidente da Associação Palmares de Ilhotinha, e conversou com o HC Notícias sobre a história e as demandas da comunidade.

FOTOS: ALLAN BENTO/HCNOTÍCIAS



### Reconhecimento

"Nosso elemento cultural é o imaterial. Leva-se em conta o trabalho da comunidade, ou seja sua produção, religiosidade, costumes, culinária e hábitos alimentares", destaca Tinho sobre o reconhecimento da comunidade como quilombola. O fato aconteceu em março de 2014, quando a Fundação Cultural Palmares, do Ministério da Cultura, emitiu o Certificado de Comunidade Remanescente de Quilombo.

A provocação partiu do Estado na pessoa do então Procurador Celso Três, que já dispunha de informações das características da localidade. Comunidades do entorno foram contatadas, mas as lide-

ranças não prestaram as devidas informações. Somente 100 anos após a abolição da escravidão, em 1988, com a chegada da Constituição, se reconheceu pela primeira vez a existência e os direitos dos quilombos contemporâneos. Foi a Constituição de 1988 que assegurou a essas comunidades descendentes de quilombos o direito à propriedade de seus territórios coletivos. Porém, a efetivação do direito dos quilombolas às suas terras é até os dias atuais um enorme desafio. A primeira titulação ocorreu em novembro de 1995, quando o Quilombo Boa Vista, no Pará, tornou-se proprietário de seu território.

### História da comunidade

Duas famílias descendentes de italianos chegaram ao local onde já havia a comunidade e detiveram as posses das terras do bairro. Muitos negros se concentraram nesta região para trabalho e, antigamente, eram escravos. A Ilhotinha é uma localidade predominantemente rural da cidade, embora esteja num processo de urbanização, e cerca de 90% da população é negra.

Como Tinho citou anteriormente, considera-se o elemento cultural imaterial, ou seja, não há patrimônios físicos que se destaquem ou que possam sinalizar a comunidade como descendente de quilombo, porém a cultura oral, as histórias e a produção cultural e hábitos o fazem. O salão de festas da igreja, antigamente, possuía uma divisão: negros de um lado, brancos de outro. Essa é uma das memórias que até hoje ecoam pela comunidade.

A Associação já recebeu na Assembleia Legislativa de Santa Catarina a medalha do Mérito Cruz e Souza pela série de ações construídas e executadas na comunidade e o trabalho em favor da diver-



sidade racial e multicultural.

"Com a certificação de quilombolas, já recebemos uma série de políticas públicas voltadas a esta comunidade tradicional. São 120 famílias, por exemplo, assistidas com cestas básicas", destaca Tinho. A

Associação Palmares de Ilhotinha existe desde 2003, mas ainda não tem uma sede própria, realizando suas reuniões geralmente na Escola Vitória Marcon para debater políticas públicas e evidenciar a cultura negra e o combate ao racismo.



## Escola Vitório Marcon

"Este momento que estamos vivendo é bastante intenso aqui na comunidade, principalmente por causa da questão da Escola Vitório Marcon", inicia Tinho. A Escola ficava em frente à igreja mas foi transferida para outro local, inicialmente denominado de Escola Rural, construído em parceria com o governo federal, através do Ministério da Educação. O terreno em que o prédio em que a escola ficava antes foi doado, assim como o da igreja, por Vitório Marcon, que dá nome à escola.

"Aqui entra muito a questão da memória afetiva. O terreno, o prédio, todos eles são parte da nossa história. Ali nós estudamos, nossos filhos estudaram, há muita coisa vivida ali.



Agora o prédio está abandonado, foi depredado, nem o portão foi fechado", lamenta Tinho, que diz que até hoje, não

há uma explicação do porquê foi feita essa troca de prédio, sendo que o antigo estava em boas condições. "Há um desca-



so do poder público municipal não só nessa questão, mas para todo um patrimônio histórico e cultural que representa um qui-

lombo. O sambaqui nas imediações do Parque Ambiental, por exemplo, apesar de esquecido, está protegido", ressalta.

## A lagoa de óleo

A questão ambiental também é levantada por Tinho enquanto conversamos. Há na comunidade quilombola da Ilhotinha uma lagoa de rejeitos com restos de materiais (combustíveis e óleos), que podem causar danos à saúde da comunidade. A área é a da extinta empresa Sul Química e encontra-se interdita pela Defesa Civil e isolada pela Prefeitura Municipal de Capivari de Baixo.

Quando falei, a Sul Química deixou um passivo trabalhista, já que os funcionários não receberam até hoje, e um passivo ambiental: o lençol freático contaminado, o fedor de enxofre em dias de sol forte e a água da chuva quando cai, leva junto um pouco do óleo, o que causou o fechamento de poços

artesianos na região. A área degradada tem o tamanho de um campo de futebol suíço, com 8,5 milhões de litros de óleo.

"A empresa se instalou aqui e tivemos inúmeras questões com ela, tanto nas razões ambientais quanto em questões trabalhistas não solucionadas até hoje", ressalta. "Houve alguns momentos em que as substâncias pegavam fogo e era necessário caminhões de bombeiro para apagar", relembra. De acordo com Tinho, uma amostra da substância poluente foi levada a um laboratório da Universidade Federal de Santa Catarina para análise. "A Universidade está nos apoiando nesta questão e nos ajudando a tomar as providências necessárias", finaliza.



## Vacina contra Covid

Tinho ressalta a união da comunidade na questão da vacinação contra a covid-19. "Foi um momento muito bonito de união da comunidade em torno de um direito", afirma. Em mar-

ço de 2021, houve um contratempo na questão da vacinação da comunidade.

A Prefeitura anunciou a primeira dose da vacina contra a Covid-19 para a comunidade,

mas adiou a vacinação e emitiu nota técnica, que fez ser necessário a prefeitura buscar junto à Associação Palmares uma lista dos cadastrados como quilombolas na localidade.

De acordo com Tinho, essa listagem é algo que não se consegue definir com tanta clareza. "Todos que vivem nesse território são quilombolas, mas nem todos possuem docu-

mento de comprovação", explica. Foram cerca de 505 pessoas imunizadas; o grupo é considerado uma comunidade tradicional e tem prioridade de vacinação definida pelo Estado.

ANEXO 3 – Nota Técnica elaborada pelo Projeto Ecoando Sustentabilidade/UFSC.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
PROJETO ECOANDO SUSTENTABILIDADE (PES)**

**NOTA TÉCNICA Nº13/PES/2021**

**De 28 de julho de 2022**

**Assunto:** Nota Técnica sobre os Riscos para a Saúde ambiental e humana da Barragem de rejeito de derivados de petróleo- Comunidade de Ilhotinha

**Resumo**

O cenário observado em visita realizada no dia 23 de junho de 2022, à Comunidade Quilombola de Ilhotinha, Município de Capivari de Baixo, representa grande e inaceitável ameaça à saúde humana e ambiental de toda a região. Barragem com resíduos de derivados de petróleo, completamente expostas contaminando solo, água e ar, encontravam-se sem o indispensável isolamento e placas de advertência. Documentos avaliados e o depoimento da comunidade revelam que a situação observada vem sendo tolerada pelas autoridades por décadas. A extrema toxicidade do efluente informada no Inquérito Civil 06.2009.00004556-2, foi corroborada em testes de laboratório, considerando diferentes modelos biológicos, reforçando a urgência de sua imediata remoção e recuperação da área. Recomenda-se também a realização de análise da integridade sanitária da comunidade em função da exposição crônica às substâncias em questão, para que eventuais tratamentos e reparo dos danos sejam adequadamente dimensionados e aplicados.

**Inteiro Teor**

Denúncia feita pela comunidade levou o programa Ecoando Sustentabilidade a realizar visita, coleta e análises da toxicidade dos efluentes de barragens de rejeito de petróleo observada na comunidade de quilombola de Ilhotinha, município de Capivari de Baixo, Santa Catarina.

De acordo com observações de campo e presentes no Inquérito Civil 06.2009.00004556-2, na área se observa barragem com cerca de 45 m de comprimento e 32 m de largura. Não foi possível fazer o levantamento batimétrico, mas considerando a profundidade observada próxima às bordas observa-se na localidade milhares de litros de rejeitos de derivados de petróleo, com evidências de evaporação, infiltração e extravasamento dos resíduos líquidos para área externa resultando na contaminação das áreas adjacentes (Figura 1). Corroborar-se a extrema preocupação com a contaminação do solo, água e ar e seus desdobramentos para a saúde do ambiente e da comunidade. Segundo os documentos analisados ficou constatada a contaminação do lençol freático (Inquérito Civil 06.2009.00004556-2; ANEXO338-ANEXO348),

por compostos diversos que apresentaram concentrações superiores aos respectivos valores máximos permitidos e seguros para a saúde humana, tais como Benzeno, Benzo(a)pireno, Criseno, Tolueno, Alumínio, Bário, Cádmio, Manganês e Mercúrio).

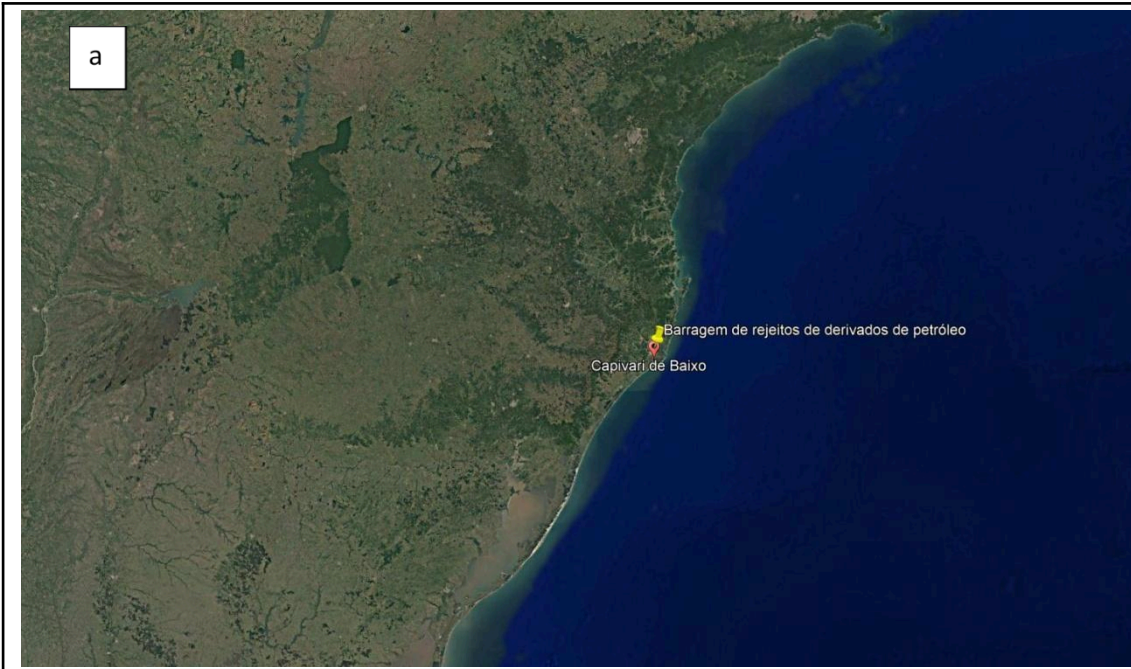




Figura 1: Localização do reservatório de rejeitos de derivados de petróleo visto em diferentes escalas e em diferentes momentos, com fotografias na área realizadas no dia 23 de junho de 2022 (onde: a- Vista geral do sul do Brasil com a localização da barragem de rejeitos tóxicos drenando para região costeira e zona de amortecimento da APA da Baleia Franca; b- imagem aérea da região em junho de 2003; c- imagem aérea da região atual; d- fotografia da região em junho de 2022; e- fotografia do efluente contaminado e rejeito (fase pastosa – seta vermelha) coletados da referida barragem em junho de 2022).

Além dos profundamente debatidos efeitos negativos sobre o ambiente (Idowu et al. 2019) os hidrocarbonetos presentes nos rejeitos de petróleo apresentam efeitos clínicos diversos. Ensaio evidenciaram, por exemplo, que a exposição aos hidrocarbonetos pode causar depressão do sistema nervoso central, acidose metabólica e arritmia. O mecanismo exato da depressão do SNC é desconhecido, mas evidências experimentais sugerem efeitos nos receptores NMDA, dopamina e GABA. A inalação crônica de tolueno causa uma acidose metabólica associada à hipocalemia. Os hidrocarbonetos halogenados pode causar ainda uma arritmia maligna fatal, denominada “morte súbita por cheirar”. Exposição aguda a hidrocarbonetos está relacionada ao surgimento de problemas de memória e outros déficits cognitivos. A exposição continuada e prolongada a estas substâncias pode resultar em disfunção cerebelar, encefalopatia, fraqueza e até demência. O contato da pele com a substâncias pode causar dermatite, queimaduras químicas e lesões por desgorduramento. A exposição oral pode causar irritação local, bem como vômitos, diarreia e dor abdominal. Dessa forma devemos reforçar que a exposição aguda a hidrocarbonetos pode resultar em uma ampla gama de patologias, como encefalopatia, pneumonite, arritmia, acidose e dermatite, sendo que a ingestão com aspiração pode levar à maior morbidade e mortalidade (Abdel-Shafy et al. 2016; Kim et al. 2013).

Em análises realizadas com sementes hortaliças comumente cultivadas, observou-se inibição da germinação e comprometimento do desenvolvimento em 83% das espécies analisadas, corroborando o observado por outros autores e espécies vegetais (Haider et al. 2021). Os resultados preliminares indicam a redução da germinação de 66% a 20% quando as sementes são expostas ao efluente, quando comparadas ao controle, destacando-se os efeitos negativos sobre as sementes de cenoura e manjericão. Destaca-se ainda a presença de má formação ou anomalias de desenvolvimento em 100% das espécies analisadas, destacando-se o comprometimento observado nas sementes de alface e rúcula (Figura 2). Destaca-se ainda que demais análises em processamento com algas e macrófitas reforçam as preocupações relacionadas à toxicidade do efluente e os riscos para a saúde humana e do ambiente.

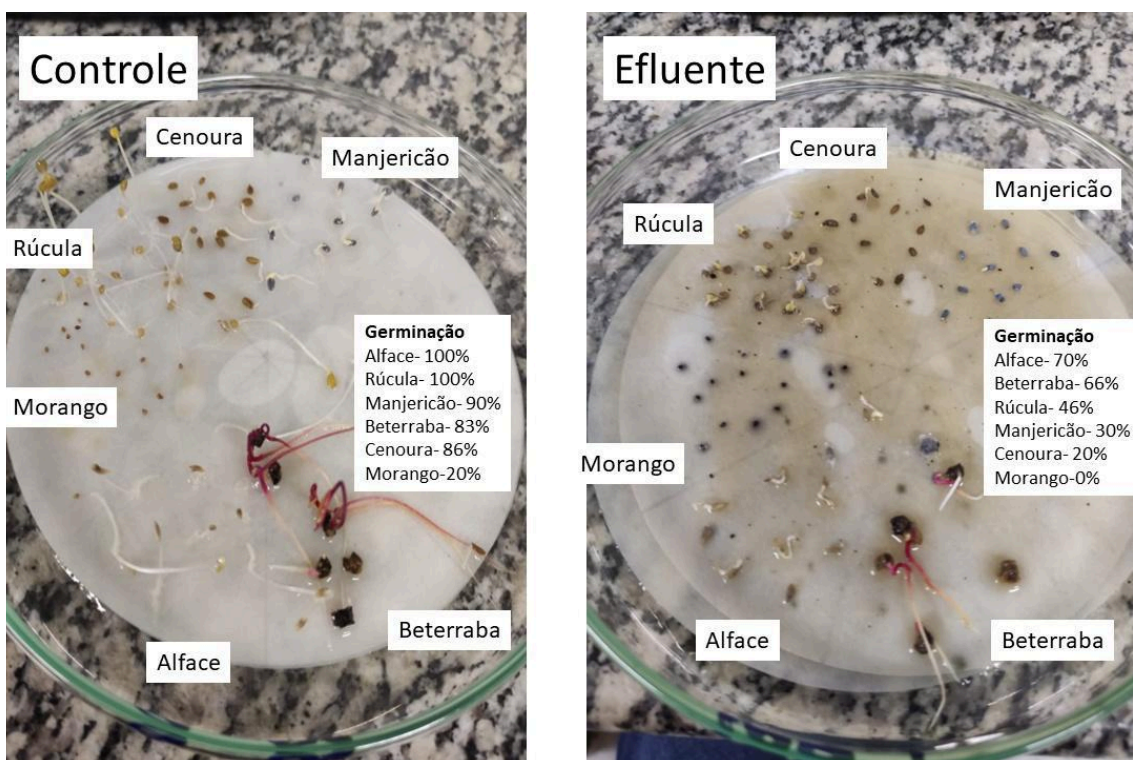


Figura 2: Imagens ilustrativas do efeito do efluente de rejeito de petróleo coletado na Barragem de Ilhotinha, sobre diferentes espécies de hortaliças.

Conforme determina a Constituição Federal em seu artigo 225, todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Incumbe ao Poder Público zelar pelo direito inalienável da comunidade de Ilhotinha, das presentes e futuras gerações, dando o devido destino e tratamento para os referidos poluentes assim como recuperação plena da área degradada. Cada dia que a solução para este inaceitável crime é adiada, o estado flerta com o crime de racismo ambiental, injustiça social e ambiental que recai de forma implacável sua população. Destaca-se que o Racismo Ambiental não se configura apenas através de ações que tenham uma intenção racista, mas, igualmente, através de ações que tenham impacto “racial”, não obstante a intenção que lhes tenha dado origem. Conforme diz Pacheco (2007) o conceito de Racismo Ambiental nos desafia a ampliar nossas visões de mundo e a lutar por um novo

paradigma civilizatório, por uma sociedade igualitária e justa, na qual democracia plena e cidadania ativa não sejam direitos de poucos privilegiados, independentemente de cor, origem e etnia.

Apesar da decisão judicial, e de estar ciente do problema e de suas consequências ambientais e sociais, o Estado nada fez e a área onde foram dispostos os resíduos industriais perigosos continua sem o devido isolamento, sem placas de advertência e sinalização, sem manutenção e os sem cuidados necessários para a indispensável máxima prevenção/precaução até que se dê o devido destino para o rejeito, os líquidos e solo contaminado. Destaca-se ainda que continua sendo observada evidências de extravasamento de poluentes para área externa, contaminando o solo e as águas pluviais e freáticas. Em função das mudanças climáticas, eventos extremos de precipitação, como observados no último verão colocam o cenário observado como de risco extremo, uma vez que além do extravasamento pode-se observar o colapso do sistema, com terríveis consequência ambientais e humanas para todo o entorno. Destaca-se ainda que precisa ser considerado que nessa região costeira encontramos a Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca, representando um conjunto de socioecossistemas vulneráveis e indispensáveis para Santa Catarina e para o Brasil. Portanto, considerando o princípio constitucional de precaução e prevenção, e o art. 225 da constituição nacional, o estado deve tomar as devidas providências para sanar o problema com a máxima urgência possível, antes que uma catástrofe maior aconteça. Destacamos que continuaremos às análises de riscos e vulnerabilidades, para contribuirmos para a produção de mais elementos que possam construir as bases para o diagnóstico dos prejuízos causados até agora à sociedade e ecossistemas, assim como para o desenvolvimento de soluções para problemas relacionados 'a rejeitos de derivados de petróleo.

Considerando o exposto, corroborando a decisão judicial, somos de parecer que:

- 1) Seja produzido material para a devida comunicação às autoridades competentes de toda região a jusante, proprietários e partes potencialmente afetadas pelo dano ambiental e sobre o risco socioambiental do presente objeto;
- 2) Seja providenciado imediato isolamento da área da barragem por meio de cercamento, restringindo completamente o acesso, até a conclusão das ações de remoção da fonte e de solo contaminado e recuperação do terreno e restauração da vegetação;
- 3) Seja providenciada imediata instalação de placas informativas na área, identificando-a como "Área Contaminada com Perigo à Saúde Humana e Ambiental";
- 4) Seja providenciados planos de contingenciamento e a implementação de medidas de controle de engenharia para minimizar riscos geotécnicos, transbordamentos e a transferência de contaminantes para o meio ambiente (solo, ar e água), consistentes em: recobrimento da Barragem com geomembrana de polietileno de alta densidade (PEAD) até a sua remoção, reforço dos taludes além de medidas de contenção redundantes para evitar o rompimento e o extravasamento do rejeito;
- 5) Seja determinada imediata suspensão da captação de água do poço/cacimba até que sejam realizados monitoramento das águas subterrâneas da região de influência e determinadas a segurança sanitária para o restabelecimento as condições e padrões de qualidade das águas subterrâneas e superficiais locais;
- 6) Seja realizado o isolamento da área de afloramento a água subterrânea, bem como o córrego à jusante, impedindo a utilização destas águas, para evitar sua utilização na agricultura, pecuária e o contato direto, com a ingestão, contato dérmico e recreação,

- até que seja realizado monitoramento e determinação da segurança sanitária dos respectivos corpos hídricos
- 7) Seja providenciada a urgente remoção, por completo, do resíduo oleoso, efluentes e solo contaminado;
  - 8) Seja providenciado o devido destino ao referido rejeito e efluentes, assim como solo contaminados, para seu tratamento e destinação final, conforme determinado pela ação judicial e legislação.
  - 9) Seja elaborado e executado com urgência Plano de Recuperação de Área Degradada (PRAD), por responsável técnico habilitado, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), de, para a devida restauração/ressignificação do ambiente que advogamos deve ter uso comunitário sob os cuidados da comunidade quilombola de Ilhotinha, que poderá dispor de área de recreação, produção de alimento e promoção de práticas esportivas, educacionais e culturais.
  - 10) Por fim e imperioso que o Estado não recorra da decisão da justiça e execute com celeridade as determinações expressas no referido inquérito, cumprindo seu dever constitucional.

### Referências

- Abdel-Shafy, H. I., & Mansour, M. S. (2016). A review on polycyclic aromatic hydrocarbons: source, environmental impact, effect on human health and remediation. *Egyptian journal of petroleum*, 25(1), 107-123.
- Haider, F. U., Ejaz, M., Cheema, S. A., Khan, M. I., Zhao, B., Liqun, C., ... & Mustafa, A. (2021). Phytotoxicity of petroleum hydrocarbons: Sources, impacts and remediation strategies. *Environmental Research*, 197, 111031.
- Idowu, O., Semple, K. T., Ramadass, K., O'Connor, W., Hansbro, P., & Thavamani, P. (2019). Beyond the obvious: Environmental health implications of polar polycyclic aromatic hydrocarbons. *Environment international*, 123, 543-557.
- Kim, K. H., Jahan, S. A., Kabir, E., & Brown, R. J. (2013). A review of airborne polycyclic aromatic hydrocarbons (PAHs) and their human health effects. *Environment international*, 60, 71-80.
- Pacheco, Tania. "Inequality, Environmental Injustice, and Racism in Brazil: Beyond the Question of Colour". In: *Development in Practice*. Aug. 2008, Vol.18(6) (<https://doi.org/10.1080/09614520802386355>).